

Milena Carla Lima de Carvalho

**Estudo de caso: Organização da Informação do
Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães –
Aplicação do Modelo Sistémico.**



Orientação: **Dr. Filipe Themudo Barata**

Dissertação de Mestrado
em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação,
apresentada à Universidade de Évora

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

ÉVORA
Outubro / 2007

Resumo

Nesta dissertação pretende-se testar a aplicação do modelo sistémico e interactivo a um arquivo pessoal de cariz político, assim como avaliar e validar a utilidade de tal procedimento na organização e acesso à informação do mesmo.

Trata-se de um estudo de caso sobre o arquivo pessoal Barbedo de Magalhães que reúne essencialmente documentação sobre a luta do Povo de Timor-Leste contra a ocupação e respectivo processo de auto-determinação, incorporada na instituição IASI (*International Institute for Asian Studies And Interchange*).

O modelo proposto para organizar e tornar acessível a informação deste arquivo resulta de um novo paradigma *pós-custodial, informacional e científico* que vem sendo defendido por arquivistas não satisfeitos com a anterior abordagem “clássica” da arquivística.

Segundo este modelo, o arquivo é encarado como um Sistema dinâmico de Informação sobre o qual, à luz de um novo enquadramento teórico-metodológico, se impõe uma análise e caracterização orgânica e funcional do produtor da informação bem como das interacções deste com o meio envolvente.

Entende-se que só assim, através da reconstituição do contexto originário de criação/acumulação da informação e da preservação da memória de todo o processo que lhe deu origem, se pode proporcionar uma utilização eficaz e rigorosa da mesma, compreendendo o Sistema de Informação em toda a sua complexidade.

Palavras chave

Arquivos Pessoais;
Organização e classificação;
Modelo sistémico e interactivo;
Estudo orgânico-funcional;
Acesso à informação.

Abstract

This work intends to test the application of the *modelo sistémico e interactivo* to a personal and political archive and to evaluate and to validate the usefulness of such procedure in the organization and access to the information of this archive.

It is a case-study applied to *Barbedo de Magalhães* personal archive that gathers documentation about the fight of the People of East-Timor against the Indonesian occupation and its self-determination process. This archive is incorporated into the institution IASI (International Institute for Asian Studies and Interchange).

The model proposed to organize and to turn accessible the information of this archive emerges from the new *post-custodial, informacional and scientific* paradigm defended by archivists not satisfied with the “classical” archivist approach.

With this model, the archive is faced as a dynamic Information System that requires an organic and functional analysis and characterization of the information's author/producer, as well as his interactions with the involving environment.

It defends that only through the rebuilding of the original context of creation / accumulation of the information, as with the preservation of the memory of all the process that originated this information, it is possible to provide an effective and rigorous use of the same, presenting the Information System in all its complexity.

Keywords

Personal Archives;
Organization and classification;
Modelo sistémico e interactivo;
Organic and functional analysis;
Information access.

Índice

Resumo	3
Abstract.....	5
Índice	7
Agradecimentos	9
Introdução	11
Considerações gerais.....	11
Arquivos Privados e Pessoais	15
Enquadramento Histórico dos Arquivos privados e públicos.....	15
Enquadramento Legal e Normativo dos arquivos privados	19
Classificação e organização dos Arquivos Pessoais.....	23
Método de investigação adoptado	25
I parte – Descrição, caracterização e contextualização do estudo de caso	29
Capítulo I - Caracterização do contexto informacional	29
Enquadramento Geográfico, Político e Cultural de Timor	31
Breve descrição da documentação existente em Arquivos Portugueses sobre Timor, nomeadamente sobre o processo de autodeterminação e de construção do novo Estado.	41
Arquivos provenientes do Estado	43
Arquivos provenientes da sociedade civil	49
Capítulo II – Descrição e Caracterização do Sistema de Informação	63
Evolução diacrónica do contexto orgânico-funcional.....	65
Caracterização biográfica do produtor da Informação	67
Motivação política e humanitária.....	71
Caracterização física e localização do acervo documental do SSIAPBM.....	73
Caracterização do IASI	77
Estratégias de Acesso desenvolvidas pelo produtor	85
Instrumentos de acesso aos Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo Magalhães	85
Instrumentos de acesso à Biblioteca do IASI.....	89
Projecto de Digitalização e Informatização	91

II Parte - Aplicação do modelo sistémico ao Sistema de Informação Pessoal	93
Capítulo I – Aplicação do modelo sistémico a um contexto pessoal e institucional	95
Contexto pessoal e institucional	95
Procedimentos práticos aplicados	97
Estudo e recenseamento da documentação	97
Elaboração do Quadro Orgânico-Funcional	99
Vantagens da aplicação do modelo sistémico	101
Capítulo II – Quadro Orgânico-Funcional e Instrumentos de Acesso criados	105
Quadro Orgânico-Funcional	105
Descrição multi-nível na Base de dados criada	111
Instrumento de Acesso criado – Catálogo parcial	117
Capítulo III – Estudo de utilização (comportamento informacional)	121
Conclusão	127
Siglas utilizadas	129
Bibliografia	131
Lista de Anexos	137

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar ao Prof. Filipe Themudo Barata, orientador científico, cujo apoio foi fundamental à concretização e conclusão do presente estudo.

Ao Professor Barbedo de Magalhães, agradeço a confiança depositada em mim e no estudo ao ter permitido a aplicação deste método sistémico na organização do seu arquivo pessoal e pela disponibilidade demonstrada no decurso deste trabalho.

Ao Prof. Armando Malheiro pela preciosa ajuda, pela troca de ideias e explicações que me proporcionou e que foram essenciais para a aplicação do modelo sistémico apresentada.

Igualmente quero agradecer ao meu companheiro, apoio basilar desde o início deste trabalho, pelo seu contributo, sentido pragmático, paciência e os constantes incentivos.

Além destes não posso deixar de agradecer aos amigos, nomeadamente o Escritor, o Agricultor e a Amiga, pelas longas conversas “controversas” sobre memórias e o arquivo destas, a alguns colegas do curso de CTDI da ESEIG e à família pelo apoio solidário que constituiu uma importante fonte de ânimo e estímulo, ao longo de todo este trabalho.

Introdução

Considerações gerais

No âmbito do curso de mestrado em Arquivologia da Universidade de Évora surgiu a oportunidade de realizar um estudo sobre uma temática actual e em desenvolvimento que reflecte uma nova abordagem no estudo e organização dos arquivos.

Concretamente, propomo-nos estudar e organizar um arquivo pessoal de cariz político (Arquivo Pessoal de António Pinto Barbedo de Magalhães) que, numa fase mais recente, foi incorporado numa instituição de cariz político (o IASI¹), criada pelo produtor/detentor do arquivo como instrumento administrativo, burocrático e financeiro para continuar e alargar os objectivos políticos que estão na base da criação deste arquivo.

Este estudo partiu de um convite realizado pelo Prof. Barbedo de Magalhães no sentido de organizar este arquivo, essencialmente constituído por documentação sobre Timor-leste e respectivo processo de auto-determinação.

Abracei naturalmente com entusiasmo este projecto por sentir a utilidade social, política e humanitária de criar instrumentos eficazes de acesso a esta informação, como forma de preservar a memória da luta deste Povo. Comungo assim do objectivo do Prof. Barbedo de Magalhães em deixar este Arquivo como instrumento político e humanitário para as gerações vindouras, nomeadamente para o povo Timorense.

Surgiu ainda a oportunidade de aliar a este interessante projecto, um trabalho de investigação científica que permitiu desenvolver, testar e avaliar a aplicação do *modelo sistémico e interactivo*² a um arquivo pessoal e institucional.

Este modelo insere-se no âmbito de uma mudança de paradigma na Arquivística que pretende ultrapassar a tradicional perspectiva, meramente técnica, de um tratamento documental que entende os arquivos essencialmente como serviços custodiais e cuja preocupação se centra unicamente em permitir o acesso aos documentos, não atendendo à recuperação do contexto dos mesmos.

¹ IASI – International Institute For Asian Studies and Interchange - Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos.

² Ver SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do património*. Porto. 3 (2004).

No âmbito deste novo paradigma, designado *pós-custodial, informacional e científico*³, a Arquivística pretende afirmar-se numa perspectiva interdisciplinar, inserida no domínio das Ciências Sociais, mais especificamente no campo da Ciência da Informação, defendendo um estudo científico e interdisciplinar dos arquivos.

Assim, e à luz da nova Era da Informação, das novas tecnologias e dos novos fenómenos e meios de transmissão e comunicação da informação, entende-se como necessária uma nova forma de abordar os arquivos, configurados como *Sistemas de Informação*⁴ com características, propriedades e comportamentos específicos.

Sendo o novo objecto de estudo a informação, como produto da actividade social, independentemente do suporte material e tecnológico, justifica-se uma abordagem trans e interdisciplinar que permita pensar a informação contextualizando-a em Sistemas de Informação, sejam estes arquivos, bibliotecas ou outros.

A abordagem de um Sistema de Informação em particular, no âmbito desta nova perspectiva, exige a análise e caracterização quer da sua estrutura interna e dinâmica própria, quer da sua interacção com o meio envolvente, destacando-se aqui a importância de uma contextualização orgânica (estrutura) e funcional (serviço/uso).

O modelo *sistémico e interactivo* proposto por alguns autores e consignado na literatura, pretende, no âmbito do enquadramento que descrevemos, definir procedimentos e metodologias que aplicaremos neste estudo de caso no sentido de proporcionar esta contextualização.

Deste modelo, resulta o enquadrar do arquivo pessoal como um subsistema de informação do sistema de informação do IASI. Este subsistema (sobre o qual focaremos o nosso estudo) resulta de uma selecção e reorganização da documentação, feita pelo produtor pensando numa posterior disponibilização para consulta, resultando num arquivo pessoal de cariz político, contendo apenas documentação relacionada com os objectivos políticos definidos para o mesmo.

Para este subsistema elaboramos um *quadro orgânico funcional*⁵ considerando a existência de *organicidade*⁶ e funcionalidade próprias do produtor, decorrente da sua actividade e objectivos, bem como das funções e cargos exercidos ao longo das diferentes fases de vida.

³ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação – Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p.158.

⁴ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação, Op. cit.* p.160.

⁵ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais, Op. cit.* p.24-26.

⁶ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação, Op. cit.* p.157.

Este quadro⁷, não sendo um instrumento de acesso nem um plano de classificação, permite compreender a distribuição cronológico-contextual dos documentos, devendo sempre ser articulado com estes instrumentos, no sentido de possibilitar a recuperação da informação.

Assim, procedeu-se também à descrição da documentação de uma subsecção deste subsistema, através da elaboração de um catálogo⁸, no sentido de facilitar o acesso à informação desta subsecção.

Este instrumento de acesso em conjunto com o quadro orgânico funcional permitirá a realização de um teste⁹, no sentido de avaliar a eficácia e a utilidade da aplicação do modelo sistémico e interactivo a este arquivo.

O teste partirá da observação directa de utilizadores do arquivo pesquisando informação específica da subsecção descrita no catálogo, usando inicialmente este instrumento de acesso em paralelo com o quadro orgânico-funcional elaborado e, posteriormente, os instrumentos de acesso desenvolvidos pelo produtor (“lista de índices das Unidades de Instalação¹⁰” e “lista da organização física dos documentos¹¹”).

Em seguida, pede-se a estes utilizadores que respondam a uma entrevista elaborada para avaliar e descrever o seu grau de satisfação relativamente às duas formas de aceder à informação, analisando-se os respectivos resultados no sentido de se concluir sobre a utilidade do uso do quadro orgânico-funcional e da aplicação do modelo sistémico.

Esta dissertação está assim estruturada em duas partes:

Na *Iª Parte* faremos a descrição e contextualização do Arquivo Pessoal objecto deste estudo procedendo depois, na *IIª Parte*, à aplicação prática do modelo sistémico e interactivo, apresentando-se os respectivos resultados, testando e concluindo sobre a utilidade dos mesmos.

⁷ Ver Anexo 1 - Quadro Orgânico –Funcional do Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

⁸ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

⁹ Ver Anexo 5 - Teste de Usabilidade dos Instrumentos de Acesso.

¹⁰ Ver Anexo 3 - Lista de índices das Unidades de Instalação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães.

¹¹ Ver Anexo 4 - Lista da organização física dos documentos do IASI e Reservados.

A *Iª Parte* está dividida em dois capítulos:

No *Capítulo I* iremos enquadrar tematicamente o Arquivo Pessoal assim como enquadrá-lo à luz da documentação sobre o mesmo tema existente em arquivos Portugueses. Assim, tratando-se essencialmente de documentação sobre a luta do Povo de Timor-Leste contra a ocupação e respectivo processo de auto-determinação, faremos uma breve descrição Geográfica Política e Cultural de Timor-Leste assim como do projecto Português para a descolonização deste território, passando depois a apresentar e descrever resumidamente a documentação existente em arquivos Portugueses sobre este tema.

No *Capítulo II* faremos uma descrição e caracterização pormenorizada do Arquivo Pessoal, no âmbito do modelo sistémico e interactivo, procedendo designadamente à caracterização do contexto orgânico-funcional do mesmo (onde se inclui a Caracterização Biográfica e Motivação do produtor, a descrição física do acervo e a caracterização da instituição onde este foi incorporado – o IASI) e à apresentação dos instrumentos de acesso já existentes bem como dos projectos em curso para os desenvolver.

A *IIª Parte* está dividida em três capítulos:

No *Capítulo I* faremos a descrição em concreto da aplicação do modelo sistémico e interactivo ao nosso contexto simultaneamente pessoal e institucional.

No *Capítulo II* apresentaremos o quadro orgânico-funcional, resultado da aplicação do modelo sistémico ao subsistema de informação pessoal considerado, bem como do instrumento de acesso (catálogo) criado para uma subsecção deste.

No *Capítulo III* pretendemos fazer uma caracterização do comportamento informacional do arquivo utilizando os instrumentos descritos no capítulo anterior, procedendo-se ao teste e avaliação da utilidade da aplicação do modelo sistémico ao arquivo pessoal objecto desta tese.

Arquivos Privados e Pessoais

Sobre o estudo e organização de arquivos pessoais, que se incluem logicamente no grupo dos arquivos privados, não existem muitos exemplos na literatura nem consensos ou doutrinas estabilizadas, quer pela especificidade da sua documentação e das entidades produtoras não permitir a fixação de uma abordagem sistemática consensual e estável, dificultando aos profissionais a aplicação dos princípios arquivísticos, quer por apenas nos tempos mais recentes este tipo de arquivos ter sido alvo de interesse, estudo e debate por parte dos profissionais e administrações de arquivos bem como por parte dos “legisladores” (os Estados).

De facto, se é verdade que a formação de arquivos de pessoas singulares e de famílias remonta a épocas muito recuadas, a noção de “arquivo privado” demorou a ser acolhida pela doutrina e pela legislação, porque os conjuntos documentais de entes privados não eram qualificados como “arquivos”¹².

Enquadramento Histórico dos Arquivos privados e públicos

Resumida e simplificada, afirmaremos que o desenvolvimento da disciplina e prática arquivística, ao longo da História se desenrolou em torno dos arquivos “públicos”, focando-se essencialmente nas vertentes administrativa e jurídica, ainda que com diferentes contornos ou configurações, até porque, ao próprio conceito de público foram correspondendo diferentes realidades desde o mundo pré-clássico até aos dias de hoje. Ainda assim, diremos que o valor probatório dos documentos públicos, nomeadamente como instrumento de acção e legitimação dos Estados, justificou a sua conservação e organização, bem como o desenvolvimento de regras e procedimentos que garantissem a identidade e autenticidade destes documentos, compreendendo-se assim os avanços no tratamento dos arquivos públicos bem como o desenvolvimento de normas e regulamentos para os mesmos.

¹² Ver GARCIA, Maria Madalena – Os Documentos Pessoais no Espaço Público. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, vol. 21, p.21.

No sentido de traçar um esboço cronológico da evolução dos conceitos de arquivo privado e público assim como de indicar alguma bibliografia onde podemos encontrar uma mais completa descrição desta, transcrevemos as seguintes afirmações:

A prática arquivística das civilizações pré-clássicas¹³ assentava já em princípios intuitivamente assumidos e, no mundo greco-romano, todo o desenvolvimento das estruturas sociais e jurídico-administrativas implicou avanços importantes na organização dos arquivos.¹⁴

O desenvolvimento do direito romano deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituíam um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantia da propriedade dos cidadãos. [...] A importância atribuída pelos romanos à organização arquivística levou-os a definir o estatuto do arquivista (tabularius), conferindo-lhe atribuições no âmbito da conservação, reprodução e validação dos documentos [...] Assim, do ponto de vista organizacional, deverá sublinhar-se já a existência de um desenvolvido sistema público de arquivos ¹⁵[...]

[...] durante a alta Idade Média europeia [...] A instabilidade política e social que então se instaurou, as evidentes dificuldades institucionais daí decorrentes e a fraca resistência dos suportes [...] levaram à perda quase total dos arquivos da época[...] as novas monarquias e os novos senhores da terra desenvolvem uma administração de tipo itinerante. Os seus "scriptoria" tornam-se ambulantes e, do mesmo modo, os respectivos arquivos. [...] reis e patronos de certos mosteiros começaram a adquirir o hábito de copiar ou depositar os seus documentos nos principais cartórios eclesiásticos, que davam mais garantias de estabilidade¹⁶.

Será a partir do século XII, quando surgem os novos conceitos de "Estado", "Família" e "Indivíduo", que se começam a construir os arquivos senhoriais, paralelamente aos arquivos reais,

¹³ Sobre os arquivos na Antiguidade, ver por exemplo: POSNER, Ernest – *Archives in the Ancient World*. Cambridge (Massachussets): Harvard University Press, 1972.

¹⁴ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. vol.1, p.25.

¹⁵ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel. – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p.61-70.

¹⁶ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística, Op. cit.* p.71-72.

*já sem o conceito de “arquivo público” romano, mas sim com o de arquivo de indivíduos, de famílias a par dos arquivos eclesiásticos.*¹⁷

*Na Idade Moderna, a jurisprudência começou a afirmar a existência de arquivos privados. Passaram a ser reconhecidos como tais não só os arquivos de pessoas jurídicas mas também os de pessoas físicas. No entanto, a doutrina prevalecente continuou a definir como arquivo apenas aquele que fosse público*¹⁸.

*Já a partir do séc. XVIII, [...] o documento escrito, antes privilégio dos sábios, monges e reis, e que a partir do século XVI era utilizado como instrumento de legitimação do Estado, passa a ter um novo significado, sendo utilizado como testemunho da história*¹⁹.

*Esse novo sentido que a ciência histórica imprime ao documento dará uma nova dimensão aos arquivos — a dimensão histórica, que ultrapassará a sua natureza jurídica. Públicos ou privados, pouco importa, os arquivos interessam porque são históricos*²⁰.

Dos arquivos privados fazem também parte os arquivos eclesiásticos e familiares, sendo que, se a partir do séc. XVIII se assistiu a um crescente interesse por estes “cartórios de natureza privada”, decorrente de uma nova postura “iluminista”²¹ que focava agora a sua atenção no valor histórico dos documentos, estes foram igualmente vítimas de enormes perdas e desagregações, resultantes de transferências e concentrações nos arquivos do Estado, em consequência dos movimentos políticos e sociais dos séc. XVIII e XIX. Entre estes movimentos, a Revolução Francesa representa um marco na evolução da arquivística e na história dos arquivos, dando um novo impulso ao movimento de incorporações em massa de arquivos privados nos depósitos do Estado (que recebem muitas vezes a designação de arquivos nacionais), como

¹⁷ GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES; Paulo Mesquita, PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1996. p.6.

¹⁸ Ver GARCIA, Maria Madalena – Os Documentos Pessoais no Espaço Público. *Op. cit.* p.1.

¹⁹ LE GOFF, Jaques – *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984. vol.1, p.95-96.

²⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. – O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, vol.9, nº2 (jul-dez.1988), p.57-64.

²¹ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. *Op. cit.* vol.1, p.26.

consequência das expropriações de bens do clero e nobreza resultado da *instauração de regimes liberais em diversos países*²².

Esta política de concentração de diversos fundos nos arquivos nacionais originou um estado de “caos” decorrente da reorganização dos arquivos segundo critérios pouco ou nada “arquivísticos”, nomeadamente sem se atender à sua estrutura de origem. No sentido de resolver este problema de desmembramento dos arquivos e de preservar a sua integridade, em 1841 o arquivista e historiador Natalis de Wailly propôs²³ o princípio que veio a ser conhecido como o *princípio da proveniência* ou do *respeito pelos fundos* e que prevaleceu até aos dias de hoje como um fundamento essencial da Arquivística.

Um marco da maior importância na evolução da arquivística neste séc. XIX e que por isso não poderíamos igualmente deixar de referir foi a publicação, em 1898, do “Manual dos Arquivistas Holandeses”²⁴, por Muller, Feith e Fruin, e que também contribuiu *para a afirmação da Arquivística, face aos desígnios das correntes historiográficas que imperavam nesse período*²⁵.

Podemos então considerar que os arquivos públicos como os conhecemos actualmente são produto de uma nova era para os arquivos nascida na Revolução Francesa cuja função principal é preservar e tornar acessível aos cidadãos a informação neles custodiada incluindo arquivos recebidos de outras pessoas ou instituições que não o Estado.

²² SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística, *Op. cit.* p.105

²³ Em instruções promulgadas através de circular do Ministério do Interior Francês a 24 de Abril de 1841 (Wailly era chefe da secção administrativa dos arquivos departamentais deste ministério). Cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística, *Op. cit.* p.107.

²⁴ MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het oedenen en beschrijven van archieven*. Groningen: Erven B. van der Kamp., 1898. (Tradução brasileira de Manoel Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

²⁵ REIS, Luís – O arquivo e a arquivística - evolução histórica. *Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*, ISSN 1562-4730, nº. 24 (2006). Disponível no site: <http://bibliotecas.rcp.net.pe/biblios/> (consultado em 25 de Março de 2007).

Enquadramento Legal e Normativo dos arquivos privados

Apesar do novo enfoque histórico dado ao documento (essencialmente a partir do século XIX), continuaram a ser sobretudo as razões administrativas a determinar a interferência do poder público nos arquivos, sendo que o interesse do Estado pelos fundos de proveniência privada, numa perspectiva de preservação do “património histórico Nacional”, se pode considerar já uma novidade dos tempos recentes.

A realidade Portuguesa não difere desta que descrevemos, resumindo-se actualmente, a acção do Estado, praticamente, à salvaguarda de alguns arquivos privados considerados como bens patrimoniais e de interesse histórico.

Sobre o que foi regulamentado no nosso país relativamente aos arquivos pertencentes a entidades privadas (sem considerar as incorporações dos arquivos eclesiásticos no património do Estado como consequência da legislação oitocentista e da Primeira República), Fernanda Ribeiro²⁶ refere que, em 1902, no regulamento do Real Arquivo da Torre do Tombo, surgem as primeiras determinações a este respeito, realçando que *as preocupações do Estado quanto à salvaguarda dos arquivos privados só surgem claramente expressas na lei, com a promulgação do Decreto nº46.350, de 22 de Maio de 1965.*²⁷

À diferença de tratamento entre arquivos públicos e privados, no âmbito do significado contemporâneo destes conceitos²⁸, não é alheio o facto de sobre os arquivos privados operar um direito fundamental, o da propriedade privada, que em princípio faculta ao titular a possibilidade de dispor livremente dos seus bens, podendo dessa forma constituir um obstáculo ao acesso e disponibilização do arquivo impedindo assim o seu estudo e comunicação.

No entanto, e porque o direito de propriedade pode ser restringido tendo em conta o interesse público ou social, e porque actualmente o Estado assume algumas preocupações quanto à salvaguarda do seu património histórico e

²⁶ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, *Op. cit.* vol.1, p.559-569.

²⁷ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, *Op. cit.* vol.1, p.561.

²⁸ A distinção legal entre arquivo público e privado é feita em relação à sua titularidade, tal como descrito no artigo 9º do Decreto-Lei nº 16/93 I-A série: “Arquivo público, quando reunido por uma entidade pública; Arquivo privado quando reunido por uma entidade privada”.

cultural, estão previstas formas de garantir a preservação assim como o acesso e uso de arquivos pertencentes a entidades privadas (por via de classificação), bem como a proibição e punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação destes.

Concretamente referimo-nos ao Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro – *Regime geral dos arquivos e do património arquivístico* – que, se por um lado representa um progresso no sentido da valorização, inventariação e preservação dos arquivos e do património arquivístico nacional, não deixa de ser alvo de algumas críticas e de sugestões de melhoramento²⁹. Entre estas, referiremos concretamente o facto de este diploma não enunciar explicitamente o dever do Estado (ou do “órgão de gestão”³⁰) em colaborar com os particulares nem definir de forma muito clara como deverá ser feita esta colaboração.

Parece-nos que tal enunciado (aliado a uma orientação dos serviços no sentido de estabelecer uma relação de colaboração e confiança com os particulares, não se limitando a uma política meramente proibicionista e sancionatória) será essencial para uma efectiva acção consertada em relação aos arquivos familiares e pessoais que permita a sua preservação e comunicação.

Uma outra crítica será dirigida à forma pouco objectiva como estão definidos os “fundos, colecções ou documentos susceptíveis de integrar o património arquivístico protegido”³¹ a cujos proprietários ou possuidores incumbe o dever de os manifestar ao “órgão de gestão” que posteriormente decidirá relativamente à sua classificação e conseqüente integração como património arquivístico protegido. A inexistência de critérios mais objectivos poderá levar à perda de documentos e conjuntos documentais cujo conhecimento pelo “órgão de gestão” não se encontra desta forma garantido.

Posteriormente, na Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro - *Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*³² – acrescentou-

²⁹ Um comentário crítico e construtivo em relação a este Decreto-Lei pode ser encontrado em GONÇALVES, Manuel Silva, [et al.] – *Arquivos de Família: organização e descrição*, Op. cit. p.12-16.

³⁰ O “órgão de gestão” a quem compete a execução da política arquivística nacional são os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo tal como enunciado no art.º 8º do Decreto-Lei nº 16/93.

³¹ Cf. art.º 19º – “Dever de manifesto” – do Decreto-Lei nº 16/93.

³² Para além das disposições genéricas sobre o Património Cultural Português, tem particular relevância para as áreas de arquivo o disposto no Título VII – “Dos regimes especiais de protecção e valorização dos bens culturais” – e em especial o Capítulo III – “Do Património Arquivístico” –, artigos 80º a 83º.

se a designação “de interesse cultural relevante”³³ além de mais alguns critérios que “devem ser tidos em conta”³⁴ para a classificação ou o inventário do património arquivístico, mantendo-se no entanto, e no nosso entender, uma definição pouco clara ou objectiva, nomeadamente em relação aos arquivos privados passíveis de classificação.

Aos arquivos, aplicam-se naturalmente outras leis e direitos de âmbito geral, nomeadamente em relação à informação que estes contêm, tal como o direito à protecção de dados pessoais da intimidade da vida privada³⁵. No caso dos arquivos privados, familiares ou pessoais, e porque estes frequentemente possuem documentação desta natureza, este é um facto igualmente a considerar na definição de políticas de acesso e comunicação pública, uma vez que a fronteira entre a protecção destes direitos individuais e a garantia do direito à informação, designadamente através da definição do que é informação de “interesse público” nem sempre é óbvia ou consensual. Outros direitos ou deveres relacionados com o conteúdo da informação devem ainda ser considerados como por exemplo os direitos de autor relativos a criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico ou relativos a segredos de estado.

Podemos assim observar que aos arquivos pessoais, que são naturalmente na sua origem arquivos privados (podem perder este estatuto ao serem doados, cedidos ou vendidos, com transmissão de direitos, a instituições públicas), além dos direitos gerais de propriedade e de protecção da divulgação pública do seu conteúdo, apenas se aplica legislação mais específica, tais como a que permite a salvaguarda, organização ou inventariação destes fundos, quando estes são classificados através de procedimentos definidos nas leis que referimos.

Por estes motivos salientamos a importância da legislação e do desenvolvimento desta. *A legislação é um dos eixos fundamentais ao qual se liga o desenvolvimento da arquivística e no qual se alicerçam as políticas*

³³ Cf. art.º 80º – “Conceito e âmbito do património arquivístico” – da Lei nº 107/2001.

³⁴ Cf. art.º 82º – “Critérios para a protecção do património arquivístico” – da Lei nº 107/2001.

³⁵ Sobre a responsabilidade civil relativamente à *divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada de outrem* referimos um documento de Clara Costa Rosa, do entretanto extinto Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais da APBAD que, não estando publicado, se encontra disponível no site: http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/documento.pdf (consultado em 12 de Fevereiro de 2007).

nacionais relacionadas com a gestão e organização dos arquivos. (...) A razão primeira, da necessidade de uma reflexão mais profunda, é o facto de a inexistência de um enquadramento legislativo específico deste tipo de arquivos na lei portuguesa afastar inequivocamente os seus proprietários das instituições públicas de arquivo, que são no nosso país as mais preparadas para prestar um serviço técnico de arquivo, desde a organização à preservação e difusão. Logo não é possível defender, neste particular, com eficiência o património cultural português³⁶.

Não podemos aqui esquecer o papel essencial dos arquivistas e investigadores que, conhecendo particularmente esta realidade e problemática, são uma peça fundamental para o desenvolvimento de princípios e soluções no sentido da preservação, organização e divulgação deste património arquivístico. De facto, *a reflexão sobre as dualidades básicas no encontro entre os interesses particulares e os públicos, problema fulcral neste campo da arquivística, não deve ser deixada à pura análise ocasional, mas deve constituir sim um conjunto sensível e prático de atitudes a tomar pelos organismos estatais, de acordo com regras mínimas pré-definidas³⁷.*

³⁶ PEIXOTO, Pedro de Abreu – Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados, Os Arquivos de Família. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD, 1 (1994), p.63.

³⁷ Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu – Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados, *Op. cit.* p.44.

Classificação e organização dos Arquivos Pessoais

Podemos encontrar como definição do que possa ser considerado um arquivo pessoal, o conjunto de documentos ou *de papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.*³⁸

Uma outra definição refere que *os únicos arquivos pessoais que podem ser identificados como tal, sem nenhuma dúvida por parte do arquivista, são os arquivos de função em que no conjunto documental só aparecem documentos relativos à actividade profissional e pessoal de determinado indivíduo*³⁹.

Encontramos ainda a ideia de que só se trata verdadeiramente de um *sistema de informação pessoal quando estamos perante de documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano*⁴⁰.

Sendo produzidos/acumulados por pessoas físicas de direito privado, os arquivos pessoais são naturalmente, na sua origem, privados.

Relativamente a estes arquivos, não podemos igualmente ignorar o facto de que, frequentemente, estes são *produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem [ou] propósito concebido que, na verdade, se destina à “monumentalização” do próprio indivíduo[...]*⁴¹.

De facto, a formação de um arquivo pessoal resulta de um conjunto de actos que originam a produção e acumulação de documentos por parte de um individuo, de acordo com o seu modo de vida e objectivos, representando assim o vínculo pessoal que o este tem com o mundo.

Resultando desta actividade individual, um arquivo pessoal possui naturalmente características próprias e específicas (quer em termos de conteúdos e tipologias quer em termos da sua estrutura e organização) que servem como argumento para que alguns autores se oponham a considerar estes documentos como documentos de arquivo⁴². De igual forma consideram que estes não podem por isso

³⁸ BELLOTTO, Heloisa Liberalli – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

³⁹ GONÇALVES, Manuel Silva [et al.] – *Arquivos de família: organização e descrição*, Op. cit.

⁴⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais*, Op. cit. p.77.

⁴¹ Retirado do documento do *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*, realizado no Rio de Janeiro (17-18 de Novembro de 1997) e em São Paulo (20-21 de Novembro de 1997).

⁴² A principal particularidade do "documento de arquivo" consiste em *su origen administrativo natural o involuntario, que le dota de carácter testimonial, frente al origen voluntario del documento cognitivo, primordialmente informativo. Ello tiene su reflejo en su diferente organización, que contrapone el fondo*

constituir um fundo, refugiando-se assim nos termos “coleção” ou “espólio”⁴³ para designar estes conjuntos documentais. Desta forma, estes autores restringem a noção de arquivo a um produto da actividade administrativa, judicial e contabilística.

Assim, e de acordo com esta perspectiva tradicional o tratamento arquivístico de arquivos pessoais (e familiares) tem sido realizado com base em classificações funcionais e temáticas em alternativa ao critério orgânico-funcional (que aplicamos e defendemos no âmbito desta dissertação) tal como refere Olga Dominguez ao afirmar:

*Estos archivos presentan una problemática específica en cuanto a su organización y descripción, debido a las características de que hemos hablado anteriormente, es decir, a su carácter heterogéneo, fragmentario e incoherente, formados en su gran mayoría por documentos sueltos. Las series no suelen ser tipológicas, sino de origen arbitrario y con fines particulares, cuya unidad se la suele dar el asunto o la información. Por otra parte, en la clasificación no podemos apoyarnos en el principio de procedencia y de estructura, como si se tratase de una institución con órganos, funciones y actividades muy definidas por la normativa, por lo cual el tratamiento de estos fondos puede acercarse, en muchas ocasiones, al de las colecciones*⁴⁴

Pode igualmente observar-se esta visão no trabalho de organização de um arquivo pessoal elaborado por Paulo Barata⁴⁵ que refere designadamente que os arquivos pessoais são tipologicamente bastante heterogéneos, razão pela qual as suas séries têm em geral uma reduzida expressão documental e uma organicidade nem sempre muito vincada⁴⁶.

O paralelo que podemos estabelecer a muitos níveis entre os arquivos familiares e os arquivos pessoais (e devido à ausência já referida de estudos ou trabalhos publicados especificamente sobre o tratamento destes últimos) permite-nos recorrer a trabalhos sobre os arquivos de família tal como o *manual de tratamento de arquivos de família*⁴⁷ que constituindo o primeiro trabalho publicado em Portugal sobre este tema abordando naturalmente a questão da classificação e organização destes, ainda que segundo uma perspectiva igualmente “tradicionalista” ou pelo menos distinta da

de archivo a la colección de biblioteca. Cf. RODRÍGUES BRAVO, Blanca – *El documento: entre la tradición y la renovación.* Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 258-259. Ou seja, esta autora considera que a documentação familiar e pessoal não possui os atributos específicos de um “documento de arquivo”.

⁴³ Estes termos são considerados como *difusos e equívocos* [sendo] *muito utilizados por força do hábito e de pouco sentido crítico*, Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais, Op. cit.* p.72.

⁴⁴ GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.

⁴⁵ Ver BARATA, Paulo J. S. – *Organização de um Arquivo Pessoal: Arquivo Mouzinho da Silveira - Análise de um Caso.* *Cadernos BAD.* Lisboa: APBAD, 2 (1993), p.55-73.

⁴⁶ Cf. BARATA, Paulo J. S., *Op. cit.* p.58.

⁴⁷ GONÇALVES, Manuel Silva, [et al.] – *Arquivos de família: organização e descrição, Op. cit.*

resultante do novo paradigma pós-custodial, informacional e científico em que se insere o modelo sistémico e interactivo aplicado no âmbito deste trabalho.

Este novo modelo proposto e defendido por Armando Malheiro da Silva⁴⁸ contrasta com as perspectivas tradicionalistas anteriormente referidas considerando a existência de organicidade e funcionalidade próprias nas entidades que geram os conjuntos documentais mesmo quando confrontados com documentação familiar ou pessoal. Considera assim este autor que *a prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos é um expediente simplista e equivocado, incompatível com os parâmetros essenciais e perenes do trabalho científico*⁴⁹.

Podemos observar a aplicação deste modelo a um arquivo pessoal no trabalho sobre *O Arquivo dos Açores de Ernesto do Canto*⁵⁰ e a um arquivo de família no trabalho publicado em 2005 sobre o arquivo da Casa de Mateus⁵¹.

Método de investigação adoptado

A nova abordagem científica que vimos defendendo para a Arquivística, a qual serve de suporte à realização deste estudo, exige a adopção de uma metodologia que nos permita, através de uma pesquisa científica, sistemática e revisível, analisar, reformular e validar as sucessivas hipóteses e propriedades que defendemos para o nosso Sistema e estudo em particular.

Para tal, recorreremos ao *método quadripolar*⁵², desenvolvido em projectos de *investigação qualitativa*⁵³ (no âmbito das ciências sociais e humanas) e que *consiste na*

⁴⁸ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.*.

⁴⁹ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.65.

⁵⁰ SILVA, Armando B. Malheiro da — O Arquivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de "erudição" histórico-arquivística: análise e superação. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003,

⁵¹ Ver FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS – Casa De Mateus - Catálogo do Arquivo, Vila Real: Cromotipo, Artes Gráficas Lda., 2005

⁵² Método proposto em 1974 por P. De Bruyne e outros autores como instrumento operativo de uma dinâmica de investigação instauradora de um novo paradigma nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a Interdisciplina das Ciências da Educação (ver DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974). Posteriormente adoptado e sugerido, em 2002, como dispositivo metodológico global para a Ciência da Informação por Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva (ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p.86-91).

*interacção dinâmica e em espiral de quatro pólos*⁵⁴: o *epistemológico*, o *teórico*, o *técnico* e o *morfológico*⁵⁵

No *pólo epistemológico*, definem-se os limites da problemática de investigação orientando-a durante todo o processo, procedendo-se à reformulação constante dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade.

No caso concreto deste estudo, e como já referimos, orientamos e enquadrámos a nossa fundamentação apoiando-nos num modelo decorrente do Paradigma Científico e Pós-Custodial da Arquivística⁵⁶.

O *pólo teórico* compreende as teorias, hipóteses e modelos produzidos e reformulados através de uma racionalidade do sujeito sobre o objecto de estudo no decurso do processo de investigação e apoiar-se-á em quatro princípios (*acção estruturante, integração dinâmica, grandeza relativa e pertinência*), substituindo os princípios tradicionais da *proveniência* e da *ordem original*.

Resumidamente, podemos descrever estes quatro princípios como o reconhecimento de que: o Sistema de Informação resulta de actos individuais ou colectivos que o edificam e modelam e que se reflectem designadamente na sua estrutura orgânica e funcional; o Sistema de Informação interage com o meio envolvente, dependendo tanto de factores e circunstâncias internas como externas; a estrutura orgânica resultante apresenta graus de complexidade diversos, variando desde uma estrutura simples e sem divisões sectoriais (unicelular) até uma de maior dimensão e complexidade com dois ou mais sectores funcionais (pluricelulares); e que, existem critérios de pertinência decorrentes da estrutura ou contexto do Sistema de Informação que determinam a forma como a informação é recuperada.

No presente estudo de caso, uma primeira observação e análise do objecto de estudo, leva-nos a caracterizá-lo como um sistema activo, unicelular e fortemente centralizado, sendo que, ao analisarmos a sua evolução, designadamente a incorporação do arquivo pessoal numa instituição (no IASI, a partir de 2001) o reenquadrámos, como um subsistema integrado no sistema activo, pluricelular mas ainda centralizado, desta instituição (o controlo da informação continua a ser feito

⁵³ LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] – *Investigação qualitativa :Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p.11.

⁵⁴ SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais*, *Op. cit.* p.58.

⁵⁵ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 86-91.

⁵⁶ Sobre o *Paradigma Científico e Pós-Custodial* ver SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivística*, *Op. cit.* p.208-211.

através de um único centro não possuindo sectores orgânico-funcionais autónomos). Serão estas as primeiras hipóteses definidas no pólo teórico.

O *pólo técnico* é aquele em que se consuma, por via instrumental, o contacto com a realidade objectivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico⁵⁷ através de diferentes procedimentos e técnicas empregues efectivamente pelo investigador incluídas em duas operações fundamentais: *observação casuística ou de variáveis*⁵⁸ e *avaliação retrospectiva e prospectiva*⁵⁹.

Partindo da observação, experimentação e da análise/avaliação (recorrendo a instrumentos como o questionário, a entrevista, a estatística, a análise de conteúdo, etc) iremos pôr à prova as formulações, hipóteses e teorias construídas nos pólos epistemológico e teórico.

Iremos neste estudo particular utilizar questionários, entrevistas⁶⁰, folhas de recolha de dados⁶¹ (com base nos campos hierarquizados da ISAD-(G)⁶² e elaboradas a pensar numa posterior digitação informática para a criação de uma Base de Dados) e proceder ao recenseamento⁶³ da informação bem como a uma análise de conteúdo.

Por ultimo, no *pólo morfológico* procede-se à *apresentação formal dos resultados obtidos graças à interacção construtiva dos pólos anteriores*⁶⁴

⁵⁷ RIBEIRO, Fernanda [et al.] – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional, modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação de Arquivo*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p.29.

⁵⁸ *Observação casuística ou de variáveis: consiste em recolher dados histórico-institucionais, biográficos, normativos e reguladores, e descrever a natureza e o funcionamento interno do Arquivo, através de várias técnicas ou procedimentos, tais como questionário, a entrevista, a elaboração de fichas de recolha de dados feitas segundo critérios razoáveis de descrição, etc, concebidos de modo a reunir todos os elementos indispensáveis para o correcto e exaustivo conhecimento do sistema.* (Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *O(s) Arquivo(s) da Universidade do Minho, Gestão e memória do plural ao singular. Conferência sobre arquivos universitários*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p.48.)

⁵⁹ *Avaliação retrospectiva e prospectiva: significa submeter os resultados da operação anterior [observação casuística ou de variáveis] a um rigoroso exame que permita revelar e tipificar o essencial da estrutura de cada Arquivo (avaliação retrospectiva) ou antecipar situações prováveis, potenciais ou preferíveis (avaliação prospectiva) quer no respeitante ao contexto orgânico (contexto de produção), quer na sua orientação funcional (de serviço).* (Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *O(s) Arquivo(s) da Universidade do Minho, Op. cit.* p.49.

⁶⁰ Ver Anexo 6 - Questionário/Guião da entrevista realizada ao Prof. Barbedo de Magalhães.

⁶¹ Ver Anexo 7 - Folha de Recolha de dados.

⁶² INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards – ISAD(G): *General International Standard Archival Description*. Ottawa: I.C.A., 1994. (Trad. portuguesa em: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD(G): normas gerais internacionais de descrição em arquivo. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 2 (1995), p.87-116.

⁶³ Ver Anexo 8 - Quadro de Recenseamento da documentação - Jornadas de Timor da UP.

⁶⁴ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação, Op. cit.* p.85-91.

representando o objecto em estudo bem como todo o processo de pesquisa e análise realizado sobre este. No âmbito da aplicação interactiva e dinâmica destes quatro pólos, o pólo morfológico, onde se realiza um resumo de todo o processo não constitui um ponto de chegada definitivo uma vez que o estudo do Sistema de Informação está em permanente construção e reformulação.

Destacamos neste estudo a apresentação dos quadros orgânico-funcionais e do catálogo (relativo a uma subsecção do SI).

I parte – Descrição, caracterização e contextualização do estudo de caso

Capítulo I - Caracterização do contexto informacional

Neste capítulo procedemos a uma breve descrição do enquadramento geográfico, político e cultural de Timor. Trata-se de um resumo que naturalmente não pretende proceder a uma descrição da história de Timor, traçando apenas uma visão possível e capaz de permitir uma contextualização necessária para a interpretação da documentação do arquivo objecto desta tese.

Descrevemos ainda, resumidamente, alguns arquivos provenientes do estado bem como de organizações da sociedade civil que possuem documentação relevante e importante sobre Timor-Leste e o seu processo de autodeterminação e independência.

Relativamente a estas últimas organizações da sociedade civil, o critério para a sua inclusão nesta caracterização foi, além da posse da documentação relevante referida, as relações entre estas organizações e o produtor do arquivo objecto deste estudo. De facto, este desempenhou funções em algumas destas associações tendo igualmente colaborado com as restantes na prossecução dos seus objectivos. A documentação reunida no desempenho destas funções, bem como a que foi cedida por estas associações faz parte deste arquivo pessoal tendo-se, no âmbito deste trabalho, criado os respectivos sub-sistemas de informação inseridos no subsistema Barbedo de Magalhães.

Consideramos ainda assim que estas instituições/associações descritas reflectem de certa forma o panorama Nacional relativamente aos arquivos com documentação sobre esta temática.

Enquadramento Geográfico, Político e Cultural de Timor⁶⁵

Diz a lenda maubere que Timor nasceu, há muitos séculos, do sonho de um rapaz e de um crocodilo, que juntos se fizeram ao mar, da vitória da amizade e da solidariedade sobre a fome⁶⁶.

Timor é uma ilha da Oceania⁶⁷, no Arquipélago Malaio, a maior e mais oriental das Pequenas Sondas, cuja forma oblonga sugere um crocodilo e se orienta na direcção Sudoeste/Nordeste, desalinhada sensivelmente e como que desgarrada, em ângulo agudo, ao Sul de Flores e a Leste de Sumba, da cadeia de grandes e pequenas ilhas do extenso Arquipélago das Sondas que em arco de círculo quase regular, se estende desde Sumatra até ao Mar de Banda.

Ao Sul e a Leste é banhada pelo Oceano Índico (Mar de Timor); ao Norte pelo Mar de Banda. Está rodeada pelas ilhas Rotti e Saval, sobre o estreito de Rotti, pelas ilhas de Lomblem Pantar e Alor ou Ombai, sobre o estreito de Ombai, pelas ilhas Pulo-Cambing (Ataúro) e Wetter sobre o estreito do mesmo nome, e no extremo oriental pelo ilhéu Kissar.

Mede cerca de 450 Km, no seu eixo maior e uns 100 Km, na maior largura. A sua área total é de cerca de 32.350 km².

Os estudos sobre a pré-história da ilha de Timor ainda são muito limitados, por carência de séria base científica, apesar das investigações de alguns sábios holandeses no século XIX. A história da ilha é praticamente a do seu descobrimento e ocupação pelos portugueses, no primeiro quartel do séc. XVI. Presume-se que se trata, no fundo de um dos inúmeros e banais episódios da livre exploração dos mares do Extremo Oriente por mercadores e mareantes portugueses do séc. XVI, depois de conquistada Malaca em 1511.

⁶⁵ Textos retirados de MAGALHÃES, António Barbedo de – *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*. Lisboa: Edição da Gradiva, 1999., de SYLVAN, Fernando – *Cantolenda maubere = Hananuknanoik maubere = The legends of the mauberes* : Timor Lisboa: Fundação Austronésia Borja da Costa, 1988 (trad. Luís da Costa). e de BARATA, Themudo Filipe. – *Timor contemporâneo : da primeira ameaça indonésia ao nascer de uma nação*. Lisboa : Equilíbrio, 1998.

⁶⁶ Cf. SYLVAN, Fernando – *Canto/lenda Maubere - Hananaknanoik Maubere - The Legends of the Mauberes*, *Op. cit.*.

⁶⁷ Ver Anexo 18 – Mapa de Timor.

A sua lenta ocupação mais não foi do que um capítulo sem *estória* da história marítima, comercial e missionária de Portugal nos séculos ulteriores. Algures entre 1512 e 1516 a ilha foi abordada, acidental ou propositadamente, por mercadores ou aventureiros portugueses que cruzavam já os mares da Malásia, em tráfico de especiarias de Malaca e que possivelmente se terão dirigido a Timor em busca de sândalo timorense, que era já famoso na Índia e na China.

O território estava dividido em pequenos estados governados por reis e organizados em duas ou três federações, cada uma das quais liderada por um imperador ou um rei mais poderoso.

As religiões destes povos eram animistas e totémicas e não hindu-budistas, como nos principais impérios sedeados em Samatra ou na ilha de Java. Existiam entretanto um reduzido número de comunidades islamizadas na ilha de Adunara, perto da ilha das Flores, nos portos de Torrão e de Dunara, onde mercadores árabes tinham construído fortificações. Em Timor, no entanto, essa influência ainda não chegara.

Só em 1562 se tem a primeira notícia de frades dominicanos portugueses, da Missão de Malaca, nas ilhas Flores, Sólor e Timor, para cristianização do gentio malaio.

O mais relevante da ocupação dessas ilhas - que andaram depois, por mais três séculos, na órbita da dominação ou influência portuguesa no Extremo-Oriente - é o de terem sido frades, e não militares, que por muito tempo as ocuparam, até serem inscritas nos domínios da coroa portuguesa.

Em 1585, o vice-rei da Índia, por ordem da Coroa, avoca à sua jurisdição a fortaleza da ilha de Sólor, construída e guarnecida apenas pelos frades. Assim, a ilha de Timor, dependência missionária dos dominicanos de Sólor, ingressou também no conjunto dos domínios ultramarinos da coroa de Portugal no Extremo-Oriente. Assim se conservou a ilha durante todo o domínio filipino em Portugal.

Em 1636, uma frota da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que já desde 1597 se tinha estabelecido em Java (Batávia), desembarcara em Sólor: uma força de cerca de 200 arcabuzeiros que ao cabo de algumas semanas ocupa o forte dominicano e expulsa da ilha os religiosos portugueses. Acolhe-se a presença portuguesa então em Timor, mas em 1641 a perda de Malaca, caída em Janeiro em poder dos holandeses, precipitou os acontecimentos.

A rebelião de um Rei local que desembarca primeiramente com uma frota de Paraus, em Larantuca, na ilha Flores, e depois em Timor invadindo e devastando todo o litoral, leva o comissário dominicano, Frei A. de S. Jacinto, por instruções recebidas de Goa, a empreender a construção de um forte em Timor, tendo sido escolhida a enseada de Cupão (Cupang) na extrema ocidental da ilha.

Inicia-se assim a primeira obra de ocupação militar, que não pôde chegar a concluir-se por afastamento do seu principal impulsionador. Os holandeses da Companhia das Índias, assaltam de surpresa e tomam sem um tiro, o inacabado forte português de Cupão.

A partir de 1651 os holandeses instalavam-se assim definitivamente na parte ocidental da ilha, com a cumplicidade de vários régulos indígenas, acabando em 1653 o forte de Cupão começado a construir pelos portugueses. Uma autêntica guerrilha se sucedeu, então, entre holandeses e portugueses, pela ocupação total da ilha, até 1661, altura em que a coroa portuguesa enceta negociações com os dirigentes da Companhia Holandesa, para se estabelecerem em bases sólidas os direitos de ocupação das três ilhas de Flores, Sólór e Timor.

Portugal reconheceu então aos holandeses a posse de Cupão e do território ocidental já ocupado; e os holandeses abandonaram a ilha de Sólór, afectando-se a Portugal o domínio das ilhas de Flores e Sólór e a parte oriental de Timor.

Desde então os religiosos portugueses mantiveram-se na região dos Belos, missionando e na prática governando a parte portuguesa da ilha, até 1702, altura em que foi criado pela coroa de Portugal o cargo de governador de Sólór e Timor inicialmente com capital em Lifão e a partir de 1769 em Díli.

Com os holandeses em Cupão, como sede administrativa do seu território, e com os portugueses instalados em Díli, capital de sua administração, a história de Timor resume-se à da dramática e lenta ocupação militar e administrativa de todo o território, tanto por parte dos portugueses, como dos holandeses.

Além das importantes diferenças religiosas entre Timor-Leste, predominantemente católico, e a Indonésia, predominantemente muçulmana, as colonizações portuguesa, de um lado, e holandesa, do outro, também acentuaram as, diferenças entre uns e outros.

A colonização holandesa teve como principal e assumido objectivo o lucro. Para isso, foram impostas plantações forçadas de café, açúcar, chá, tabaco, canela, anil, noz-moscada e outros produtos vendáveis no mercado internacional.

Com esse sistema de plantações, aplicado principalmente na ilha de Java, até cerca de 1870, a economia da colónia desenvolveu-se e a da metrópole cresceu ainda muito mais. O fim da escravatura levou à extinção do sistema de plantações e à sua substituição pela instalação de empresas capitalistas privadas, que adquirem direitos parecidos com os de Estados soberanos nas propriedades que compram ao Estado holandês. O desenvolvimento da indústria holandesa, à custa de capitais acumulados pela venda no mercado internacional dos produtos agrícolas da colónia, vai dar origem, no início do século XX, a uma nova fase da colonização holandesa, conhecida pela “via moral” ou “política ética”.

A necessidade de vender os produtos manufacturados da metrópole leva os colonizadores a pensar na necessidade de transformar uma parte da enorme população das Índias Orientais Holandesas em consumidores. Para isso era necessário fazer duas coisas:

a) Explorar menos e pagar melhor aos trabalhadores indonésios;

b) Criar uma classe média com alguma instrução e com hábitos sociais, de higiene, de relação, etc., que a fizessem sentir necessidade de produtos manufacturados, tornando um número significativo de autóctones susceptíveis à oferta, à novidade e até à moda.

Se acrescentarmos a estas necessidades económicas da metrópole algumas preocupações humanitárias e a revolta que nalguns espíritos mais sensíveis e esclarecidos provocava a exploração desumana dos “nativos”, torna-se claro o quadro que fez surgir uma nova política, mais humana, mais “ética”.

Os limites desta “política ética”, no entanto, são claros: nada de industrializar a colónia. Nesse ponto os empresários holandeses e os banqueiros estavam totalmente de acordo. A industrialização das Índias Orientais criaria uma concorrência perigosa para as indústrias metropolitanas, o jogo dos preços deixaria de ser controlado pela metrópole e o crescimento económico da Holanda poderia correr riscos.

Esta “política moral” levou a melhorias significativas da saúde pública nas zonas habitadas por europeus ou que mereciam um maior interesse da metrópole holandesa. Mas não resolveu o problema da fome, que se manteve endêmica e muito generalizada. No campo da educação, esta “política ética” vai ter um impacto bastante limitado.

Em meados do séc. XIX sérios atritos diplomáticos entre Portugal e a Holanda, por questões de limites, vieram a ser regulados definitivamente. Foi entretanto negociada a cedência ao Estado Holandês das ilhas de Sólór e Flores a troco de uma irrisória indemnização em dinheiro para o Estado português.

Como acontecimentos de relevo para a história da ilha de Timor, há a assinalar ainda as consequências políticas da Segunda Grande Guerra Mundial que se traduziram na invasão e ocupação militar japonesa, de 1942 a 1945, e, depois da derrota militar do Japão pelas Potências Aliadas, a recuperação portuguesa do seu antigo território.

Quando os aliados ocidentais declaram guerra contra o Japão, decidiram usar a ilha de Timor como linha de defesa contra o avanço japonês em direcção ao sul (apesar dos protestos de Portugal, que era neutro). Em meados de Dezembro de 1941, apenas dez dias depois do ataque a Pearl Harbor, aproximadamente 400 soldados das Índias Ocidentais Holandesas e da Austrália ocuparam a parte ocidental de Díli.

Dois meses mais tarde, o Japão atacou a ilha e rapidamente expulsou os holandeses da metade ocidental. Em Timor-Leste, algumas centenas de comandos australianos e alguns timorenses conseguiram encurralar uns vinte mil soldados japoneses durante quase um ano. Mas, em Janeiro de 1943, o Japão controlava toda a ilha. A ocupação japonesa foi uma das épocas mais sombrias da história de Timor-Leste (só ultrapassada em crueldade e devastação pelos indonésios). Cerca de 60 mil timorenses perderam as suas vidas em consequência da brutal ocupação japonesa, como resposta à prévia ocupação australiana e dos bombardeamentos aliados que procuravam expulsá-los. A guerra danificou muito Díli e destruiu parcialmente muitas das principais vilas e aldeias do território.

Com a derrota do Japão em Agosto de 1945, Portugal voltou e reafirmou o seu controle sobre Timor-Leste, que gradualmente voltou ao estado anterior à guerra. Os portugueses começaram a reconstruir a infra-estrutura colonial que tinha sido

devastada, empregando muitas vezes os mesmos métodos de trabalhos forçados que tinham sido usados antes da guerra. Em 1949 cessava o domínio colonial na parte ocidental da ilha, acordo entre a República da Indonésia e a Holanda, proclamada em Agosto de 1945, que libertou todas as antigas possessões holandesas no extenso Arquipélago, excepto a Guiné papua ocidental.

A colonização portuguesa de Timor foi ineficiente e até quase inexistente. A falta de colonos, a distância à metrópole, o facto de ter sido, até muito tarde, uma colónia administrada por outra colónia (a Índia, primeiro, e Macau, depois), a falta de recursos e a insalubridade de Díli e outras terras eram factores desmobilizadores que conduziram a uma quase estagnação. O sistema de plantações foi tentado muito tardiamente e teve resultados efémeros.

Com excepção de um revolta séria em 1959 (que foi rapidamente sufocada), as relações entre timorenses e portugueses continuaram bastante calmas - embora debaixo da superfície houvesse sentimentos de nacionalismo nascentes.

A Igreja Católica, que tinha visto o número de seus fiéis aumentar devido às dolorosas experiências da guerra, ajudou a diminuir as tensões, encorajando o sentimento pró-Portugal no culto e na educação. Em 1974 cerca de um terço da população timorense dizia-se católica. A ocupação indonésia, por forças em que o islamismo é a religião mais seguida, levou a um crescimento rápido do número de cristãos, por oposição, mais uma vez, ao poder do opressor.

As missões católicas desempenharam um papel determinante em Timor. Não apenas no plano religioso, em sentido estrito, mas também nos planos social, económico, político e até militar. Mesmo depois de ter chegado a Timor o seu primeiro governador, no início do século XVIII, a influência da Igreja manteve-se, apesar de as missões terem sido proibidas no território em dois períodos distintos: nos tempos do liberalismo e a seguir à implantação da República. Até 1960 a maior parte do ensino no então chamado Timor português estava a cargo das missões católicas.

Timor português foi, quase sempre, uma colónia deficitária, onde apenas a missionação apresentava resultados positivos. A lentidão com que se desenvolveu o ensino em Timor atrasou a formação de uma elite nacionalista culta e reivindicativa, que ainda dava os primeiros passos na década de 70. Todavia, certos elementos da Igreja Católica desempenharam um papel importante no desenvolvimento do

pensamento nacionalista. Embora a maioria das escolas católicas estivessem orientadas para assuntos portugueses, os jesuítas muitas vezes criticavam o colonialismo e as condições sociais.

No seminário nos arredores de Díli, onde muitos dos timorenses orientais que trabalhavam para a administração portuguesa tinham recebido sua educação, professores jesuítas discutiam movimentos nacionalistas que estavam desabrochando e abordagens progressistas ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, e promoviam um sentido de identidade timorense entre os estudantes.

Um jornal da Igreja, Seara, que estava livre das leis de censura, ensinava tétum aos seus leitores e muitas vezes servia como animado fórum de ideias progressistas. Algumas das pessoas que contribuíam para este, que tinha tido contacto com movimentos africanos de libertação, começaram a defender privadamente a independência de Timor-Leste. As autoridades portuguesas forçaram o Seara a parar de ser publicado em 1973, mas nesta época já ocorriam reuniões de dissidentes em Díli.

Embora a grande maioria da população estivesse estagnada em vilarejos rurais, uma pequena elite nacionalista culta e reivindicativa, já se tinha desenvolvido durante os anos 70. Quando o império colonial português finalmente começou a ruir, este grupo de estudantes, professores e até administradores coloniais ajudou o pequeno Timor-Leste a emergir da sua posição de relativo isolamento, penetrando no mundo turbulento da política internacional de poder.

Em Maio de 1974, formaram-se três partidos políticos tinham sido formados: a UDT - União Democrática Timorense -, a ASDT -Associação de Sociais Democratas Timorenses - (que mais tarde se transformou na Fretilin - Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) e a Apodeti - Associação Popular Democrática Timorense.

O primeiro partido a ser fundado, a UDT, era de modo geral conservador e a favor de Portugal. Mas se inicialmente defendia a continuação da ligação a Portugal, com o aumento da oposição ao colonialismo passou a apoiar uma eventual independência total.

O segundo partido, ASDT, advogava "as doutrinas universais do socialismo e da democracia". Comprometido com a independência desde o começo, imaginava um

período de descolonização de oito a dez anos, que proporcionaria a oportunidade de desenvolver as estruturas necessárias para a independência.

Um terceiro partido, Apodeti era a favor de uma "integração autónoma" com a Indonésia. (o nome "Associação para Integração de Timor com a Indonésia" foi logo mudado devido a reacções públicas).

Por esta altura o número de analfabetos ainda era de cerca de 90%. Apesar das suas limitações, a educação promovida pela igreja católica deu origem a uma pequena classe autóctone minimamente instruída, que se foi transformando numa elite intelectual cada vez mais consciente das realidades e dos mecanismos do poder, mais reivindicativa e nacionalista.

*A criação destas associações políticas, e a sua auscultação pelo governo local foram um primeiro passo no sentido da descolonização a que Portugal deu início em 1974-1975. Uma primeira "experiência democrática" terá sido a eleição da administração regional do concelho de Lauten por votação secreta e universal. Esta experiência iria estender-se aos restantes 12 concelhos do Timor Português se a interferência Indonésia não tivesse gerado a instabilidade política e quebrado a operacionalidade da administração portuguesa a partir da noite de 10 para 11 de Agosto de 1975, na sequência de um golpe de força comandado por Jakarta.*⁶⁸

O projecto português de descolonização para Timor⁶⁹

Apesar dos incipientes interesses de Portugal no Timor Português e na região, o novo regime político em Lisboa abriu caminho ao processo de descolonização da colónia, que se gorou devido ao interesse da Indonésia em a ocupar e anexar e ao beneplácito dos dirigentes políticos da Austrália e dos EUA.

Com a sanção efectiva dos decisores políticos, sugestão do Primeiro Ministro da Austrália e dos EUA, a Indonésia precipitou uma campanha de destabilização de Timor, a partir de Agosto de 1974, que culminou na invasão da antiga colónia portuguesa, em 7 de Dezembro de 1975. Isto pôs, inexoravelmente, fim ao projecto português de

⁶⁸ Cf. MAGALHÃES, António Barbedo de – *Timor-Leste na encruzilhada da Transição Indonésia*, *Op. cit.*.

⁶⁹ Retirado de FERNANDES, Moisés – *O processo de descolonização de Timor Português nos arquivos portugueses*. (Comunicação apresentada no IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, Lisboa: 25 de Outubro de 2005.)

descolonização do território que estava previsto para ter lugar no dia 15 de Outubro de 1978, de acordo com 1.^a alínea do artigo 5.^o da lei n.º 7/75, de 17 de Julho.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, as novas autoridades centrais portuguesas procederam à descolonização da África lusófona, ao reconhecimento da integração de Goa na Índia, excluíram Macau do processo geral de descolonização e planearam um prolongado processo de descolonização para Timor. A última atitude deveu-se, em grande parte, ao reconhecimento de que os interesses das duas potências da região, a Indonésia e a Austrália, deveriam ser tomados devidamente em consideração para garantir um processo sem grande turbulência, atendendo aos exíguos interesses políticos, económicos, comerciais e financeiros de Portugal na colónia e em toda a região.

Não obstante o empenho português em manter ambos os países informados acerca do processo de descolonização, o primeiro-ministro trabalhista australiano, Gough E. Whitlam, comunicou ao presidente da Indonésia, general Suharto, que achava que era melhor anexar Timor. Na primeira sessão da cimeira de Wonosobo, que decorreu no dia 6 de Setembro de 1974, o chefe do governo australiano comunicou a Suharto que: “he believed that Portuguese Timor should become part of Indonésia”⁷⁰. O último retorquiu que: “ultimately the Indonesians hoped for the incorporation of Portuguese Timor as being in the best interests of the region, of Indonesia and of Australia”⁷¹.

A diplomacia portuguesa teve conhecimento deste entendimento que iria seriamente condicionar a futura evolução política de Timor. No mesmo mês, o director-geral dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, Magalhães Cruz, comunicou ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, que a Austrália tinha dado o seu beneplácito à integração de Timor na Indonésia⁷². Apesar deste desfecho, o governo central português e a administração portuguesa de Timor continuaram empenhados no processo de descolonização do território.

Após várias vicissitudes, o governo português publicou a lei n.º 7/75, em 17 de Julho, na qual delineava o processo circunstanciado e o calendário de descolonização para Timor. De acordo com este diploma constitucional o futuro desta colónia seria

⁷⁰ WAY, Wendy – *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*. Canberra e Melbourne: Department of Foreign Affairs and Trade; Melbourne University Press, 2000.

⁷¹ *Idem.*, p.97.

⁷² PIRES, Mário Lemos – *Relatório do Governo de Timor: Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981.

determinado por uma Assembleia Popular “representativa do povo do território, a constituir por eleição directa, secreta e universal, com inteiro acatamento dos princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem”⁷³. Este órgão seria eleito no dia 17 de Outubro de 1976 tendo por incumbência “definir, por maioria simples e por voto directo e secreto, o estatuto político e administrativo do território”⁷⁴. Os trabalhos legislativos deveriam realizar-se de forma a permitir que no dia 15 de Outubro de 1978 cessassem “todas e quaisquer prerrogativas de soberania e administração da República Portuguesa sobre aquele território, sem prejuízo da continuação de laços de estreita cooperação em todos os domínios, no âmbito de acordos livre e mutuamente aceites”⁷⁵.

Para preparar a elite timorense para a independência seriam instituídos órgãos transitórios de representação e de Governo do território de Timor que entrariam em funções em 24 de Outubro de 1975 e se manteriam até 14 de Outubro de 1978. Os órgãos a instituir seriam: um alto-comissário; um governo presidido pelo último e composto por 5 secretários-adjuntos; e, um Conselho de Governo, “de natureza consultiva constituído por dois membros eleitos por cada Conselho Regional e quatro membros designados por cada uma das associações políticas de Timor, como tais reconhecidas, e que queira exercer esse direito”⁷⁶. Em simultâneo, foi publicado o “Estatuto Orgânico de Timor”, a mini-constituição do território, que estabelecia as regras básicas do jogo político na colónia até à sua independência.

O programa de descolonização e a mini-constituição de transição não suscitaram apoios entre os principais decisores políticos da Austrália e da Indonésia, acabando o último país por invadir e anexar o Timor Português, com o apoio de 4 associações políticas timorenses: a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), a União Democrática Timorense (UDT), o *Klibur Oan Timur Aswain* (KOTA) e o Partido Trabalhista⁷⁷.

⁷³ *Idem.*, p.211.

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ *Idem.*, p.212.

⁷⁶ *Idem.*

⁷⁷ RISCADO, Francisco A. [et al.] – *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981. p.269-270.

Breve descrição da documentação existente em Arquivos Portugueses sobre Timor, nomeadamente sobre o processo de autodeterminação e de construção do novo Estado.

Portugal foi o primeiro dos quatro países com intervenção ou influência directa na descolonização desta antiga colónia (Indonésia, Austrália e EUA), em 1981, a divulgar dois relatórios⁷⁸ sobre este fracassado processo. Embora muitos dos documentos cruciais que nos permitem entender o que se passou nesta antiga colónia da Oceânia não fossem publicados, os que foram divulgados, mesmo que parcialmente, permitiram pela primeira vez à comunidade académica começar a entender a complexidade desta matéria e dos interesses contraditórios que condicionaram o comportamento destas quatro potências.

Decorridos 19 anos sobre a publicação dos dois relatórios portugueses, o Arquivo Nacional da Austrália, em parceria com uma equipa da *University of Melbourne* e do ministério australiano dos Negócios Estrangeiros, editaram uma colectânea significativa de documentos sobre a atitude oficial deste país relativamente à anexação de Timor pela Indonésia entre 1974 e 1976. Nesta obra são revelados documentos elaborados por vários departamentos governamentais australianos, incluindo os relatórios de conversas das cimeiras entre o primeiro-ministro australiano, Gough E. Whitlam, e o presidente da Indonésia, general Suharto, que demonstram plenamente o alinhamento e a convergência de interesses entre o governo trabalhista de Camberra e o regime autoritário de Jacarta na questão de Timor.

Em relação aos arquivos portugueses, verificamos que estes reúnem documentação relevante quer sobre o processo de descolonização, assim como sobre o processo de autodeterminação de Timor que conduziu à sua independência em Maio de 2002.

Destes arquivos, devemos distinguir entre aqueles provenientes do Estado e seus departamentos governamentais – que essencialmente contêm documentação relativa à administração do território e ao processo de descolonização, em 1975 – e os arquivos resultantes da acumulação de documentação por elementos e organizações da sociedade civil – que incluem também vasta documentação sobre o processo de autodeterminação e independência de Timor –, nomeadamente o arquivo pessoal objecto desta tese, o arquivo de António Pinto Barbedo de Magalhães.

⁷⁸ Ver RISCADO, Francisco A. [et al.], *Op. cit.* e PIRES, Mário Lemos, *Op. cit.*

Arquivos provenientes do Estado⁷⁹

Ao contrário do que acontece noutros países, onde os arquivos dos vários departamentos governamentais estão exclusivamente concentrados no arquivo nacional, em Portugal estes estão divididos por arquivos que correspondem aos seus respectivos ministérios, incluindo serviços governamentais já extintos, como é o caso do Arquivo Histórico Ultramarino, que era um serviço do antigo ministério das Colónias/Ultramar ou os Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha, que integravam os antigos ministérios do Exército e da Marinha, respectivamente, e que posteriormente passaram para a tutela do ministério da Defesa Nacional.

Em termos genéricos, existem 5 arquivos que possuem documentação sobre o processo de descolonização de Timor:

- **O Arquivo do Conselho da Revolução**, à guarda do **Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo**, que disponibiliza informações sobre o processo de descolonização de Timor em termos gerais;
- **O Arquivo Histórico-Diplomático** do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre a vertente político diplomática;
- **O Arquivo Histórico Ultramarino**, sobre as áreas políticas e administrativas do governo português da colónia;
- **O Arquivo Histórico Militar**, sobre a componente do Exército;
- **O Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha**, centrado nas actividades da Armada no território.

⁷⁹ Retirado de FERNANDES, Moisés, *Op. cit.*.

Arquivo do Conselho da Revolução – IANTT:

O “Arquivo do Conselho da Revolução” constitui um dos mais importantes fundos à guarda desta instituição, no que diz respeito a Timor. A razão é simples: reúne uma grande quantidade de documentos provenientes de vários órgãos de soberania e de departamentos governamentais.

Destacam-se os dois “Relatórios de Timor”⁸⁰, que foram publicados em 1981 pela presidência do Conselho de Ministros, mais um terceiro relatório que nunca foi editado, mas que os complementa.

No volume 1, n.º 85, denominados “Relatórios de Timor” encontram-se o “Relatório do Governo, do período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975”, de autoria do coronel graduado Mário Lemos Pires, de Abril de 1975, classificado como “confidencial”, que corresponde ao que foi publicado em 1981. O “volume II (Anexos)” possui cópias de todos os documentos referenciados no relatório do governador e que foram editados na íntegra.

Nesta caixa encontram-se ainda 6 exemplares⁸¹ de um relatório denominado “O Problema de Timor”, elaborado pelo comandante Vasco Almeida e Costa, capitão-de-fragata Vítor Crespo e o tenente-coronel José B. de Canto e Castro, de 22 de Janeiro de 1980. Classificado de “segredo”, este documento discute a concertação de posições em relação a Timor entre o presidente da República, o Conselho da Revolução e o Governo e concluiu que “na actual situação, sem o advento de factos políticos novos, ser praticamente impossível obter de novo condições que permitam Portugal retomar o exercício efectivo das suas responsabilidades de Potência Administrante”⁸².

No volume 2, n.º 86, encontramos o chamado “Relatório de Comando [referente] ao Período de Novembro de 1974 a Dezembro de 1975”, de autoria do coronel graduado Mário Lemos Pires, de Março de 1976. O volume I, classificado de “confidencial”, e o “volume II (anexos) de “segredo”, corresponde a toda a documentação mais sensível que nunca foi publicada.

O volume II, classificado de “segredo”, reproduz 201 documentos, que permitem esclarecer muitas das controvérsias acerca da alegada proximidade de posições entre Portugal e a Indonésia. Para além deste último relatório de Lemos Pires e dos seus

⁸⁰ Ver RISCADO, Francisco A. [et al.], *Op. cit.* e PIRES, Mário Lemos, *Op. cit.*.

⁸¹ Das fotocópias nº 3 à nº 8.

⁸² Cf. *Relatórios de Timor*. Lisboa: ACR, IAN/TT, vol.1, nº 85, p.16.

anexos, contém um exemplar do relatório Riscado. Finalmente, disponibiliza uma transcrição do programa da RTP “*Grande Reportagem*” sobre o processo de descolonização de Timor.

Neste fundo podem-se, ainda, encontrar várias referências a Timor nas “actas” e nos “documentos apresentados ao Conselho da Revolução”.

O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Este é um dos mais importantes arquivos públicos portugueses sobre a questão da descolonização de Timor na vertente político-diplomática. Com a finalidade de facilitar a investigação, disponibiliza bons descritores sobre o período colonial e a tentativa falhada portuguesa de proceder à sua descolonização.

Nos maços PAA 1161 a 1164 encontra-se informação relativa à Indonésia. Relativamente à Austrália existem os maços PAA 1175 e 1176, e sobre o Timor Português os maços PAA 803 a 809, 1331 e 1455 a 1460.

Provavelmente por razões de segurança, este arquivo tem ainda à sua guarda uma parte substancial e sensível, do ponto de vista político, do fundo do Gabinete dos Negócios Políticos do antigo ministério do Ultramar. Apesar da sua inventariação parcial, a base de dados já pode ser acedida pelos utilizadores do arquivo.

Finalmente, o inventário do “Gabinete de Assuntos Especiais – Timor” possui documentação sobre o processo de descolonização, a invasão da Indonésia e os contactos com o Governo Provisório. Os temas referenciados neste espólio são a “definição estratégica da política de Portugal quanto a Timor” por parte de vários órgãos de poder e departamentos governamentais, o que permite um estudo empírico sobre a política externa portuguesa em relação a Timor. Aborda, ainda, assuntos políticos no âmbito da ONU, nomeadamente nas comissões de Descolonização, dos Direitos Humanos, na Assembleia-Geral, no Conselho de Segurança, entre outros órgãos dirigentes e organismos especializados. Também faculta documentação sobre vários temas, tais como: assuntos administrativos, jurídicos, culturais, religiosos e humanitários, e as repercussões da questão de Timor em Terceiros Estados e nas acções das Organizações Não-Governamentais.

No total este acervo documental é constituído por 124 dossiers e ainda por uma colecção de 57 vídeos, de fotografias, de audiocassetes, mapas e cartazes.

Arquivo Histórico Ultramarino

Este arquivo, que integra o Instituto de Investigação Científica Tropical, tem à sua guarda um importante espólio multissecular sobre Timor, assim como sobre as restantes antigas colónias portuguesas.

Só existem, contudo, inventários documentais até 1921⁸³. A partir de então verifica-se uma completa ausência de descritores para o gabinete do ministro, direcções gerais, repartições, entre outros serviços, deste enorme e complexo ministério. Esta situação dificulta seriamente a realização de estudos sobre a época contemporânea nas antigas colónias portuguesas. A única excepção a esta desoladora realidade é a existência do inventário do Gabinete dos Negócios Políticos, repartição adstrita ao gabinete do ministro do Ultramar. Todavia, esta catalogação é parcial, pois uma parte significativa da documentação, tida como mais delicada, encontra-se no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como se referiu anteriormente.

Apesar dos sérios limites mencionados, os documentos disponibilizados são relevantes para eventuais estudos sobre temas políticos, administrativos, diplomáticos e militares, entre outras matérias, que influenciaram a evolução do território.

Arquivo Histórico Militar

Este arquivo dispõe de um inventário de documentos referentes ao Comando Territorial Independente de Timor (CTIT), que foi substituído pelo Comando-Chefe das Forças Armadas de Timor (CCFAT), às suas duas reorganizações, assim como algumas propostas de alteração dos quadros orgânicos do seu Centro de Instrução, entre outras matérias de cariz meramente técnico-militar⁸⁴.

Por outro lado, faculta aos leitores um “Índice das Histórias das Unidades que Estiveram no Ultramar”, provavelmente elaborado em 1980, no qual faz várias referências a múltiplas unidades destacadas para Timor, como, por exemplo, o “Pelotão de Polícia Militar”⁸⁵ e a “Companhia de Caçadores”⁸⁶, não disponibilizando, contudo, documentação sobre as mesmas.

⁸³ Cf. IANTT – *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Oriente; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. vol.II p.72.

⁸⁴ Estado-Maior do Exército – *Timor: 2.ª Divisão, 9.ª Secção: Inventário de Documentos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 2002. p.11-12.

⁸⁵ Estado-Maior do Exército – *Índice das Histórias de Unidades que Estiveram no Ultramar*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1980. p.10.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

Este arquivo tem um importante fundo, organizado pela “Comissão Eventual para a Localização e Recolha de Documentos da Marinha” sobre a sua Acção nas “Operações Militares em África e Timor”, 1961-1975, mais conhecida por “Coloredo”. O índice geral deste acervo está ordenado alfabeticamente por “províncias ultramarinas”.

O inventário n.º 6 centra-se nas actividades da Marinha em Macau, na Índia e em Timor. Sobre a última colónia existem 16 pastas que cobrem vários temas.

A pasta n.º 001, denominada “assuntos diversos”, refere-se ao período entre 1958 e 1976, dando especial ênfase às matérias relacionadas com a Armada Portuguesa e o comando naval de Timor. Relativamente à descolonização do território, possui dois “INTSUMs” (*Intelligence Summaries*), os nos. 5/76 e 9/76, de 10 de Fevereiro e de 11 de Março de 1976, respectivamente.

Na pasta n.º 003 estão os relatórios dos NRPs, Afonso Cerqueira, relativamente às suas missões entre 3 de Setembro de 1975 e 11 de Março de 1976; João Roby, entre 24 de Outubro de 1975 e 20 de Maio de 1976; e, Oliveira e Carmo, entre 20 de Novembro de 1975 e 13 de Maio de 1976.

Na pasta n.º 004, encontrámos documentos relativos aos últimos dois comandantes do Comando da Defesa Marítima de Timor: o capitão-tenente Leiria Pinto e o capitão-de-fragata Chagas Torre. O relatório circunstanciado do primeiro incide sobre os meses de Agosto e Setembro de 1975 e fornece dados importantes sobre a evolução diária da conjuntura político-militar a partir da noite de 8/9 até à noite de 26 de Agosto de 1975, quando a Estação Rádio Naval de Timor fez a sua última comunicação com a sua congénere de Macau.

A pasta n.º 005 possui uma cópia do relatório (vol. I) e anexos (vol. II) do governador Mário Lemos Pires, que se encontra no Arquivo do Conselho da Revolução e que foi publicado em 1981.

A pasta n.º 006 integra “documentos de comissão de navio João Roby, entre 6 de Outubro de 1975 e Maio de 1976”. A n.º 007 tem o mesmo tipo de documentos referentes ao período de Agosto de 1975 a Março de 1976. A n.º 008 debruça-se sobre a “situação em Timor: mensagens diversas”, “força para actuação”, “rendições” e “documentos diversos”, entre Setembro de 1975 e 16 de Fevereiro de 1976.

⁸⁶ *Idem*, p.15.

Na pasta n.º 011 pode encontrar-se uma “relação dos oficiais da armada que prestaram serviço no Comando da Defesa Marítima de Timor e na Estação Rádio Naval de Díli”, entre 1957 e 1975. A pasta seguinte concentra-se sobre o “dispositivo naval” do território entre 1 de Janeiro de 1959 e 9 de Setembro de 1976.

Arquivos provenientes da sociedade civil

Importantes acervos documentais que poderiam, eventualmente, esclarecer aspectos tidos como mais controversos nos processos de descolonização e de auto-determinação do povo de Timor-Leste primam, porém, pela inexistência de tratamento arquivístico, não estando, assim, disponíveis ao público em geral nem incorporados em nenhum arquivo público.

Ao contrário dos países mais desenvolvidos, onde a documentação produzida pelos decisores políticos em exercício de funções oficiais transita para os respectivos arquivos departamentais ou para o arquivo nacional, após ter decorrido um determinado tempo, em Portugal existe a “tradição” (muito comum nos países em vias de desenvolvimento), de estes profissionais “levarem tudo para casa”.

Além desta “tradição”, não existe também, normalmente um cuidado especial de salvaguarda desta documentação, devido a limitações impostas quer pela falta de recursos humanos especializados quer pela falta de visão relativamente à importância da mesma.

Existe, por isso uma necessidade premente de se proceder à recolha e tratamento arquivístico destes importantes acervos documentais propriedade de associações e particulares, com o desígnio de melhorar o conhecimento sobre o passado recente de Timor-Leste, em particular, e as políticas e factos relativos aos processos de independência e de auto-determinação do povo Maubere, bem como sobre a descolonização portuguesa e dos outros países.

As primeiras organizações a fazer um trabalho consistente de solidariedade com Timor-Leste em Portugal foram a Associação de Amizade Portugal/Timor-Leste (AAPTL) e o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC). A AAPTL organizava reuniões e conferências e difundia informações pela imprensa e entre partidos políticos e sindicatos. Apoiava a estratégia da Fretilin da altura, que enfatizava a necessidade de reconhecer a RDTL (República Democrática de Timor-Leste) e a aceitação da Fretilin como único legítimo representante do povo de Timor-Leste. O falhanço desta estratégia tornou-se tão evidente que os líderes desta associação

decidiram “congelar” a AAPT⁸⁷. Por este motivo não foi possível identificar a documentação que esta associação possa ter acumulado ou produzido.

CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

A história do CIDAC⁸⁸

Em Maio de 1974 o CIDA-C (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial) abriu as suas portas em Lisboa, disponibilizando à sociedade portuguesa a informação que ao longo de anos o chamado "Grupo do BAC" (Boletim Anti-Colonial) tinha clandestinamente recolhido, tratado e difundido, como forma de despertar os cidadãos para a injustiça da ocupação e da guerra colonial e para a urgência do derrube da ditadura. Nesta altura, o CIDA-C propunha-se a contribuir para uma mobilização nacional que garantisse o reconhecimento, por parte do poder criado na sequência do 25 de Abril, do direito à autodeterminação e independência das colónias portuguesas.

A partir de Janeiro de 1977 adoptou o nome de Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, em homenagem a um pensador e combatente que marcou a história da libertação dos povos e a partir de Abril deste ano começou a publicar quinzenalmente, “Timor-Leste, Boletim de Informação do CIDAC”. Mais tarde, quando as notícias de Timor começaram a escassear, o Boletim passou a ser publicado mensalmente.

Em Fevereiro de 2004 mudou novamente a sua denominação para Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, como forma de melhor adequar o nome à missão da organização. Projecto que foi desenvolvido ao longo de 30 anos de muitas mudanças perante as quais foi sempre imperioso aprender, arriscar e transformar.

O CIDAC nasceu de uma luta pela liberdade e pela justiça, assim como pelo que hoje designaríamos como o exercício de uma cidadania activa. A sua missão exprime-se do seguinte modo: "O CIDAC promove a solidariedade entre os povos como parte integrante de uma cidadania activa num contexto de progressivas interdependências

⁸⁷ Cf. MAGALHÃES, António Barbedo de – *Timor Leste e Indonésia: contexto global e actores locais* – no prelo.

⁸⁸ Retirado do site do CIDAC, disponível em: <http://www.cidac.pt/> (consultado em 20 de Fevereiro de 2007).

mundiais. Consideram-se formas de participação privilegiadas as acções de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, assim como outras acções potenciadoras do desenvolvimento sustentado de pessoas e comunidades".

CIDAC identificou quatro temáticas-chave nas quais se empenha prioritariamente, significativas tanto a Norte como a Sul: Comércio e Desenvolvimento, Migrações e Desenvolvimento, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento (nos dois últimos casos consideradas justamente enquanto temáticas e não na sua vertente operacional). O reforço das organizações da sociedade civil mantém-se um objectivo transversal, que deve ser objecto de uma concretização efectiva através das opções políticas e metodológicas assumidas no conjunto da actividade. As opções mais recentes vêm na continuidade da acção do CIDAC, baseada na informação, pesquisa e formação para o desenvolvimento, tanto nos Países de Língua Oficial Portuguesa como em Portugal, como forma de contribuir para a construção de uma relação solidária entre os povos.

Ao longo de quase três décadas, o CIDAC participou, sempre em conjunto com parceiros locais, na promoção de mais de uma centena de projectos de desenvolvimento, de diferentes dimensões, natureza e impactos, em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor-Leste.

É neste sentido que o CIDAC tem concretizado, em parceria com organizações não-governamentais de outros países europeus, projectos de Educação para o Desenvolvimento.

Centro de Documentação

No âmbito do Centro de Documentação, único no seu género, o CIDAC optou por uma especialização em duas áreas específicas e complementares: as realidades dos PALOP, em todas as suas vertentes e as relações entre Portugal e esses países. Coligindo monografias, documentação cinzenta, publicações periódicas, recortes da imprensa portuguesa e materiais audio-visuais, o Centro de Documentação foi, desde os primeiros momentos da vida do CIDAC, disponibilizando esta informação através de um serviço público que inclui leitura de presença, empréstimo domiciliário, facilidades de reprodução, pesquisa bibliográfica por encomenda e aluguer de exposições temáticas.

Informatizada na década de 80, a parte correspondente às monografias e à documentação cinzenta, na respectiva Base de Dados, tinha 5.735 registos bibliográficos em Dezembro de 2002. Os títulos das publicações periódicas, num total de 1050, estão também informatizados.

Ao longo dos anos 90 foram surgindo necessidades especiais de grupos de utilizadores ou do próprio CIDAC, que levaram à criação de outros núcleos documentais: um relativo às minorias africanas em Portugal (292 registos bibliográficos no final de 2002), um segundo sobre as literaturas dos PALOP e a literatura portuguesa relacionada com esses países (7.561 entradas bibliográficas na mesma altura) e um terceiro respeitante a matérias do âmbito da Educação para o Desenvolvimento - área de intervenção na qual o CIDAC se tem distinguido (910 registos bibliográficos).

Documentação relativa a Timor⁸⁹

A documentação relativa a Timor é essencialmente documentação cinzenta muito diversa como: manuscritos, recortes de jornais, correspondência da Indonésia, de Timor e do próprio Xanana Gusmão, que era trazida por jovens estudantes timorenses pertencentes à resistência Timorense. Sobre esta existem muitos documentos originais, nomeadamente, correspondência entre os seus vários pólos, mapas, fotografias, manuscritos e testemunhos (panfletos) de luta pela libertação e contra a violação dos direitos humanos.

Existe também documentação relativa ao período de descolonização de Timor, bem como vasta documentação sobre a solidariedade Internacional (TAPOL⁹⁰, ASTO Francesa⁹¹ e CIIR⁹²).

Esta documentação não está organizada nem tratada, não são documentos editados, há a necessidade de os organizar e interpretar para se contextualizar a informação.

⁸⁹ O texto resulta de uma entrevista a Jean-Pierre Catry, membro da Direcção do CIDAC, realizada em Abril de 2007 no CIDAC.

⁹⁰ TAPOL significa "prisioneiro político" na língua oficial da Indonésia e é igualmente o nome de uma organização que desenvolve uma campanha pelos direitos humanos na Indonésia e que edita um boletim com o mesmo nome. Ver o site da organização disponível em: <http://tapol.gn.apc.org> (site consultado em Março de 2007).

⁹¹ ASTO - *Association Solidarité Timor-Oriental* (França).

⁹² CIIR - *Catholic Institute for International Relations* que entretanto adoptou a designação de *Progressio*. Ver site da organização disponível em: <http://www.ciir.org/> (consultado em 4 de Abril de 2007).

CDPM - Comissão para os Direitos do Povo Maubere⁹³

A CDPM, Comissão para os Direitos do Povo Maubere, é uma ONG criada em 1981 por um grupo de cidadãos portugueses indignados com a indecisão de agir por parte das autoridades competentes relativamente à situação de invasão e ocupação de Timor-Leste pelas Forças Armadas da Indonésia. Tem os seguintes objectivos: A defesa dos direitos do povo de Timor-Leste, incluindo o direito à autodeterminação e independência; A contribuição para o desenvolvimento e aprofundamento da solidariedade para com o povo de Timor-Leste; A promoção de acções nos domínios da informação, da actividade cultural e do estudo relativos à história, identidade e realidade presente do povo timorense; A concretização de acções de cooperação com o povo de Timor-Leste, seja em Portugal, seja noutros países, e em Timor-Leste

A denúncia da violação de Direitos Humanos, a produção de informação sobre a situação no território, a participação nos *fora* nacionais e internacionais e a pressão junto dos órgãos nacionais e internacionais para a resolução do problema, pautaram os quase 21 anos do seu trabalho.

A partir do massacre de Santa Cruz com a crescente chegada de timorenses sem estruturas familiares em Portugal a CDPM juntamente com o CIDAC criaram o CCT- Centro para a Cidadania Timorense - com o objectivo de os apoiar na área da saúde e construção de projectos de vida.

Com a queda do Presidente indonésio, Suharto, em Maio de 1998, foi criado o Observatório Timor-Leste para acompanhar o processo de transição que culminará, a 20 de Maio de 2002, com a independência do território.

Acervo da CDPM⁹⁴

Este acervo é constituído por muitos milhares de recortes de jornais portugueses e estrangeiros desde 1974 a 2002 e por dezenas de publicações: timorenses, portuguesas e estrangeiras. É constituído também por várias dezenas de pastas com documentação diversa como: correspondência, manuscritos, documentos relativos à sua actividade bem como das acções e eventos que promove.

⁹³ Retirado do site da CDPM, disponível em: <http://homepage.esoterica.pt/~cdpm> (site consultado em 20 de Fevereiro de 2007).

⁹⁴ Informação gentilmente cedida por Jean-Pierre Catry, membro da Direcção do CIDAC.

Cerca de metade (7000) destes documentos foram tratados bibliograficamente (mas sem indexação) e só estão acessíveis ao utilizador no CIDAC que pode autorizar a consulta da sua aplicação informática nas suas instalações.

O Acervo possui cerca de 200 livros sobre diversos temas relacionados com a sua actividade.

Observatório Timor-Leste⁹⁵

As evoluções registadas na República da Indonésia, em matéria de política interna, e as suas repercussões internacionais, designadamente, no que concerne ao processo de luta pela autodeterminação do Povo de Timor-Leste transformaram, de modo radical, as exigências de operacionalidade que se colocam aos grupos de solidariedade que acompanham a questão timorense.

Neste novo contexto político, duas Organizações Não Governamentais portuguesas, a CDPM e o grupo ecuménico “A Paz é Possível em Timor-Leste” que, desde o início da década de oitenta, se solidarizam com a causa do povo de Timor-Leste, tomaram a decisão de criar o Observatório Timor-Leste.

A vocação do Observatório Timor-Leste é, no quadro das alterações do regime de Jacarta face a Timor-Leste, o acompanhamento, a nível internacional, do processo negocial e, no interior do território, do inevitável período de transição.

Enquanto actores empenhados na prática de uma cidadania activa e, neste caso, também na qualidade de membros da comunidade nacional que assumiu a condição de Potência Administrante, ambas as organizações sentiram uma responsabilidade acrescida em acompanhar de perto o evoluir da situação, de modo a contribuir para a plena realização dos direitos inalienáveis do Povo de Timor-Leste, incluindo, obviamente, o seu direito à autodeterminação. No que concerne aos objectivos do Observatório Timor-Leste, eles poderiam ser listados do seguinte modo:

- Recolher e tratar, de modo sistemático, informação sobre as matérias que interessam ao processo negocial e à concretização da fase de transição em Timor-Leste;
- Estudar, com detalhe e rigor, casos específicos que possam constituir elementos chave para a compreensão do desenrolar do processo;

⁹⁵ Retirado do sítio on-line do CDPM, disponível em : <http://homepage.esoterica.pt/~cdpm> (site consultado em 20 de Fevereiro de 2007).

- Divulgar junto da opinião pública, nacional e internacional, o resultado das pesquisas efectuadas;
- Efectuar, sempre que seja pertinente, recomendações, que possam constituir uma contribuição para a solução do problema.

A questão de Timor-Leste, à medida que foi sendo conhecida, foi gerando movimentos de solidariedade.

De igual modo, no seio da igreja aparecem grupos com objectivos que, embora diferentes nalguns aspectos, giram em volta da denúncia da situação trágica em que vivem milhares de timorenses. Estes gestos de solidariedade, acções de sensibilização pública e no interior da própria igreja, são acções de pressão sobre as instâncias de poder com competência para a resolução política da situação e também resultam na criação de algumas associações dedicadas estes objectivos, entre as quais:

A Paz é possível em Timor-Leste

Esta associação nasceu em Lisboa, em 1982, dirigida por Ana Nunes e Jean-Pierre Catry com a finalidade de dar a conhecer a situação geral de Timor-Leste e os apelos vindos da igreja timorense. Constituída por cristãos de várias confissões, este grupo ecuménico dinamizou núcleos que, em Portugal e no estrangeiro, se preocuparam com o problema de Timor-Leste.

A sua constituição foi oficializada em 15 de Maio de 1989, no 22.º Cartório Notarial de Lisboa, definindo como objectivos: a defesa dos direitos do povo de Timor-Leste, incluindo o direito à auto determinação e independência; a recolha e divulgação de informação sobre a situação em Timor-Leste, a nível nacional e internacional; a contribuição para a divulgação da cultura timorense; o fomento e aprofundamento da solidariedade, cooperação e amizade com o povo e a igreja de Timor-Leste; a promoção de acções de cooperação em ordem ao desenvolvimento e ao estreitamento da amizade entre os povos de Portugal e Timor-Leste.

Aquando da visita a Portugal, em 1982, do Papa João Paulo II, os grupos ecuménicos aproveitaram para lhe escrever uma carta aberta alertando-o para os

problemas do povo timorense. Esta acabou por ser publicada no Jornal “Libertar”⁹⁶, Jornal de Grupos Cristão de Base, bem como um outro artigo em várias línguas intitulado *Genocídio físico cultural e religioso*⁹⁷, dinamizando assim este grupo.

Para além de ter elaborado dossiers sobre assuntos específicos, publicou pela primeira vez em 1983 um boletim em português e em francês. Uma versão em inglês do *Boletim A Paz é possível em Timor-Leste* ganhou autonomia e foi publicado pela primeira vez em Abril de 1985⁹⁸ sendo regularmente publicado, pelo Instituto Católico para as Relações Internacionais (CIIR), até Março de 1993.

Esta associação tem um importante acervo constituído por documentação designada de documentação do interior, que pertencia à guerrilha timorense, à Igreja, à resistência clandestina, à Indonésia e à própria Polícia e Forças Armadas.

Estão informatizados 2000 documentos numa base de dados Access estando os restantes a ser alvo de tratamento realizado pelo Sr. Jean-Pierre Catry, que foi presidente desta associação e que actualmente faz parte da Direcção do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), onde se encontra uma parte desta documentação, estando a restante em casa do Sr. Jean-Pierre Catry.

Este esteve, desde a sua chegada a Portugal, em 1969 vindo de França, sempre ligado a meios cristãos, nomeadamente aos cristãos progressistas. Foi um verdadeiro impulsionador da causa timorense, ora publicando notícias no “Libertar” Jornal de Grupos Cristão de Base, onde trabalhou durante vários anos, (a publicação da carta aberta aquando da visita do Papa D. João Paulo II foi da sua autoria), ora na revista católica francesa, designada “Actualité Religieuse de Monde”. A partir de 1983 publicou com regularidade no jornal “Diário de Notícias” e no “Público”, notícias sobre o povo de Timor.

Com este trabalho de organização, descrição e informatização desta documentação, o Sr. Jean-Pierre pretende preservar a memória da actividade desta associação bem como da história de Timor-Leste através de futura disponibilização desta informação para consulta.

⁹⁶ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial (Subsecção 02.02 - Coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto / Série II-Jornadas da UP).

⁹⁷ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial (Subsecção 02.02 - Coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto / Série II-Jornadas da UP).

⁹⁸ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial (Subsecção 02.02 - Coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto / Série II-Jornadas da UP)

Associação Paz e Justiça para Timor-Leste (APJTL)

Um outro grupo católico de solidariedade com Timor-Leste que mais tarde surgiu, foi um grupo formado por católicos da Diocese do Porto que acabou por fundar a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste.

Esta surgiu em 1 de Dezembro de 1984 na sequência de uma “ Jornada de Reflexão sobre: A Igreja em Timor-Leste” em torno da igreja da Pasteleira (Paróquia do Senhor e da Senhora da Ajuda), no Porto, e do seu pároco Padre José Lopes Baptista.

Em Abril de 1985, lançou o seu primeiro boletim, que era enviado a todos os bispos portugueses, a muitos grupos e movimentos da acção católica bem como a padres. Organizou várias sessões públicas, debates e conferências, com a participação de líderes timorenses, deputados, jornalistas e académicos.

Também organizou diversas campanhas tais como: uma declaração sobre Timor-Leste a exigir mais empenhamento do Governo português na questão de Timor-Leste, que entregou este documento em 1986 com 4204 assinaturas, primeiro ao Sub-Director Adjunto de Assuntos Políticos e Económicos do ministério dos Negócios Estrangeiros Português e mais tarde ao conselheiro do Presidente da República para os Assuntos Internacionais, Dr. Carlos Gaspar que por sua vez o entregou ao Dr. Mário Soares, Presidente da República.

Também em 1986, organizou conjuntamente com as Associações de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e da Escola Superior de Belas Artes do Porto, e ainda com a CDPM-Porto, um debate sobre a situação em Timor-Leste que contou com o patrocínio do Reitor da Universidade do Porto

O Presidente da APJTL foi, durante a maior parte do tempo de vida desta associação, o Engenheiro José Carvalhosa e só nos últimos anos desta é que Barbedo Magalhães assumiu a Presidência. Mas a alma do grupo era o Padre José Lopes Baptista.

O Padre Bernardino Alves, pároco de Moselos, ao sul do Porto, promoveu também uma solidariedade extremamente generosa e empenhada envolvendo um enorme número de pessoas da paróquia, da de Lourosa e de outras regiões.

Esta associação, publicou várias brochuras, nomeadamente: “Uma introdução à Indonésia” (1985); “Timor-Leste - Caminhos para a Paz” (1986); Timor-Leste em ano de viragem”(1987); igreja católica em Timor –Leste”(1987).

A documentação sobre a reunião que criou esta associação, encontra-se na paróquia do Srº e da Srª da Ajuda, sita na Freguesia da Pasteleira no Porto, a restante documentação reparte-se pelo CIDAC e pelo arquivo pessoal do Prof. Barbedo de Magalhães.

Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra⁹⁹

Criado no âmbito da Reitoria da Universidade de Coimbra em Dezembro de 1984, o Centro de Documentação 25 de Abril visa recuperar, organizar e pôr à disposição da investigação científica o valioso material documental disperso pelo país e estrangeiro, sobre a transição democrática portuguesa: o 25 de Abril de 1974, os acontecimentos preparatórios e as suas principais consequências.

Visa ainda, manter uma bibliografia actualizada e divulgar, usando os mais diversos meios, os resultados do trabalho sistemático de recolha, organização e catalogação dos fundos documentais incorporados.

Em 1984 assinou um protocolo de mútua colaboração com a Associação 25 de Abril (A25A). Em 1998, num aditamento a esse protocolo torna-se depositário do Espólio da A25A e assume o compromisso de tratar, organizar e catalogar os arquivos entregues nessa data, bem como todos os que vierem a ser incorporados no CD25A ao longo do tempo, no âmbito desse protocolo, nomeadamente, documentação relativa à descolonização de Timor e ao processo que conduziu à sua independência.

Possui alguma documentação das seguintes associações:

- AAPTIL - Associação de Amizade Portugal - Timor-Leste (1979);
- APODETI - Associação Popular Democrática Timorense;
- ASDT - Associação Social Democrata Timorense (mais tarde designada de FRETILIN)

Publicações periódicas:

- Cadernos "Descolonização de Timor Leste" - 1975: nºs 1 a 8;

⁹⁹ Retirado do site do Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra, disponível em: <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage> (site consultado em 12 de Fevereiro de 2007).

- Informação. Boletim de Informação da Associação de Amizade Portugal Timor-Leste - 1981: nº 6;
- Informação Timor Leste - 1991: nº. 60.

Monografias:

- Movimento Cristão para a Paz, Direcção Geral da A.A.C. - *Timor Leste. Coimbra Solidária*. Coimbra, 1989. 18p.

Os principais serviços disponibilizados pelo Centro de Documentação 25 de Abril são: Biblioteca especializada, Arquivos privados, Recortes de imprensa e Arquivo audio-visual e iconográfico.

Fundação Mário Soares

Uma outra instituição que possui (e disponibiliza à consulta) um importante acervo documental relativo a Timor-Leste é a Fundação Mário Soares que incorpora, além do arquivo privado do seu patrono, diversos arquivos pessoais, incluindo os de diversas personalidades relacionadas com a história de Timor-Leste e o processo de autodeterminação e independência deste povo.

Esta fundação instituiu também um projecto inovador e de referência a nível nacional ao criar um arquivo privado incorporando a documentação privada de um titular de cargos públicos e tratando-a com recurso sistemático às novas tecnologias da informação (quando os arquivos públicos estão geralmente divorciados da recolha de arquivos privados e familiares e, sobretudo, da sua disponibilização pública adequada), assim como por ter suscitado o interesse de muitas outras personalidades e instituições (com a rápida disponibilização pública do seu arquivo privado), que nele depositaram documentação até aí esquecida.

A Fundação Mário Soares, embora instituída em 1991, apenas iniciou a sua actividade em 1996, após ter cessado o exercício do segundo mandato de Mário Soares como Presidente da República. Tendo como matriz a personalidade e a vida do seu patrono, a Fundação é uma instituição de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, que tem por fim realizar e promover acções de carácter cultural, científico e educativo nos domínios dos direitos humanos, da ciência política, da história contemporânea e das relações internacionais – afirmando-se no debate de

ideias e valores e na procura de caminhos para a afirmação de uma cidadania contemporânea.

O Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares tem vindo a incorporar numerosos acervos documentais que apresentam também interesse relevante para o conhecimento da história contemporânea portuguesa e da lusofonia, mediante o estabelecimento de acordos com diferentes pessoas singulares ou colectivas.

Neste âmbito, as actividades da fundação visam a prossecução de fins de utilidade pública, especialmente em matéria de salvaguarda e valorização do património arquivístico à sua guarda, enquanto fundamento da memória colectiva e individual assim como fonte de investigação científica – estando o Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares especialmente vocacionado para o tratamento de diferentes suportes de arquivo com recurso à utilização das modernas tecnologias da informação.

Registe-se ainda que as metodologias utilizadas viabilizaram intervenções de emergência face a catástrofes, como foi o caso do Projecto de Salvaguarda dos Documentos Amílcar Cabral, resgatados pela Fundação na Guiné-Bissau após o bombardeamento das instalações onde se encontravam, e o caso da constituição do Arquivo da Resistência de Timor-Leste, ainda em curso com a deslocação frequente àquele país de equipas técnicas da Fundação, após a destruição do país pelas forças de ocupação indonésia – o recurso à digitalização permitiu, em ambos os casos, salvar páginas fundamentais da história desses povos e, ao mesmo tempo, disponibilizar ao público e aos investigadores, em tempo muito rápido, os resultados dessas intervenções.

Documentos da Resistência Timorense

A documentação da Resistência era geralmente arquivada pelos seus principais dirigentes. Tendo-se, no decorrer da sua luta, perdido muita dessa documentação, quer por ter sido destruída pelos próprios, por razões de segurança, quer por ter sido capturada pelo inimigo, ou simplesmente porque as “condições de conservação” não eram, naturalmente, as mais adequadas.

Os fundos até agora integrados no Arquivo da Resistência Timorense têm cinco origens principais:

-documentação que se encontrava no exterior (alguma da qual, aliás, permanece ainda em diversos países, seja em Portugal, seja na Austrália), em que avulta a produzida por organizações de solidariedade com a luta do Povo Timorense;

-documentação que se encontrava guardada em abrigos da Resistência, em Timor-Leste;

-documentação individualmente preservada por elementos da Resistência, fosse da Frente Clandestina, fosse da Resistência Juvenil, fosse ainda de elementos da população;

-documentação guardada por elementos do clero (no interior e no exterior do país);

-documentação na posse de timorenses que de alguma forma se relacionaram com as autoridades de ocupação.

Os vários fundos que foram recolhidos podem ser consultados através do site da Fundação Mário Soares que entretanto continua a incorporar novos fundos como os que se encontravam no exterior junto de diferentes personalidades e organizações tais como: José Ramos-Horta, Pascoela Barreto, ex-CDPM, Ximenes Belo, Mário Carrascalão e Barbedo Magalhães.

Tal como refere José Mattoso¹⁰⁰ “(...) Dentre as diversas componentes da consciência de identidade, a história colectiva do povo é, sem dúvida, a mais importante. No caso de Timor, é óbvio que a Resistência constitui o facto histórico mais importante da sua curta história. Por outro lado, é também aquele que melhor representa a consciência colectiva. Está na memória de toda a gente, envolveu pessoalmente quase todos os Timorenses, traduz-se em muitos e muitos episódios que demonstram o seu carácter popular. Trata-se, porém, de um facto expresso por uma memória frágil, enquanto não for escrito.

Num país com 54% de habitantes com menos de 15 anos, pode-se esvair em poucas dezenas de anos. Se os Timorenses querem, de facto, manter a convicção forte de que merecem a independência, têm de escrever tão depressa quanto possível a história da sua luta. E se a não podem escrever toda de uma vez, em poucos anos, têm, pelo menos, de guardar cuidadosamente os seus testemunhos escritos (e também o maior número possível de testemunhos orais, por meio de gravações vídeo e áudio).

O Arquivo da Resistência, organizado com as fotografias e documentos escritos e áudio que até hoje foi possível recolher, por iniciativa e sob os auspícios do Presidente Xanana Gusmão tem, é claro, a função de preservar a memória da acção

¹⁰⁰ Retirado do site da Fundação Mário Soares, disponível em: http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/Dossier07/14_AAqResis.asp (site consultado em 25 de Fevereiro de 2007).

colectiva de que Timor-Leste nasceu como país independente. (...) Mas o valor dos Documentos da Resistência Timorense não resulta apenas de ser uma fonte essencial para a história e a identidade de Timor-Leste. A Resistência do seu povo é um dos factos mais impressionantes da História contemporânea. É um dos raros casos históricos de uma acção genuinamente popular com efeitos políticos de âmbito mundial, cujos pormenores e componentes se podem estudar com grande detalhe. Faz já parte da memória de toda a Humanidade.”

Em 7 de Outubro de 2002, foi assinado pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão, e pelo Presidente da Fundação Mário Soares um Protocolo que estabeleceu os modos de cooperação de carácter cultural, científico, educativo e arquivístico, com vista à preservação, reprodução digital e fotográfica, classificação e disponibilização da documentação referente à luta de Resistência do Povo de Timor-Leste.

Este protocolo foi uma resposta à situação de eventual dispersão ou degradação de diversa documentação da Resistência, com o objectivo de serem adoptadas medidas urgentes que permitissem a respectiva recuperação e conservação, dando assim continuidade aos trabalhos já encetados pela Fundação Mário Soares a partir de Dezembro de 2001, quer em Timor-Leste, quer em Portugal.

Capítulo II – Descrição e Caracterização do Sistema de Informação

No capítulo anterior procedemos à caracterização do contexto informacional em que se insere o arquivo objecto desta tese. Para tal, considerámos necessário descrever o enquadramento geográfico, político e cultural de Timor, por se tratar de informação essencial para a interpretação da documentação deste arquivo bem como dos arquivos com informação sobre Timor-Leste e seu processo de autodeterminação e independência que referimos.

Uma breve descrição destes últimos pareceu-nos igualmente útil quer no sentido de divulgar as suas organizações e documentação, quer no de chamar a atenção para a necessidade de organização e tratamento arquivístico destes, e outros fundos desconhecidos do “público em geral”, tentando desta forma sensibilizar os detentores e/ou proprietários de fundos relevantes e de interesse para a tomada de medidas e acções concretas que permitam a preservação e divulgação dos mesmos.

Nesse sentido referimos ainda uma experiência recente, de preservação e disponibilização ao público de acervos privados, que poderá servir como exemplo ou referência para este objectivo comum de salvaguarda da memória.

Referimo-nos aos projectos desenvolvidos pela Fundação Mário Soares com a qual, o detentor do arquivo objecto desta tese já estabeleceu contactos e objectivos, no sentido de disponibilizar parte da documentação do seu arquivo em formato digital. Desta forma, parte do arquivo pessoal de cariz político de Barbedo de Magalhães será incluída no acervo desta instituição ficando assim acessível ao público.

Consideramos igualmente necessário, para uma completa compreensão e contextualização da documentação do arquivo/sistema de informação objecto desta tese, bem como do processo de recolha e acumulação que lhe deu origem, a descrição e caracterização quer do percurso e objectivos do produtor do arquivo, quer da estrutura interna, dinâmica própria e da interacção deste arquivo com outros sistemas envolventes, no sentido de o entender em toda a sua complexidade.

Evolução diacrónica do contexto orgânico-funcional

No âmbito do já referido enquadramento pós-custodial e científico da Arquivística, como ramo de uma ciência inter e trans disciplinar – Ciência da Informação –, concebemos um arquivo como um *sistema semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*¹⁰¹.

Trata-se de sistemas *organizados ou operatórios*¹⁰² (por oposição a sistemas não organizados ou combinatórios) quando resultam de um produtor/receptor institucional ou individual dotado de organicidade, tal como consideramos neste estudo de caso.

No âmbito desta abordagem sistémica, o assumir esta organicidade e consequente preocupação em proceder a uma análise aprofundada da estrutura orgânica e funcional destes sistemas, resulta da compreensão das propriedades intrínsecas da informação¹⁰³.

Destas propriedades, destacamos duas: a *estruturação pela acção (humana e social)* e a *integração dinâmica*, que correspondem ao assumir de que o *acto individual ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação* e de que o *acto informacional*¹⁰⁴ *está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas como das externas do sujeito da acção*¹⁰⁵.

Percebemos assim a importância da reconstituição do contexto originário da produção e acumulação da informação, devolvendo-a ao seu tempo e espaço originais, através de um forte investimento na análise orgânica e funcional do produtor/receptor da documentação bem como das interacções deste com o meio envolvente.

¹⁰¹ Ver SILVA, Malheiro – *Arquivística*, *Op. cit.* p.214-217.

¹⁰² Ver MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

¹⁰³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, *Op. cit.* p.38-43.

¹⁰⁴ *Acto Informacional - conjunto de dados que formam uma unidade de informação, traduzindo um acto jurídico, administrativo ou de outra natureza, ou um facto, e que se materializam na forma de um documento simples*. Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, *Op. cit.* vol.2, p.651.

¹⁰⁵ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, *Op. cit.* p.42.

Assim, e ao contrário de uma abordagem “clássica” da Arquivística, persistimos em considerar a existência de organicidade e funcionalidade próprias, nas entidades que geram os conjuntos documentais, mesmo quando confrontados com documentação familiar ou pessoal.

Como é óbvio, para estes casos (Famílias ou Pessoas), as características orgânico-funcionais das entidades geradoras/detentoras da documentação são distintas das existentes nas entidades ou organizações perfeitamente burocratizadas, assim como os quadros orgânico-funcionais que definimos neste âmbito são distintos dos quadros pretensamente orgânico-funcionais que se baseiam em critérios de classificação jurídico-temática ou funcional-temática.

Para o caso concreto em estudo, consideramos essencial a caracterização Biográfica do produtor/detentor da informação, descrevendo o seu “trajecto de vida”, motivação e objectivos, relacionando-os com o processo de constituição do acervo. Este processo implica a descrição cronológica das sucessivas deslocações e incorporações da documentação, bem como dos seus motivos e propósitos, que irão igualmente dar suporte à referida caracterização do contexto orgânico-funcional.

De facto, tratando-se de um sistema de informação pessoal (SIP), uma vez que toda a documentação foi produzida e adquirida/reunida pelo próprio, esta caracterização será também essencial para a elaboração do quadro orgânico-funcional que apresentaremos mais adiante como ferramenta de contextualização da documentação do arquivo.

Desta contextualização orgânico-funcional destaca-se ainda o IASI, uma associação criada pelo Prof. Barbedo de Magalhães, à qual preside desde a sua constituição, e onde se encontra actualmente este SIP, que foi incorporado em 2001.

É pois fundamental conhecer a estrutura, as competências e o funcionamento desta instituição que, além de acolher este SIP tem ainda promovido e facilitado meios de acesso e expansão do mesmo, sendo a documentação produzida no IASI resultado das funções que aí se exercem em consonância com os seus estatutos e objectivos.

A caracterização que se segue será assim essencial para a compreensão de todo o processo de constituição do arquivo bem como para a posterior elaboração do quadro orgânico-funcional referido. Esta será igualmente necessária para a elaboração dos organigramas onde representaremos a estrutura do IASI e a proposta de reorganização “intelectual” da documentação do arquivo pessoal, como resultado da aplicação do modelo sistémico.

Caracterização biográfica do produtor da Informação¹⁰⁶

António Pinto Barbedo de Magalhães é natural dos Açores, tendo nascido na cidade da Horta em 1943.

Entre 1962 e 1968, foi o principal impulsionador e animador do Centro Democrático Universitário de estudos Económicos e Sociais, que em 1965 ficou com a designação de Centro de Formação Universitária de Estudos Sociais e que em 1968 se integrou na Cooperativa Confronto.

Participante na luta pela democracia e pelos direitos humanos durante a ditadura, foi um dos subscritores do "Testemunho de alguns católicos" que, em 1965, protestavam contra a guerra colonial e contra a falta de liberdade democrática em Portugal. Tendo cumprido o serviço militar em Timor, coordenou, já depois da revolução de 25 de Abril de 1974, uma equipa mista de portugueses e timorenses que elaborou um projecto de reestruturação do ensino em Timor, no âmbito da descolonização que começou a implementar-se, até à sua interrupção, em 11 de Agosto de 1975 com o golpe de força da UDT e mais tarde com a brutal invasão da Indonésia.

Concluiu a Licenciatura em Engenharia Mecânica, em 1968, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (de que é professor catedrático desde 1990) e doutorou-se em Engenharia Mecânica pela R.U. Gent –Bélgica em 1973.

Co-fundador da Comissão para os Direitos do Povo Maubere em 1981, foi membro da mesma até 1993.

Foi durante dez anos o organizador e Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, entre 1989 e 1997, designadamente:

7^{as} Jornadas de 1996 a Julho de 1997:
"Libertar Timor-Leste e Apoiar a Democratização da Indonésia, Duas Responsabilidades Internacionais".

6^{as} Jornadas Outubro de 1994 a Março de 1995:
"Timor-Leste, Uma Responsabilidade Internacional".

5^{as} Jornadas Julho de 1993:
"Timor-Leste e a Indonésia: Caminhos para a Liberdade, a Autodeterminação e a Democracia".

4^{as} Jornadas Abril de 1992:

¹⁰⁶ Ver Anexo 9 - C.V. do Prof. António Pinto Barbedo de Magalhães.

“Timor-Leste, Preparar o Futuro”.

3^{as} Jornadas Maio de 1991:
“Timor-Leste, Portugal e a Comunidade Internacional”.

2^{as} Jornadas Abril e Maio de 1990:
“Timor-Leste, Terra de Esperança”.

1^{as} Jornadas Setembro de 1989:
“História e Cultura dos Timorenses”.

Nesta qualidade, organizou numerosas conferências em Portugal e noutros países europeus, bem como nos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Uruguai e Austrália. Convidou para participarem nessas conferências, sempre que possível, não apenas líderes timorenses, mas também democratas indonésios.

Foi Presidente da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste em 1999/2000 e Promotor do Instituto de Estudos e Cooperação com Timor-Leste, de 2000 até 2002.

Actualmente é Presidente da Direcção do IASI - International Institute for Asian Studies and Interchange - cargo que desempenha desde 24 de Outubro de 2001.

Foi o Coordenador Científico do Projecto “Memória da Resistência Timorense” do qual resultou uma exposição e respectivo catálogo, organizada pela Fundação Mário Soares em conjunto com a Associação de Veteranos da Resistência Timorense e o IASI, com a colaboração do TAPOL, da Comissão Para os Direitos do Povo Maubere, da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e de outras instituições ligadas à Resistência do Povo de Timor-Leste, intitulada “A nossa vitória é apenas uma questão de tempo - Memória da Resistência do Povo de Timor-Leste” que resultou de um pedido formulado por Ramos Horta e por Xanana Gusmão ao Presidente do IASI e que foi inaugurada em Díli, em 17/5/2002 (poucos dias antes das Cerimónias Oficiais da Independência de Timor-Leste).

Coordenou o projecto de estudo preliminar com vista à eventual criação da Universidade Católica de Timor-Leste. Respondendo a uma solicitação feita pelo ex-Ministro da Educação do Governo de Transição de Timor-Leste ao próprio, primeiro, e foi na qualidade de Presidente do IASI e pela FEUP, que depois, coordenou uma vasta equipa que fez um estudo prévio sobre cursos de engenharia, instalações e equipamentos para uma eventual futura Universidade Católica de Timor-Leste.

É o Investigador Responsável pelo Projecto POCTI / CPO / 44915 / 2002: “The Transition Process in East Timor”: 1998-2005.

Tem organizado e leccionado cursos sobre a história de Timor-Leste e da Indonésia nas Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto e outras instituições.

Leccionou designadamente:

- no Curso de Pós-Graduação em Estudos Orientais Gerais da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), em 2002/2003, a disciplina de “Geografia Económica e Política da Ásia Contemporânea” que contou com a colaboração de especialistas em estudos do Médio Oriente;
- no Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta entre 1998 a 2001, como Conferencista Convidado;
- no Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre 1999 a 2001 a disciplina semestral de “História Contemporânea de Timor-Leste e da Indonésia”;
- no Curso de Treino Diplomático promovido conjuntamente pelo CNRT e a UNTAET, em Díli, Timor-Leste, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Administração Transitória de Timor-Leste, Dr. Ramos Horta, e da UNTAET. Este curso serviu para a formação de quadros para o futuro Ministério dos Negócios Estrangeiros timorense, que se realizou em 2000;
- no Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ano lectivo de 1997/98, na disciplina de “História e Cultura de Timor”;
- no “European Master’s Degree & VI Course in Human Rights and Democracy” organizado pela Universidade de Coimbra, em 2004; uma lição sobre “East Timor, Lessons from a Genocide and from the Timorese Resistance”;
- na Universidade de Coimbra sobre “Democracy and Institution Building in East Timor”, integrado no “European Master’s Degree & V Course in Human Rights and Democracy”, em 2003;
- no “European Master’s Degree in Human Rights and Democratisation”, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma lição subordinada ao tema “An Introduction to the East Timorese Question”, em 2002;
- no “European Master’ Degree in Human Rights and Democracy” da Universidade de Coimbra, uma aula sobre “East Timor, the Right of Self-Determination as a Human Right of Peoples”, em 2000;
- no Curso de “Master en Estudios Internacionales” da Universitat de Barcelona, em 1995, deu uma lição sobre “Historia y situación política del “territorio” de Timor Este”;

Tem também proferido conferências sobre Timor-Leste e a Indonésia em diversos cursos de mestrado na Universidade de Coimbra, na Universidade Aberta e em

universidades estrangeiras, designadamente:

- Em 15 de Dezembro de 1999 proferiu uma conferência sobre "Timor-Leste, a Vitória do Diálogo e dos Afectos", integrada no Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, Porto;
- Em 30 de Abril de 1999 proferiu uma conferência sobre "The hard ways for democracy in Indonesia and self-determination for East Timor" no âmbito do "European Master's Degree in Human Rights and Democratization", na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Em Fevereiro de 1999 realizou duas conferências integradas no Curso de Mestrado em Relações Inter-culturais da Universidade Aberta, sobre:
 - "Timor-Leste e Indonésia: da Multiplicidade de Povos e Culturas ao Forjar de Duas Nações" – 1/2/99;
 - "Timor-Leste e Indonésia – Os Díficeis Caminhos da Paz, da Democracia e das Relações Inter-culturais" - 8/2/99.
- Em 16 de Dezembro de 1998 proferiu uma conferência sobre "Timor-Leste, um Povo Esmagado pelo Silêncio e pela Mentira", no Curso de Mestrado em Relações Inter-culturais da Universidade Aberta (Porto).

Tem também participado em júris de Mestrado relacionados com Timor-Leste ou a Indonésia, designadamente:

- Em 11 de Outubro de 2004 foi o arguente das provas de Mestrado em Educação, na área de especialização em Filosofia da Educação, do timorense António Joaquim de Almeida Vieira, realizadas no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. O título da tese é "Identidade Nacional Timorense (Uma Abordagem Filosófica e Pedagógica)";
- Em 2 de Julho de 2003, foi arguente das provas de Mestrado em Estudos Chineses, sobre "A China e os seus vizinhos do Sudeste Asiático: a interdependência das relações económicas externas e o desenvolvimento da política regional chinesa", na Universidade de Aveiro, de Joana Durão Carujo Trindade;
- Em 5 de Janeiro de 2001, fez parte do Júri das provas de Mestrado em Produção Agrícola Tropical do licenciado Luís Manuel Moreira da Silva Reis, sobre "Timor-Leste, 1953-1975: O desenvolvimento agrícola na última fase da colonização portuguesa" no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

É autor de várias obras científicas e de cinco livros sobre Timor-Leste: *Timor-Leste, Mensagem aos Vivos* (1983); *Timor-Leste, Ocupação e Genocídio* (1992), traduzido em francês, inglês e na língua indonésia, com várias edições clandestinas feitas na Indonésia; *Timor-Leste, Terra de Esperança* (1992), com tradução em francês e inglês; *The East Timor Issue and the Symposia of Oporto University* (1995) e *Timor-Leste e as Jornadas da Universidade do Porto* (1997). Publicou ainda numerosos artigos e comunicações sobre Timor-Leste e a Indonésia.

Coordena o projecto de livro sobre a influência do contexto internacional na história de Timor-Leste e da Indonésia a ser escrito pelo próprio em colaboração com o democrata indonésio e editor do "TAPOL Bulletin", Soei Liong Liem e com a colaboração do autor australiano David Scott.

Todas estas actividades desenvolvidas pelo produtor reflectem-se na produção e acumulação da documentação do seu arquivo pessoal, de cariz político, objecto de estudo desta dissertação. Assim, a informação que encontramos neste arquivo permite igualmente compreender com mais detalhe estas actividades bem como identificar as correspondentes fases de produção documental, de onde salientamos, quer pelo volume da documentação quer pelo seu conteúdo, as Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Tendo-se definido e iniciado, igualmente no âmbito deste trabalho, um processo de descrição da documentação deste arquivo, procedeu-se inicialmente à descrição da documentação relativa às Jornadas de Timor de que resultou o catálogo parcial elaborado.

Motivação política e humanitária

Como podemos observar através da biografia apresentada, o Prof. Barbedo de Magalhães produziu e coligiu informação sobre Timor-Leste, tendo como objectivo fazer política e deixar este Arquivo como herança política e humanitária para as gerações vindouras, nomeadamente para o povo Timorense.

Caracterização física e localização do acervo documental do SSIAPBM

A documentação e a bibliografia produzidas e acumuladas pelo Prof. Barbedo de Magalhães desde 1960 até aos dias de hoje, proporcionam informações significativas no domínio das ciências político-sociais e humanas.

O acervo é constituído por documentos sobre a luta pela democracia e contra a guerra colonial (essencialmente até 1974), bem como documentos sobre a luta do Povo de Timor-Leste contra a ocupação e respectivo processo de auto-determinação até à actualidade.

Nele encontramos diversos tipos de documentos tais como: correspondência, colecções de revistas, boletins, recortes de jornais, documentos sobre as iniciativas realizadas no âmbito da solidariedade com vista à autodeterminação do povo de Timor-Leste (Conferências; Jornadas; Comunicações; Informações sobre Resoluções da ONU e dos Órgãos de soberania de Portugal; Relatórios sobre o governo de Timor-Leste) assim como publicações periódicas nacionais e internacionais (de 1965 a 2006): TAPOL Bulletin; Courier International; FUNU; FITUN; ASAP; ASIET; Indonésia Reports; Link Timor; Estafeta; Inside Indonésia; livros, vídeos e cassetes.

Verificou-se, no decorrer deste estudo, que este conjunto documental, foi sofrendo sucessivas alterações desde 1960, quando começou a ser produzido e acumulado. Entre estas alterações podemos referir as sucessivas deslocações para diferentes locais, assim como a eliminação de alguns documentos do mesmo.

Na década de 60 a documentação estava espalhada por vários locais (em casa do Prof. Barbedo de Magalhães, familiares e amigos) devido à acção da PIDE¹⁰⁷, consequência do regime ditatorial em que se vivia na altura, e da participação do Professor Barbedo na luta pela democracia e pelos direitos humanos durante este regime (foi um dos subscritores do “Testemunho de alguns católicos”, grupo de pessoas que, em 1965, protestava contra a guerra colonial e contra a falta de liberdade democrática em Portugal).

A produção e acumulação desta documentação continuou em Timor, já depois da revolução de 25 de Abril de 1974, aquando da sua estada como coordenador de um

¹⁰⁷ Sigla de *Polícia Internacional e de Defesa do Estado*, a principal organização responsável pela polícia política do Estado Novo em Portugal foi criada em 22 de Outubro de 1946, sendo apresentada como um *organismo autónomo da Polícia Judiciária*, nos moldes da Scotland Yard. Na realidade tratou-se de uma polícia política que teve como principal função a repressão de qualquer forma de oposição ao Estado Novo de Oliveira Salazar. Ver página disponível no site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/PIDE> (consultado em 20 de Março de 2007).

projecto de reestruturação do ensino em Timor, no âmbito da descolonização que começou a implementar-se, até à sua brutal interrupção, em Dezembro de 1975, com a invasão do território pela Indonésia.

Mais tarde, já em Portugal, como membro de COJTUP professor do ensino superior do curso de Engenharia Mecânica, a documentação foi acumulada nas antigas instalações da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), sita na Rua dos Bragas.

Com a transferência desta Faculdade para as suas novas instalações, na Rua Dr. Roberto Frias s/n da cidade do Porto, no ano de 2000, foi também transferida a documentação.

Em 2001 foi criado o IASI (International Institute For Asian Studies And Interchange) por escritura¹⁰⁸ de 27 Setembro deste ano, tendo-se celebrado um protocolo de colaboração¹⁰⁹ com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde está sediado este instituto.

O processo de ordenação e organização física desta documentação iniciou-se em 2001, contando com a participação de vários colaboradores do IASI e seguindo critérios definidos pelo Prof. Barbedo de Magalhães.

Este arquivo caracteriza-se como um arquivo pessoal, constituído por documentação de cariz político, visto que a documentação de carácter pessoal se encontra em casa do produtor. Só a documentação de cariz político é que vai estar disponível ao utilizador.

Este arquivo encontra-se alojado, temporariamente, desde 24 de Outubro de 2001 nos reservados da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no 5º piso, sala C505, mediante protocolo celebrado com a FEUP e graças à disponibilidade manifestada pela Directora da Biblioteca Dr.ª Ana Azevedo, que disponibilizou grande parte do espaço da sala de “Reservados” (cerca de 80 mts de prateleiras para o efeito).

A documentação que integra os reservados¹¹⁰ ocupa 11 estantes (embora a última se encontre relativamente vazia), com 6 níveis cada (embora nem todos estejam ocupados), partindo do primeiro nível que fica junto ao chão elevando-se até ao sexto nível. Com cerca de 814 pastas, este arquivo engloba uma grande variedade de

¹⁰⁸ Ver Anexo 10 - Escritura de criação do IASI.

¹⁰⁹ Ver Anexo 11 - Protocolo de colaboração IASI-FEUP.

¹¹⁰ Ver Anexo 12 - Organização das estantes na sala de Reservados.

documentação, conta, ainda com colecções de periódicos (jornais e revistas), livros, cassetes áudio, pastas e cadernos com emails; pastas com moradas, currículos, brochuras; mapas; fotos e diversas caixas com panfletos e cartazes de actividades desenvolvidas pela instituição.

A disposição da documentação dos reservados encontra-se na seguinte forma:

PRATELEIRA 1

Só tem um lado

Esta quase vazia para ter espaço onde arrumar a documentação com que se esta a trabalhar. Só contém uma estante e meio do jornal Herald Tribune.

PRATELEIRA 2

Lado 1 (o que fica mais perto da porta de entrada)

Piso 1º – vazio

Piso 2º – Publicações periódicas

Piso 3º – 14 Pastas de Paul Barber e outras publicações periódicas

Piso 4º – 10 Pastas da revista Visão

- 11 Pastas da revista Far Eastem Economic Review

- 1 Pasta da revista Time

- 1 Pasta da revista Grande Reportagem

- 2 Pastas da revista Der Spiegel

- Uma estante de O Correio (UNESCO), em português e em francês (a maioria)

Piso 5º – 47 Pastas distribuídas assim: 6 moradas, 12

The Jakarta Post, 8 fichas de livros, 3 Inside

Indonésia, 1 Tapol, 17 varias.

Piso 6º – Vazio

Lado 2 (o mais afastado da porta de entrada).

Piso 1º –

Piso 2º – Conferências (18 pastas) + caixas diversas

Piso 3º – 1 Pasta de The Jakarta Post 4 caixas de Clipping.

Piso 4º – 1 Pasta de Timor Informations e uma estante de jornais avulsos.

Piso 5º – Vazio

Piso 6º – Vazio

PRATELEIRA 3

Lado 1 (o que fica mais perto da porta de entrada)

Piso 1º – Vazio.

Piso 2º – 41 Pastas de Conferências.

Piso 3º – 28 Pastas de imprensa / e três caixas da publicação da Tapol.

Piso 4º – 95 Exemplares de Asap, e 145 de Asiet.

Piso 5º – 16 Pastas temas avulsos, fotografias e artigos.

Piso 6º – 12 Pastas de: encomendas de periódicos, associação paz e justiça e registos de actividades.

Lado 2 (o mais afastado da porta de entrada).

Piso 1º – Vazio.

Piso 2º – 44 Pastas de conferências.

Piso 3º – 30 Pastas de imprensa.

Piso 4º – Vazio

Piso 5º – 5 Pastas de imprensa

Piso 6º – 32 Pastas de correio.

PRATELEIRA 4

Lado 1 (o que fica mais perto da porta de entrada)
Piso 1º – Vazio
Piso 2º – 51 Pastas Conferências
Piso 3º – 43 Pastas de imprensa
Piso 4º – Piso inteiro do jornal o Herald Tribune
Piso 5º – 43 Pastas de e-mails
Piso 6º – 40 Pastas de e-mails

Lado 2 (o mais afastado da porta de entrada).
Piso 1º – 4 Caixas de documentos diversos, dossiers, livros e cartazes.
Piso 2º – 55 Pastas de conferências.
Piso 3º – 49 Pastas de imprensa.
Piso 4º – Jornal Herald Tribune
Piso 5º – 10 Pastas de The Jakarta Post, e 11 de artigos e iniciativas várias.
6º Vazio

PRATELEIRA 5

Piso 1º – Vazio
Piso 2º – 60 Pastas de conferências
Piso 3º – 50 Pastas de imprensa
Piso 4º – Duas estantes do jornal Herald Tribune
Piso 5º – Vazio
Piso 6º – Livros pertencentes a biblioteca da FEUP

Piso 1º – Livros pertencentes a biblioteca da FEUP
Piso 2º – 65 Pastas de conferências
Piso 3º – 54 Pastas de imprensa
Piso 4º – Meio estante do jornal o Público e 8 cadernos de e-mails
Piso 5º – Uma estante avulsa de Le Courier International, de o Público (a maioria) e outras revistas.
Piso 6º – 130 fotocópias de livros

PRATELEIRA 6

Piso 1º – Sobras de livros
Piso 2º – 65 Pastas de conferências
Piso 3º – 52 Pastas de imprensa
Piso 4º – 4 Estantes do Jornal o Público
Piso 5º – 69 Livros
Piso 6º – 5 Caixas de cassetes áudio

Piso 1º – Vazio
Piso 2º – 54 Pastas de conferências
Piso 3º – 51 Pastas de imprensa
Piso 4º – 4 Estantes do jornal o Público
Piso 5º – 2 Pastas de fotografias
Piso 6º – 18 Pastas de fotos, 2 pastas de catálogos de referências bibliográficas, 9 disquetes de imprensa e 3 pastas de artigos importantes

Fig. 1 – Disposição física da documentação dos reservados

É intenção do seu responsável, que a documentação que constitui este arquivo (actualmente na “sala dos reservados”) fique instalada na Biblioteca da FEUP após uma eventual extinção do IASI.

É intenção ainda do Prof. Barbedo de Magalhães que no futuro esta documentação seja cedida ao Arquivo & Museu da Resistência Timorense em Díli - Timor-Leste, fundado em 2001¹¹¹, que representa a concretização de um projecto da maior relevância para a preservação da memória da heróica luta do povo de Timor-Leste pela sua independência, assumindo assim um papel na preservação da memória do Povo Maubere e servindo como base de estudo sobre as estratégias que tornaram possível a autodeterminação, bem como de instrumento político de defesa do povo Timorense.

¹¹¹ Ver página disponível no site da Fundação Mário Soares (consultado em 20 de Março de 2007): http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/Dossier07/17_PTtrabalhos.asp.

Caracterização do IASI

O objectivo do Prof. Barbedo de Magalhães em constituir o IASI¹¹², foi o de criar uma estrutura capaz de acompanhar a situação da evolução de Timor-Leste com vista a contribuir para a construção de um estado democrático.

Assim, no dia vinte e sete de Setembro de dois mil e um, foi constituída esta associação sem fins lucrativos, com sede na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sita na Rua Dr. Roberto Frias, s/ n.º, da cidade do Porto.

Tendo o Prof. António Pinto Barbedo de Magalhães como presidente, esta associação tem por finalidade realizar e promover Estudos sobre a Ásia e a Oceania e facilitar a realização, nomeadamente por investigadores destas regiões, de Estudos sobre a União Europeia, os países Lusófonos e a lusofonia e promover o intercâmbio e a cooperação Bi e Multilateral.

Esta associação rege-se pelos respectivos estatutos¹¹³, constantes em documento que apresentamos em anexo e do qual salientamos os seguintes pontos:

Missão:

O IASI deverá, nomeadamente:

- 1) Realizar e promover estudos interdisciplinares sobre a Ásia, com especial incidência no Sudeste Asiático, na Ásia Oriental e na Ásia do Sul e, também sobre a Oceania, nomeadamente a Austrália e os países do Fórum do Pacífico;
- 2) Promover um melhor e mais profundo conhecimento da região e dos países e povos das áreas geográficas referidas no ponto anterior, numa óptica multifacetada e prospectiva;
- 3) Abrir caminhos para um melhor e mais profícuo relacionamento entre Portugal e a União Europeia e esses países e regiões, num clima de igualdade, mútuo respeito e liberdade democrática;
- 4) Facilitar e promover os estudos sobre Portugal, a Lusofonia e a União

¹¹² IASI - *International Institute For Asian Studies And Interchange* - (Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos).

¹¹³ Ver Anexo 13 - Estatutos do IASI.

Europeia por estudiosos doutros países e regiões, nomeadamente da Ásia e da Oceania;

- 5) Promover o diálogo intercultural, social e político entre Portugal e a União Europeia, por um lado, e Timor-Leste, a Indonésia, o Sudeste Asiático, a Ásia Oriental, a Ásia do Sul e a Oceania, por outro;
- 6) Facilitar o relacionamento e a cooperação económica, científica e tecnológica de e com a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e com a Oceania;
- 7) Promover a cooperação, em tomo dos estudos regionais (asiáticos e da Oceania), entre universitários portugueses, observadores, comentadores e universidades e outras organizações governamentais e não-governamentais, bem como entre estes e especialistas estrangeiros, académicos, universidades e instituições da União Europeia, Ásia e outros países e continentes e também outras Organizações Internacionais;
- 8) Promover os estudos e a cooperação luso-timorense e os estudos conjuntos sobre a inserção de Timor-Leste no seu contexto regional e internacional;
- 9) Promover a cooperação entre académicos, investigadores, observadores, especialistas, comentadores, instituições de ensino, universidades e institutos de investigação, organizações governamentais e não-governamentais e Organizações Internacionais nomeadamente nas suas áreas de estudo;
- 10) Colaborar em geral com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais que prossigam fins análogos ou complementares dos seus ou que, pela sua natureza, possam apoiar as acções desenvolvidas pela Associação.

Estrutura Orgânica

O Instituto tem os seguintes órgãos:

1- Assembleia-Geral:

Caber-lhe-á eleger a Mesa da própria Assembleia, a Direcção e o Conselho Fiscal, assim como decidir sobre questões orçamentais, relatórios e contas e outras questões;

2- Direcção:

Deverá ter, no mínimo, 3 membros eleitos em Assembleia-Geral, por períodos de 4 anos; Compete-lhe dar cumprimento às decisões da Assembleia-Geral e criar condições para a boa execução dos programas e projectos do Instituto. Será de considerar existência do cargo de Presidente do Instituto, que deverá presidir, simultaneamente, ao Conselho Científico, à Direcção, ao Conselho Coordenador e a outros órgãos criados pela Direcção.

3- Conselho Fiscal:

Composto por três membros efectivos e dois suplentes, um dos quais será o Presidente, compete-lhe dar parecer sobre relatórios e contas e actividades gerais do Instituto.

Áreas Científicas e linhas gerais de acção

As áreas prioritárias nos estudos do IASI são:

- a) Ciência Política e Relações internacionais;
- b) Economia e Estudos do Desenvolvimento;
- c) Ciências Sociais e Relações Interculturais;
- d) História Contemporânea.

Para estas áreas de estudo podem identificar-se as seguintes linhas de acção:

1. Uma grande rede e um pequeno núcleo central de dinamização e apoio:
O Instituto deverá ter um quadro reduzido que facilite e assegure o trabalho em rede de um largo número de especialistas em assuntos asiáticos.
2. Bibliotecas : A promoção da criação de bibliotecas (ou conjuntos bibliográficos e documentais em bibliotecas já existentes) e outras infra-estruturas importantes para a investigação multidisciplinar da Ásia Oriental, do Sudeste Asiático, da Ásia do Sul e da Oceania será uma linha fundamental de acção do Instituto.
3. Investigação: Prevê-se que o Instituto promova:

- a) a realização de estudos multidisciplinares sobre a realidade oriental actual e perspectivas de evolução, nomeadamente sobre países tais como Timor-Leste, Indonésia, Austrália, China, Japão, Coreia, Singapura, Malásia, Filipinas, Índia, Estados do Pacífico Sul;
(Numa fase inicial, Timor-Leste, a Indonésia e a Austrália deverão merecer uma atenção especial)
- b) a realização de estudos sobre as relações políticas, económicas e inter-culturais entre a Ásia e Portugal e a *União Europeia*;
- c) a realização, por especialistas asiáticos e australianos, de estudos sobre Portugal, a Lusofonia, a *União Europeia* e o Ocidente.

Os trabalhos de investigação deverão realizar-se no quadro de protocolos e/ou projectos envolvendo académicos, personalidades, institutos e departamentos de diferentes universidades em diferentes países e continentes, por forma a ter em conta e integrar diferentes modos de encarar e modelar a realidade quer oriental quer ocidental.

- 4. Publicações: A publicação de um *IASI Journal* em inglês, onde sejam feitas sínteses noticiosas, análises políticas, económicas, sociais, históricas e culturais ou divulgadas opiniões de diversas pessoas ou grupos;
A produção de uma página na Internet, quando houver meios para a manter actualizada e útil;
A promoção da publicação de livros ou outros documentos escritos ou audiovisuais sobre países ou regiões incluídas nos seus objectivos.
- 5. Ensino e Educação Contínua: O Instituto deverá promover a realização de cursos de pós-graduação e outras acções de formação contínua bem como promover o ensino à distância, nomeadamente a realização de cursos internacionais.
- 6. Realização de acções e de estudos específicos por encomenda: Prevê-se que o instituto possa organizar, a pedido, Cursos de línguas asiáticas,

Estudos e relatórios sobre situações políticas ou sociais em países ou regiões bem definidas e suas perspectivas de evolução, Estudos de mercado, Estudos interculturais, Estudos de formas de negociação e contratação formais e informais, bem como preparação e submissão de projectos para aprovação por entidades financiadoras, etc.

Projectos em desenvolvimento no IASI¹¹⁴

No decurso da sua actividade, o IASI tem desenvolvido, apoiado e colaborado em diversos projectos, entre os quais:

Em desenvolvimento actualmente:

- Pesquisa sobre o “Processo de transição em Timor-Leste: 1998-2005”, financiado pela (FCP) – Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a responsabilidade do Professor António P. Barbedo Magalhães;
- Livro sobre a Indonésia e Timor-Leste, financiado pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;
- Organização, Descrição e Digitalização do arquivo pessoal de cariz político de Barbedo de Magalhães em parceria com a Fundação Mário Soares.

Projectos realizados:

- Coordenação científica do projecto: “Memórias da Resistência Timorense”, cujos resultados foram exibidos em exposição na Fundação Mário Soares;

Conferências:

- Workshop “Crise Política em Timor-Leste”, realizado dia 23 de Junho de 2006, co-organizado pelo Instituto Diplomático;
- Conferência com Dr. Ramos Horta, “Opções de Políticas Externas em Timor”, dia 14 Março de 2006, na Universidade de Coimbra (em cooperação com a Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra);
- Conferência com Dr. Ramos Horta, “Timor-Leste: Progressos e Desafios da década”, dia 13 de Março de 2006, no Porto;

¹¹⁴ Informação retirada do C.V. do Prof. Barbedo de Magalhães.

- Conferência com Dr. Ramos Horta “Estados Unidos e UN – uma parceria essencial”, dia 10 Março de 2006, (em cooperação com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa);
- Conferência “The oil revenues and East Timor development”, dia 3 Junho de 2005, que contou com a participação do Primeiro-ministro Mari Alkatiri, co-organizada pela Fundação Mário Soares;
- Conferência inaugural do IASI “Democratic State-building in East Timor”, dia 24 de Outubro de 2001, com a participação do Comandante Xanana Gusmão e do Dr. Mari Alkatiri.

A documentação respeitante a esta instituição, encontra-se, na sala M216 situada no pólo de Engenharia Mecânica, da FEUP. É constituída por 285 pastas de documentos administrativos, produzidos no âmbito dos objectivos deste instituto, material informativo de consulta e monografias elaboradas a partir dos projectos realizados.

Nesta sala, encontra-se ainda a Biblioteca do IASI. Esta surgiu inicialmente pela entrega de livros, em regime de depósito, pelo Prof. António Pinto Barbedo de Magalhães, tendo sido acrescentada por outros fundos adquiridos posteriormente.

Actualmente é constituída por 3.005 volumes e é essencialmente vocacionada para a História Contemporânea, a Ciência Política, as Relações Internacionais, focada em Timor, Indonésia e no contexto político mundial. Assim, considerou-se desde logo conveniente que, designadamente ao nível das principais áreas do saber referidas, a Biblioteca pudesse contar com as principais obras de referência. Para concretização deste objectivo, Prof. António Pinto Barbedo de Magalhães tem vindo a escolher e a adquirir, pessoalmente ou através do IASI, as referidas obras, tendo igualmente adquirido por assinatura alguns periódicos e revistas.

Refira-se ainda que os volumes depositados pelo Prof. Barbedo de Magalhães apresentam, no geral, boas condições de conservação, não carecendo, portanto, de restauros significativos. Em todo o caso, e tendo em vista a preservação das obras levadas à consulta, foi prevista a realização de pequenos restauros assim como de encadernações.

O IASI através de um protocolo celebrado com a Fundação Mário Soares e de um acordo estabelecido com a Biblioteca da FEUP, disponibilizará, na Internet através destas duas instituições parte desta documentação, dando assim acesso directo à

informação que, na sua maioria, apenas se encontrava disponível nas suas instalações.

O IASI definiu o objectivo organizar o seu arquivo em suporte digital, possibilitando aos investigadores que a ele recorrem um acesso rápido e eficaz aos documentos tratados, dotando-os ainda de instrumentos de acesso desenvolvidos, preservando também, deste modo, os originais.

Para o efeito, o IASI, desenvolveu um sistema de transferência de suporte da documentação recolhida, adoptando adequadas metodologias de tratamento e classificação.

Assim, a documentação tratada, e transferida para suporte digital, vai estar indexada em bases de dados desenvolvidas que possibilitam o acesso rápido e seguro não apenas às imagens, como também aos meta-dados respectivos, permitindo uma navegação simplificada e devidamente hierarquizada.

Pretende-se assim colocar na Internet, através da Fundação Mário Soares e da Biblioteca da FEUP, esses descritores da documentação tratada, assim como, gradualmente, as imagens dos documentos considerados mais relevantes, criando os mecanismos necessários para o seu armazenamento em condições seguras.

Estratégias de Acesso desenvolvidas pelo produtor

Após a descrição e caracterização do produtor da informação e dos sistema e subsistema de informação por ele criados, pretende-se aqui descrever as estratégias de acesso desenvolvidas por este para aceder á informação e disponibilizar o seu arquivo pessoal de cariz político (subsistema de informação objecto de estudo desta dissertação), a documentação do IASI e a Biblioteca.

Instrumentos de acesso aos Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo Magalhães

O Prof. Barbedo de Magalhães iniciou o trabalho de ordenação e organização da documentação que foi coligindo e produzindo ao longo dos anos pela necessidade de aceder à respectiva informação e de a disponibilizar a outros utilizadores.

Nesse sentido, os instrumentos de acesso¹¹⁵ criados reflectem esta necessidade de rápida recuperação de informação, não fornecendo nenhuma contextualização ou descrição da documentação. Não houve aqui uma necessidade de saber onde foi gerada, manipulada e utilizada esta informação, apenas o produtor conhece o contexto da mesma.

Os instrumentos elaborados pelo produtor foram os seguintes¹¹⁶:

- uma lista de índices das Unidades de Instalação (referente à documentação que se encontra na “sala de reservados”);
- uma lista da organização física dos documentos (referente à documentação que se encontra na “sala de reservados” e na sala M213)

Em relação à “Lista de índices das Unidades de Instalação”, o documento produzido consiste numa lista que inclui, para todas as pastas onde estão arrumados

¹¹⁵ Adoptamos a definição de *instrumento de acesso à informação* que desenvolvendo os conceitos de *instrumento de pesquisa*, *instrumentos de descrição*, *instrumentos de recuperação* e de *instrumentos de trabalho*, é adoptada por Fernanda Ribeiro atribuindo-lhe um carácter *suficientemente abrangente mas, ao mesmo tempo, com a precisão semântica necessária para designar todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar informação (aceder a ela), independentemente de a sua finalidade ser o trabalho / controlo (função de serviço interna) ou a pesquisa / referência (função de serviço interna e externa)*. (Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, Op. cit. vol.2, p.642.) Os *instrumentos de acesso* podem assim ser, entre outros, os guias, inventários, catálogos, roteiros, registos, listas e índices.

¹¹⁶ Ver Anexo 3 - Lista de índices das Unidades de Instalação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães e Anexo 4 - Lista da organização física dos documentos do IASI e Reservados.

os documentos (Unidades de Instalação), o respectivo título, uma transcrição do “índice” (resumo do conteúdo de uma pasta que se encontra igualmente em cada pasta), uma cota atribuída pelo produtor que consiste numa abreviatura do “assunto” em que se insere e de um numeração sequencial identificando cada pasta dentro deste assunto.

Observamos que esta “lista de índices”, elaborada de acordo com a organização dada pelo produtor, se insere num tipo muito comum de instrumento de acesso que adopta a designação genérica de *índice*¹¹⁷ e que não resulta exclusivamente da análise arquivística feita a um determinado nível¹¹⁸, mas pode ser produzido a qualquer um dos níveis.

Os índices¹¹⁹ podem assim ter características muito diversas, o que permite igualmente considerar tipos específicos. Esta especificidade não resulta apenas do nível de análise arquivística considerado, mas também do tipo de pontos de acesso que incluem.

Consoante o nível adoptado, poderá produzir-se, por exemplo, um “índice de arquivo(s)” ou um “índice de arquivo(s) especializado(s)” (1º nível), um “índice de série(s) arquivística(s)” (2º nível), um “índice de processos”, um “índice de documentos simples” ou um “índice de actos informacionais” (3º nível). E, dentro de cada um dos níveis, poderá ainda estabelecer-se um âmbito particular, o que proporciona a produção, por exemplo, de um “índice temático” ou um índice de determinados tipos documentais ou de informação em suportes informativos particulares.

Normalmente, os elementos constitutivos de um índice são apenas de tipo orientador (pontos de acesso e referência topográfica), não havendo uma parte descritiva. Assim, de acordo com o tipo de pontos de acesso, também os índices se podem enquadrar em tipologias específicas, a saber: índice alfabético (com as variantes de antroponímico, toponímico, geográfico, ideográfico), índice cronológico, índice sistemático (de assuntos ou de outra natureza, dependendo do tipo de classes estabelecidas) ou índice topográfico.

¹¹⁷ Os índices surgiram no século XVI, mas tiveram grande desenvolvimento a partir do século XVII, XVIII, XIX, definem-se. como o *Documento que regista de acordo com uma ordenação pré-estabelecida (sequencial ou sistemática), os descritores, designações ou títulos de um documento, acompanhados das correspondentes referências de localização ou cotas.* Cf. ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística.* Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e do Documento, 1993. p.57.

¹¹⁸ Ver RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos, Op. cit.* vol.2, p.650-657.

¹¹⁹ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos, Op. cit.* vol.2, p.657.

Neste âmbito classificaremos a “Lista de índices das Unidades de Instalação” como um índice sistemático de “1º nível” que corresponde a uma análise sumária, sem descer à consideração dos documentos em série ou isolados.

Por sua vez, a “Lista da organização física dos documentos” igualmente criada pelo produtor corresponde a um listagem dos temas e assuntos segundo uma organização inicial dada pelo produtor à documentação do IASI e do seu arquivo pessoal. Esta lista é complementada por uma lista dos pisos (prateleiras das estantes onde se encontra a documentação) e respectivos assuntos (segundo os quais se arruma a documentação).

Verifica-se que não existe uma relação bem definida entre estas duas listas, pelo que o utilizador comum, mesmo após a consulta de ambas, ficará com dúvidas sobre o local onde se encontra a documentação específica que procura, tornando-se igualmente necessário (ou pelo menos mais expedito) recorrer à memória do Prof. Barbedo de Magalhães para encontrar os documentos.

Ainda assim estes instrumentos de acesso têm vindo a servir os seus propósitos (permitindo a consulta do arquivo por alunos ou bolseiros de investigação - Mestrado e Doutoramento bem como por outras pessoas interessadas e fornecendo igualmente uma visão global do conjunto da documentação existente) e a ser periodicamente actualizados, estando o produtor atento e interessado no desenvolvimento destes instrumentos, no sentido de melhorar o controlo e o acesso à documentação. Nesse sentido, ao longo destes anos, definiu algumas estratégias a desenvolver relativas quer à documentação do arquivo pessoal quer à documentação do IASI e sua Biblioteca.

Instrumentos de acesso à Biblioteca do IASI

O acesso aos livros da Biblioteca tem sido realizado, desde a sua constituição, recorrendo à memória do Prof. Barbedo de Magalhães, não estando ainda criado um instrumento de acesso que permita conhecer e pesquisar a bibliografia existente.

Os livros têm sido organizados na biblioteca por ordem cronológica de publicação. Esta forma de organização não facilita a pesquisa aos utilizadores que desconhecem o seu conteúdo, nomeadamente o ano de publicação das obras que pretendem consultar, exigindo assim, a sua consulta, o recurso à memória do Prof. Barbedo de Magalhães ou a utilização de um instrumento de acesso tal como o que encontra em desenvolvimento e que referiremos de seguida (projecto de digitalização e informatização da Biblioteca do IASI). Mas, ressalvando-se o facto que para os conhecedores da matéria esta organização facilita a pesquisa, porque na maior parte dos casos o ano da publicação e os temas tratados estão relacionados

O Prof. Barbedo de Magalhães, recusa-se a usar a Classificação Decimal Universal (CDU¹²⁰), para classificar os livros da sua biblioteca, "por considerar que esta norma está desactualizada, que facilmente induz em erro devido ao carácter subjectivo das classificações dependentes de quem as faz" e que "só com algum esforço que se aplica em Bibliotecas especializadas" como a do IASI.

Esta perspectiva vem de encontro com o que Manuel Montenegro diz no seu artigo sobre a aplicação da Classificação Decimal Universal (CDU)¹²¹, pois após uma análise das condicionantes históricas e ideológicas da CDU refere as seguintes dificuldades:

- "...a desactualização propriamente dita da CDU, relacionada com a especialização cada vez maior e mais rápida do conhecimento científico, o que exige uma revisão constante das tabelas da CDU e constantes acrescentos;

¹²⁰ CDU - Classificação Decimal Universal - *A Classificação Decimal Universal é um esquema de classificação uniformizado e normalizado, amplamente usado nacional e internacionalmente, que visa cobrir e organizar a totalidade do conhecimento humano. É uma classificação decimal dado que a totalidade dos conhecimentos é dividida em 10 classes, que se subdividem de novo decimalmente, do geral para o específico. Cada conceito é traduzido por uma notação numérica ou alfanumérica (Ex. Ao conceito geral Educação corresponde a notação numérica 37). Cf. MONTENEGRO, Manuel – A CDU, monstro pré-histórico das classificações?, Páginas a&b: arquivos e bibliotecas. Lisboa. 4 (1999) p.74.*

¹²¹ MONTENEGRO, Manuel – A CDU, monstro pré-histórico das classificações?, *Op. cit.* p.71-90.

- o actual conceito de ciência e os pressupostos da revisibilidade científica, com a conseqüente dificuldade que a CDU revela, como as restantes classificações, em lidar com os cortes epistemológicos;
- a desadequação cada vez mais visível da separação entre ciências puras e ciências aplicadas;
- a dificuldade na classificação das chamadas “ciências de síntese” ou ciências integradas”, cujo desenvolvimento decorre da interdisciplinariedade cada vez mais presente na ciência actual.”

Acrescenta ainda que “se a CDU é utilizada, é-o frequentemente com reservas ou, o que é mais sério, «há falta de melhor» ou por pura inércia. Aos novos utilizadores que tenham necessidade de uma classificação detalhada e ao mesmo tempo actual para todo o conjunto dos conhecimentos, não nos aparece possível poder recomendar a CDU.”

Assim, a necessidade da criação de um instrumento de acesso para a Biblioteca do IASI foi mais um motivo para avançar com o projecto de digitalização e informatização desta e que descrevemos em seguida.

Projecto de Digitalização e Informatização

No âmbito de um protocolo celebrado com a Fundação Mário Soares e tendo em atenção a experiência adquirida no decurso do Projecto de Digitalização do Arquivo desta Fundação, pretendeu-se proceder ao tratamento e disponibilização à consulta da biblioteca do IASI, assim como da documentação que faz parte do arquivo pessoal, de modo integrado com este arquivo digital e a Internet, e com recurso sistemático a meios informáticos.

Inicialmente definiu-se como prioridade a digitalização das referências bibliográficas gerais (Autor, Título, Ano de Publicação) bem como dos índices e resumos dos livros da Biblioteca, no sentido de permitir disponibilizar à leitura, numa base de dados, de uma informação tão completa quanto possível sobre cada obra, criando as bases de uma verdadeira biblioteca digital.

Desde 2006, que se tem vindo a proceder à informatização destes 3.005 livros que são digitalizadas segundo o “Manual de Instruções¹²² para conformação do Arquivo do IASI com a Base de Dados usada na Biblioteca da Fundação Mário Soares”.

Este processo, além da digitalização inclui também a utilização de tecnologia de reconhecimento de caracteres OCR para a inclusão dos textos digitalizados bem como da meta-informação referente aos respectivos livros numa base de dados fornecida pela Fundação (base de dados FORTIS). Depois de digitalizados, os livros são arrumados na “sala dos reservados” (5º Piso) da Biblioteca da FEUP. As estantes das prateleiras estão numeradas por pisos; os livros devem ser colocados no piso 5, ordenados por data e com separadores que tornem a localização mais fácil.

Com esta solução integrada pretendeu-se também facilitar o acesso a diferentes suportes, enriquecendo as possibilidades e os meios disponibilizados aos utentes desta base de dados, prevendo-se ainda, que possa vir a estar ligada em rede a diferentes instituições nacionais e estrangeiras.

O sistema proposto inclui algumas vantagens permitindo, nomeadamente:

- Deixar ao autor de cada obra a responsabilidade de utilizar as palavras-chave que considere mais apropriadas para descrever o seu conteúdo;

¹²² Ver Anexo 14 - Manual de instruções para digitalização dos livros do IASI.

- Evitar que leitor consulte inúmeras obras cujo conteúdo exacto desconhece, com as inerentes vantagens para o funcionamento dos serviços da biblioteca bem como da preservação das espécies à consulta;
- Integrar gradualmente as bases de dados dos documentos do Arquivo com as das obras com ele relacionadas, com evidentes ganhos em termos de celeridade e rigor da consulta (aí se incluindo as bases referentes aos documentos do subsistema de Informação Barbedo de Magalhães – o seu arquivo pessoal de cariz político);
- Tornar possível a disponibilização na Fundação Mário Soares de informação tão completa quanto possível sobre os fundos existentes no IASI.

No IASI foram criadas duas bases de dados (em Microsoft Access) para registar a documentação e os livros. Estas bases de dados foram concebidas a pensar na posterior migração dos seus registos para a base de dados da Fundação Mário Soares, que em colaboração com este instituto disponibilizará a informação registada on-line, através da sua página web.

Uma das bases de dados destina-se ao registo dos livros existentes no arquivo (designada de “Livros-BM”¹²³), a outra, denominada “DRT_BM “ (DRT = Documentos da Resistência Timorense) destina-se ao registo dos documentos do arquivo pessoal do Prof. Barbedo de Magalhães.

Esta última, foi desenvolvida e adaptada, no âmbito da elaboração desta tese, no sentido de permitir não só o registo dos documentos utilizando os campos pré-definidos na base de dados da Fundação, mas também, a possibilidade de proceder a uma descrição completa destes documentos (baseada na norma ISAD-(G)) utilizando uma estrutura multi-nível de acordo com o quadro orgânico-funcional¹²⁴ igualmente definido no âmbito deste trabalho.

Assim, esta última base de dados permitirá extrair o “ficheiro” com a base de dados a fornecer à Fundação Mário Soares, mantendo ela própria informação adicional (bem como uma estrutura multi-nível de descrição) permitindo assim uma descrição completa da documentação bem como mais possibilidades de pesquisa, através da consulta da respectiva aplicação, no IASI.

¹²³ Ver Anexo 15 - Formulário de recenseamento dos livros na Base de Dados Livros-BM.

¹²⁴ Anexo 1 - Quadro Orgânico-Funcional do Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

II Parte - Aplicação do modelo sistémico ao Sistema de Informação Pessoal

Vimos defendendo a aplicação do modelo sistémico e interactivo à organização de um arquivo no sentido de proporcionar uma contextualização da informação deste, pela preservação da memória e do processo que lhe deu origem, devolvendo-a aos contextos orgânico-funcionais originais. Consideramos este modelo aplicável a diversos tipos de arquivo, independentemente do volume da documentação, dos suportes, das condições custodiais ou de acesso, mas assumindo que cada caso é único implicando sempre um estudo aprofundado de que resulta a identificação de uma matriz orgânica própria e particular.

Decorre deste modelo a necessidade de uma completa caracterização orgânico-funcional do produtor da informação, bem como das relações deste com o meio envolvente, assim como de todo o processo de produção e acumulação da documentação. Trata-se de um processo dinâmico e relativo a um sistema de informação activo (pois o arquivo objecto de estudo continua crescer e a desenvolver-se) e permanente (a sua documentação deverá ser conservada de forma definitiva).

O modelo sistémico e interactivo, aplicado a um arquivo pessoal, defende ainda a identificação de uma organicidade pessoal, considerando diferentes fases ou ciclos existenciais, que se reflectem na reorganização intelectual dada ao arquivo. De igual modo, a incorporação da documentação no IASI reflectiu-se num novo contexto que é igualmente descrito e apresentado.

O arquivo objecto de estudo é então apresentado como um subsistema de informação, cujas relações com o sistema de informação IASI bem como com os outros subsistemas considerados (conjuntos documentais autónomos mas que possuem um vínculo orgânico ou um outro elo concreto que os relaciona com o subsistema de informação pessoal) são representadas nos organogramas (do SIIASI e SSIBM) e apresentadas no Quadro orgânico-funcional elaborado.

Este Quadro orgânico funcional constitui-se assim como resultado de todo este estudo e, não se tratando de um instrumento de acesso, é no entanto ferramenta essencial para permitir uma completa e rigorosa compreensão da documentação deste arquivo. Este deverá assim ser usado em paralelo com um instrumento de acesso tal como o catálogo (parcial) igualmente elaborado no decorrer deste estudo de caso.

Na aplicação do modelo recorreremos a uma metodologia quadripolar (tal como descrito na introdução desta dissertação), salientando-se nesta II Parte os respectivos pólos teórico, técnico e morfológico, através da descrição dos procedimentos práticos utilizados na aplicação do modelo sistémico, dos novos instrumentos de descrição e acesso criados bem como pela apresentação do estudo de utilização realizado e respectivas conclusões.

Capítulo I – Aplicação do modelo sistémico a um contexto pessoal e institucional

Contexto pessoal e institucional

Neste estudo de caso particular, propusemo-nos aplicar o modelo sistémico e interactivo num contexto simultaneamente pessoal e institucional.

De facto, o arquivo pessoal de Barbedo de Magalhães, e que à luz da teoria sistémica designamos de SIP - Sistema de Informação Pessoal (trata-se sem dúvida de um arquivo pessoal, produzido e coligido unicamente pelo próprio) foi, a dada altura, incorporado numa instituição (o IASI) dando origem a um novo contexto burocrático, organizacional e administrativo deste sistema. Considerando este novo contexto (que surgiu por iniciativa e vontade próprias do detentor do arquivo pessoal) mantemos focado o nosso estudo no arquivo pessoal, agora como um subsistema de informação pessoal (SSIP) de um novo sistema de informação (SI do IASI) que importa igualmente descrever e caracterizar.

Assim, deparamo-nos com uma situação híbrida, com conseqüentes implicações nomeadamente ao nível da estrutura orgânico-funcional e dos níveis (e parâmetros) de descrição considerados, ainda que com predominância do carácter pessoal (quer por o arquivo ter sido inicialmente criado como tal, quer pelo facto do IASI ter sido criado pelo produtor/detentor do arquivo como uma ferramenta administrativa, burocrática e financeira para continuar e alargar os objectivos e âmbito de acção definidos pelo mesmo).

Note-se que embora o arquivo pessoal tenha sido incorporado nesta instituição, esta não o adquiriu nem os seus direitos de propriedade foram cedidos, pelo que o detentor da documentação continua a ser o Prof. Barbedo de Magalhães (excepto no caso das aquisições bibliográficas efectuadas em nome do IASI, naturalmente propriedade do instituto, e que integram igualmente este arquivo). Ainda relativamente aos direitos de propriedade da documentação que constitui este arquivo, verificou-se que houve incorporações no mesmo de documentação proveniente de outras associações, tais como a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, a Comissão organizadora das Jornadas de Timor na Universidade do Porto ou o Instituto de Estudos e Cooperação com Timor-Leste. Esta documentação, que naturalmente pertencia a estas associações, das quais o Prof. Barbedo de Magalhães foi promotor

ou colaborador, foi-lhe cedida a título definitivo integrando desta forma o arquivo pessoal de que é proprietário.

A documentação que constitui o subsistema de informação pessoal objecto deste estudo e organização, foi sendo avaliada e seleccionada sucessivamente pelo produtor, no sentido de retirar a documentação respeitante à vida privada, pessoal e profissional, deixando neste arquivo apenas a documentação de cariz político. Este processo é justificado tendo em vista o objectivo do produtor em disponibilizar o acesso público à documentação, utilizando-a como instrumento político, não estando interessado em divulgar informação de cariz pessoal.

Sendo esta avaliação e selecção realizada pelo próprio produtor e detentor do subsistema de informação, este procedimento não esconde nem desvirtua a organicidade e funcionalidade do produtor (que, no âmbito deste estudo descrevemos e caracterizamos), antes contribuindo para a definição e caracterização da mesma.

No âmbito da aplicação do modelo sistémico, redefinimos o nosso arquivo como um sistema de informação, mais detalhadamente poderíamos definir quer o SI do IASI quer o Subsistema Barbedo de Magalhães como um *Sistema de Informação Activa e Permanente*¹²⁵ (SIAP):

- *Sistema de Informação* - porque, como já referimos, este modelo inspira-se na teoria sistémica encarando o arquivo como um sistema, com estrutura interna e dinâmica próprias e que interage com outros sistemas envolventes;
- *Activa* - porque estes acervos não se encontram desactivados, continuando através da actividade de recolha e produção documental a crescer e a desenvolver-se;
- *Permanente* - porque a selecção e avaliação da documentação é realizada unicamente pelo detentor do arquivo (Prof. Barbedo de Magalhães), permanecendo a mesma, após esta selecção, de forma definitiva neste sistema de informação.

¹²⁵ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a&b*. Lisboa 5 (2000) p.57-113 e SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – A gestão da Informação abordada no campo da Ciência da Informação. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a&b*. Lisboa 16 (2005), p.89-113.

Procedimentos práticos aplicados

Estudo e recenseamento da documentação

O trabalho de estudo e reorganização da documentação iniciou-se com uma reportagem fotográfica da documentação, no sentido de captar o seu “estado actual”, nomeadamente em termos do estado dos documentos e das pastas bem como do mobiliário onde se encontram, permitindo igualmente identificar as diversas tipologias documentais bem como volume global da documentação.

Desta “radiografia inicial”, verificamos que a documentação se encontra bem conservada e higienizada (tem sido alvo de limpezas periódicas) e que se compõe essencialmente de documentos em suporte papel de diversificada tipologia (manuscritos, impressos em papel, recortes de jornais, cartas, postais, mapas, desenhos, fotografias) contendo também algumas cassetes áudio e cassetes vídeo.

Os documentos em suporte papel encontram-se arrumados em pastas, em cuja lombada consta uma “cota”¹²⁶ e título da mesma. As cassetes e outros suportes encontram-se em caixas de cartão.

O produtor e os colaboradores do IASI haviam já elaborado uma lista¹²⁷ (em sucessivas versões) das diversas pastas, de onde consta a respectiva “cota”, o título e uma breve descrição do seu conteúdo (listagem dos documentos nele contidos).

Esta lista foi verificada e corrigida ao nível do conteúdo das pastas, tendo-se acrescentado campos para a descrição da localização física das pastas e das datas extremas da respectiva documentação, completando-a e procedendo desta forma ao recenseamento da documentação ao nível das unidades de instalação¹²⁸.

Durante esta fase inicial, bem como em todos os passos seguintes, não foi alterada a arrumação física ou a ordenação dos documentos, respeitando-se escrupulosamente a ordenação original. O respeito por esta ordenação é de suma importância pois esta traduz uma lógica particular de acumulação (que reflecte a

¹²⁶ Esta “cota” atribuída pelo produtor não corresponde ao local físico de arrumação do dossier, antes a uma “abreviatura temática” do conteúdo do mesmo, seguida de uma numeração, sequencial, quando o “tema” em questão ocupa mais do que um dossier.

¹²⁷ Anexo 3 - Lista de índices das Unidades de Instalação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães.

¹²⁸ Anexo 8 - Quadro de Recenseamento da documentação – Jornadas de Timor da UP.

actividade, dinâmica e critérios do produtor) e que dá origem a uma orgânica própria do conjunto documental que lhe confere sentido e interessa preservar.

Este procedimento corresponde a um princípio basilar da Arquivística, o *princípio do respeito à ordem original*¹²⁹ que defende precisamente que os documentos têm que ser preservados na ordem original que lhes foi imposta pela entidade produtora.

Este princípio completa um outro princípio fundacional da Arquivística, o *princípio da proveniência*¹³⁰ que está associado ao conceito de fundo (Sistema de Informação segundo a terminologia sistémica que utilizamos), determinando a separação dos documentos por fundos, atendendo à sua proveniência e impedindo a mistura de documentos provenientes de diferentes fundos.

Este princípio é também respeitado no âmbito da aplicação do modelo sistémico, ainda que decorrente de conceitos e procedimentos terminologicamente distintos. De facto, o respeito pela autonomia dos fundos/sistemas de informação está garantido através da manutenção da estrutura orgânico-funcional que produz a informação ou documento de arquivo.

Podemos verificar na prática o respeito por este princípio na organização do arquivo objecto desta tese, ao inscrevermos e contextualizarmos documentação proveniente de outros sistemas de informação em Sub-Sistemas bem definidos na estrutura orgânica do nosso Sistema de Informação, tratando-se de informação autónoma, mas relacionada por um elo concreto (como é o caso dos *Sub-SubSistema de Informação Comissão de Reestruturação do Ensino em Timor*; *Sub-SubSistema de Informação Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* e o *Sub-SubSistema de Informação Comissão para os Direitos do Povo Maubere*).

¹²⁹ ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Op. cit. p.77.

¹³⁰ *Idem*.

Elaboração do Quadro Orgânico-Funcional

Após o recenseamento da documentação realizaram-se uma série de conversas e entrevistas ao produtor/detentor da documentação, o Prof. Barbedo de Magalhães, e procedeu-se a uma análise cuidada dos seus curriculum e biografia, tendo em vista a posterior elaboração do Quadro Orgânico-Funcional¹³¹, instrumento essencial e basilar deste modelo sistémico.

Desta análise do percurso do sujeito produtor/receptor da documentação, articulada com o conhecimento prévio desta, resultante do seu recenseamento, foi possível propor e discutir com o produtor uma representação/esquematização do seu subsistema de informação pessoal segundo critérios orgânicos e funcionais, (tal como defendemos no âmbito da aplicação do modelo sistémico) traduzindo-se esta representação nos organogramas¹³² onde se apresentam as estruturas orgânico-funcionais do Sistema de Informação do IASI e do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

Estas estruturas pretendem traduzir os diferentes contextos de produção e acumulação da documentação que compõe estes sistemas. Divide-se em Sub-Sistemas, Secções e Sub-Secções¹³³

No que concerne ao IASI, a estrutura orgânico-funcional que consideramos está definida nos respectivos estatutos, bem como em informação recolhida em entrevistas e conversas com o seu presidente, o que nos proporcionou uma descrição mais realista e actual desta estrutura. Verificou-se, por exemplo, que a subsecção funcional Biblioteca não estava consignada na organicidade estatutária mas foi, por vontade do presidente do IASI, incorporada neste sistema; de igual modo existe uma subsecção – Conselho Coordenador – que consta dos estatutos mas que na realidade nunca existiu.

Uma das ideias que defendemos no modelo sistémico e interactivo, e que o distingue de uma abordagem arquivística “clássica”, consiste na insistência em considerar a existência de organicidade e funcionalidade próprias não só nos sistemas de informação institucionais (onde as características orgânico-funcionais resultam dos

¹³¹ Ver SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.80.

¹³² Anexo 16 - Organograma do SIIASI e Organograma do SSIBM

¹³³ ALVES, Ivone [*et al.*] – *Dicionário de terminologia arquivística.* *Op. cit.* p.88 e p.92.

seus estatutos e objectivos burocraticamente definidos) mas também nos familiares e pessoais.

Naturalmente, as características orgânico-funcionais destes dois últimos sistemas são diferentes das existentes nas organizações perfeitamente burocratizadas. Ainda assim, existem unidades básicas de organicidade que conseguimos detectar ou propor para estes sistemas de informação (familiares e pessoais) no sentido de compreender a distribuição cronológico-contextual dos documentos. Assim, se a unidade básica para o caso das famílias consiste na *geração e as linhas de sucessão simbólica e patrimonial*¹³⁴, para o caso de um sistema de informação pessoal, defendemos uma unidade fundamental de organicidade pessoal, dividindo a vida do produtor/detentor do SIP em fases de maturação biopsíquica.

Para tal torna-se necessário definir quais as fases de vida (do nascimento ao envelhecimento e morte) que consideraremos. Para tal utilizaremos os contributos da Psicologia e da Antropologia, bem como de Jean Piaget¹³⁵ que nos indica quatro etapas evolutivas – *a infância (até aos 9/10 anos), a adolescência (dos 10 aos 16 anos), a juventude (dos 16 aos 23/25 anos) e a adulez/velhice (dos 23/25 anos em diante)*.

Teremos obviamente de salvaguardar o facto de que cada indivíduo evolui ou não segundo certas especificidades da sua maturidade psicossomática. No entanto, insistimos que *todo e qualquer ser humano nascido e criado em qualquer ponto do planeta Terra age para sobreviver e fixa objectivos legitimadores e estimuladores da acção, de acordo com os seus ciclos existenciais*.¹³⁶

Assim, relativamente ao Subsistema de Informação Pessoal Barbedo de Magalhães, consideramos duas fases (fase jovem e fase adulta) baseando-nos na produção documental e nos objectivos e motivações que identificamos anteriormente (Capítulo II da I Parte onde procedemos à descrição da evolução do contexto orgânico-funcional), devolvendo virtualmente a documentação às diferentes fases de vida do produtor/receptor desta documentação.

Podemos observar no organograma a representação das diversas actividades e funções exercidas pelo produtor agrupadas nestas duas fases cuja designação resume de certa forma os objectivos e motivação deste, a saber: secção fase jovem

¹³⁴ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.72.

¹³⁵ PIAGET, Jean – *Seis estudos de psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

¹³⁶ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.78.

denominada “defensor da democracia e direitos humanos e contra o colonialismo português”; secção fase adulta denominada “área política e estudos orientais”.

Assim, a elaboração do Quadro Orgânico funcional, prossegue com a descrição e caracterização de cada uma das secções, subsecções e sub-sistemas considerados nestes organogramas, procedendo desta forma à sua contextualização bem como da respectiva documentação, explicando os seus contextos originários preservando a memória destes.

Vantagens da aplicação do modelo sistémico

As vantagens da aplicação deste modelo são várias, entre as quais destacamos:

A valorização que é dada à complexidade do que é humano e social, promovendo o repensar do estudo desta, através de sucessivas análises interdisciplinares, que permitam compreender e explicar a vivência do ser humano e a sua repercussão na produção e acumulação de informação. Assim a *manifesta dificuldade em distinguir, com rigor, a informação que uma pessoa produz ou recebe, enquanto ser humano e enquanto sujeito activo, assumindo papéis sócio-profissionais diversos, é, com proveito, gerida pelo modelo sistémico, o qual, além das fases evolutivas, permite operar, dentro delas, com a informação transversal a toda a fase e, com a específica, de uma actividade ou função*¹³⁷.

O permitir incorporar os conjuntos documentais sem os fragmentar, mantendo-os agarrados ao seu contexto, designadamente, *na medida em que toda a documentação pertencente a um S. I. próprio e apropriada pela pessoa que esteve envolvida na sua produção/recepção, enquanto titular de algum cargo de responsabilidade, possui um vínculo orgânico ao SIP e pode ser representada, através de um Sub-Sistema deste, de modo a que se perceba tratar-se de informação autónoma, mas relacionada por um elo concreto*¹³⁸.

¹³⁷ Cf. SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.80.

¹³⁸ Cf. SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *Op. cit.* p.81.

Este modelo facilita e clarifica a percepção da informação acumulada e produzida, através da contextualização da sua origem bem como do seu percurso e uso. Permite assim compreender os mecanismos da necessidade individual e colectiva de busca da informação, que podemos denominar por comportamento informacional¹³⁹, bem como compreender o fluxo informacional mediante a noção operatória de interactividade¹⁴⁰.

Este modelo permite ainda a identificação e consideração de uma organicidade pessoal, considerando fases ou etapas evolutivas de acordo com ciclos existenciais, tendo em conta nomeadamente objectivos legitimadores e estimuladores da acção. Desta forma a aplicação deste modelo adapta-se às características únicas e específicas que encontramos nos arquivos pessoais, possibilitando a sua organização e compreensão ultrapassando limitações resultantes de uma abordagem tradicional.

De facto, consideramos que *é infinitamente, mais rigoroso fixar a informação de um indivíduo [...] na fase de vida ou no segmento etário em que ele a adquiriu ou produziu*¹⁴¹, [ultrapassando a] *tradicional divisão em actividade pessoal e actividade pública, demasiado simplista, redutora e incapaz de traduzir a complexidade da existência humana reflectida na informação a cada dia feita, a cada dia coligida.*

A aplicação deste modelo resulta na elaboração de um Quadro Orgânico-Funcional que, não sendo um instrumento de acesso, serve para contextualizar a informação e que, quando utilizado em paralelo com estes instrumentos, nomeadamente (tal como neste estudo de caso) um catálogo, permite uma descrição contextualizada ao nível do documento simples e composto, tornando o acesso à informação mais eficaz, profícuo e inteligível.

Verificamos que este modelo se reflecte numa permanente atitude crítica e dinâmica que se traduz numa prática exigente quer em dispêndio de tempo quer em

¹³⁹ Ver: *Comportamento informacional* em SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Edições Afrontamento. Porto. (2006), p.142.

¹⁴⁰ Ver: *Interactividade* em SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, *Op. cit.* p.151.

¹⁴¹ SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais*, *Op. cit.* p.81.

emprego de recursos, implicando para cada caso um estudo aprofundado de que resulta uma matriz orgânica própria e específica. Desta forma contrapomos estes obstáculos, aliados à dificuldade em fixar uma matriz estável aplicável a diferentes casos, às vantagens enunciadas, revelando assim talvez as mais sérias críticas que poderão ser feitas à aplicação deste modelo.

Ainda assim, entendemos como necessário este trabalho exaustivo assim como a abordagem científica que propusemos, no sentido de permitir compreender e explicar o objecto de estudo em toda a sua complexidade bem como, de uma forma global, todo o comportamento informacional associado.

Capítulo II – Quadro Orgânico-Funcional e Instrumentos de Acesso criados

Neste II Capítulo descrevemos as ferramentas criadas para atingir o nosso objectivo de proporcionar uma recuperação rigorosa e eficaz da informação do arquivo objecto deste estudo aplicando a teoria sistémica.

Para que esta recuperação da informação seja completa e rigorosa consideramos necessário conjugar três elementos fundamentais: *classificação*, *descrição* e *pontos de acesso*.

Neste sentido, procedemos às tarefas conducentes à criação de um Quadro Orgânico-Funcional e que agora descrevemos e que, correspondendo ao primeiro dos elementos referidos, permite representar a estrutura orgânica bem como a função serviço/uso que caracterizam o Subsistema de Informação objecto de estudo. Este Quadro Orgânico-Funcional é apresentado em anex

Seguidamente descrevemos o processo que permitiu a realização da descrição desta realidade arquivística e que tem como finalidade identificar com exactidão os elementos informativos que a caracterizam.

Por último, apresentamos o instrumento de acesso criado – um catálogo parcial (uma vez que se refere apenas a parte da documentação deste Subsistema, concretamente à Subsecção “Coordenação das Jornadas de Timor da UP”) – desenvolvendo assim pontos de acesso que permitem aceder à informação.

Quadro Orgânico-Funcional

Propusemo-nos elaborar um Quadro Orgânico-Funcional¹⁴² que permitisse a compreensão e contextualização da documentação deste arquivo bem como do processo de constituição do mesmo.

A documentação deste arquivo, no âmbito desta tese, foi alvo de uma reorganização “intelectual” resultado da aplicação do modelo sistémico e que pode ser

¹⁴² Anexo 1 - Quadro Orgânico-Funcional do Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

traduzida ou representada nos organigramas dos Sistemas de Informação do IASI e Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães¹⁴³.

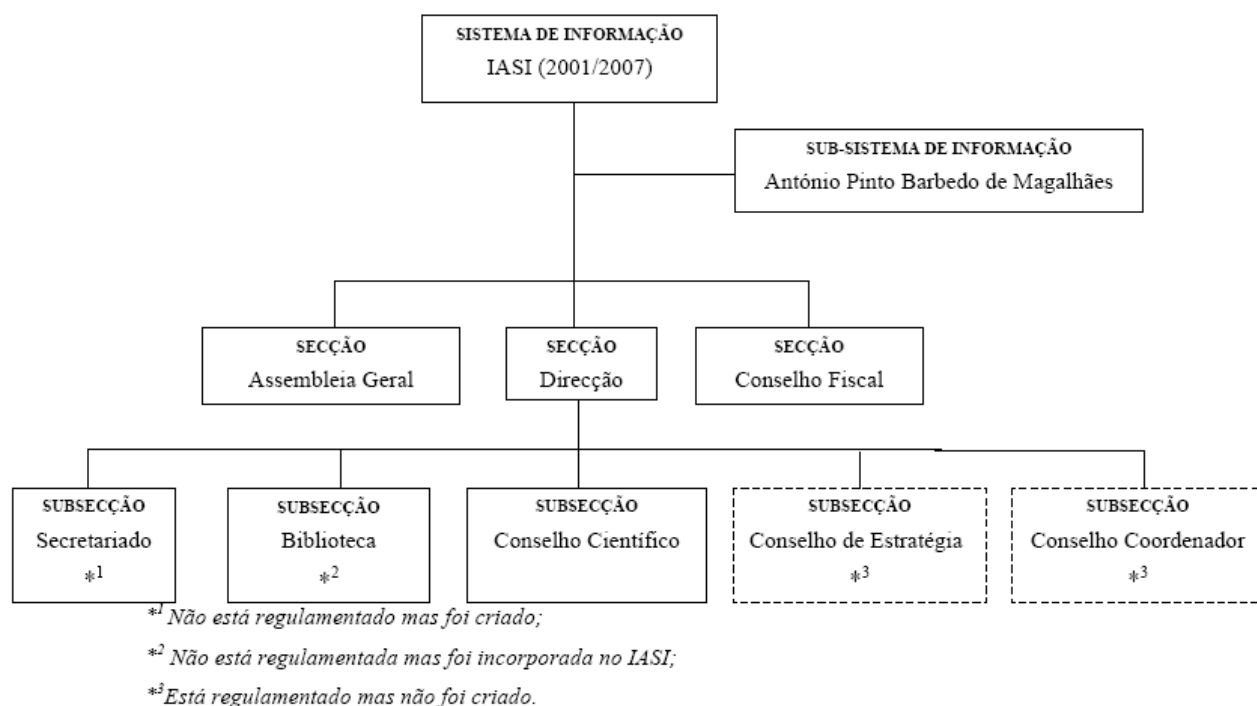


Fig.1 Organograma do Sistema de Informação do IASI.

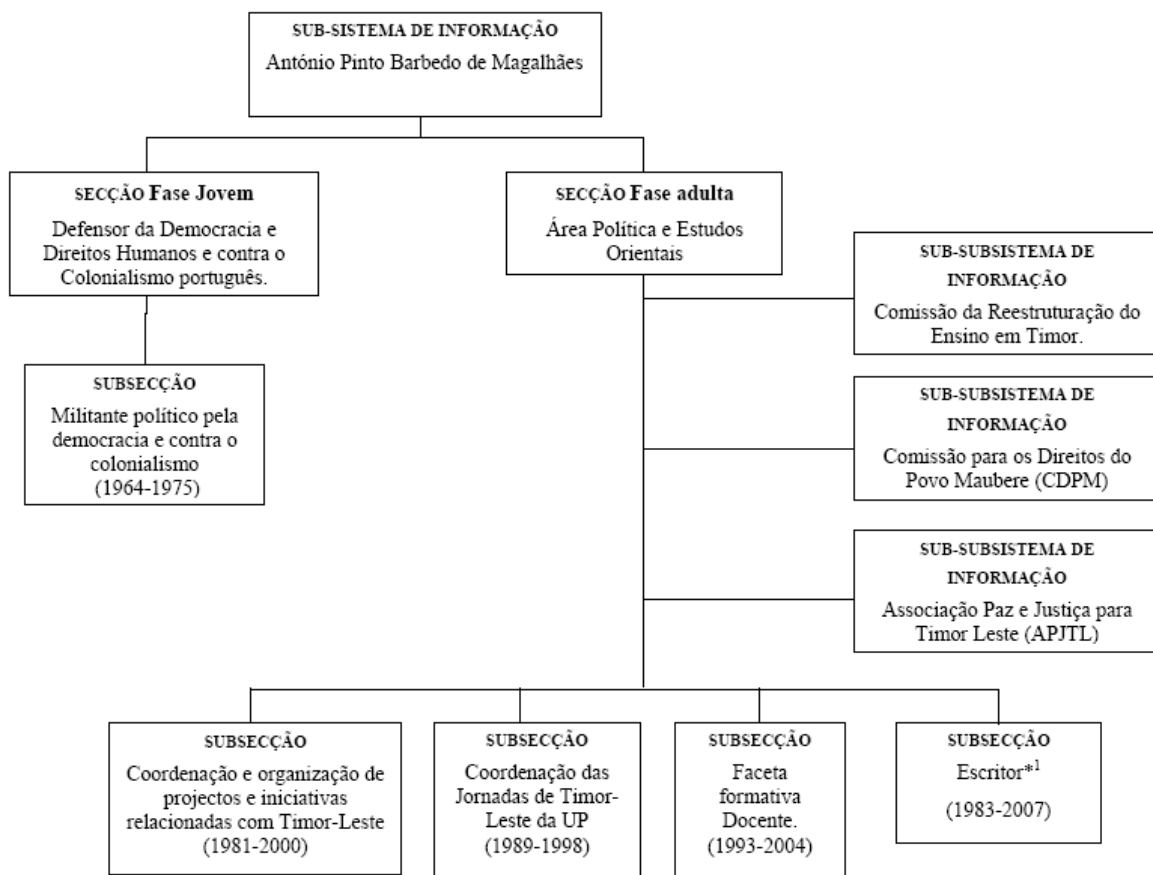


Fig.2 Organograma do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

¹⁴³ Ver Organigramas apresentados no Anexo 1 - Quadro Orgânico-Funcional.

Nestes organigramas representamos os níveis superiores (sistema, subsistema, secção e subsecção) da estrutura multi-nível proposta para a reorganização da documentação destes sistemas e que, no Quadro Orgânico-Funcional que agora apresentamos descrevemos pormenorizadamente, permitindo assim a compreensão e contextualização referidas.

Definimos assim Quadro Orgânico-Funcional como um instrumento elaborado através da análise de elementos biográficos, genealógicos e histórico-familiares e que permite compreender facilmente a distribuição cronológico-contextual dos documentos produzidos e acumulados pelas diferentes fases de uma trajectória de vida.

Devemos aqui salientar que o Quadro Orgânico-Funcional não é um instrumento de acesso, sendo estes produzidos e utilizados em paralelo com este.

De facto, e como referimos anteriormente este Quadro antecede o processo de descrição multi-nível que foi realizado através de uma Base de Dados criada para o efeito e que permitiu a posterior elaboração do instrumento de acesso Catálogo.

Na elaboração deste quadro foi utilizada a terminologia sistémica que utiliza, na medida do possível, a terminologia definida na norma ISAD(G) com as devidas adaptações terminológico-conceptuais. Concretamente, podemos estabelecer um paralelo entre as designações Fundo, Sub-Fundo e Sub-Sub-Fundo da ISAD(G) e as respectivas designações de Sistema, SubSistema e Sub-Sub-Sistema utilizadas e respeitantes à terminologia sistémica.

Este Quadro começa por contextualizar as Secções e Subsecções do Sistema de Informação IASI. Referimos anteriormente a importância, bem como o motivo, da caracterização desta Instituição (por esta ter acolhido o Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães e por promover e facilitar meios de acesso e expansão do mesmo).

Assim, a documentação relativa às funções e actividades desta instituição não foi alvo de tratamento arquivístico (por estar fora do âmbito deste estudo) não sendo por isso incluída nem na base de dados nem no catálogo criados, procedendo-se aqui apenas à contextualização das secções e subsecções consideradas.

O Quadro Orgânico funcional prossegue com a descrição e caracterização das secções, subsecções e subsistemas do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

Importa aqui recordar que a documentação de cariz político que compõe este subsistema foi previamente seleccionada pelo produtor com o objectivo de a disponibilizar à consulta pública, utilizando-a como instrumento político. Tal facto não desvirtua a organicidade e funcionalidade do produtor.

De igual modo devemos salientar (pelas implicações que daí decorrem) o facto de estarmos perante documentação de um produtor vivo e que interveio activamente em todo este processo.

Para este subsistema, e segundo os critérios referidos anteriormente, foram consideradas duas secções (“Fase jovem - defensor da democracia e direitos humanos e contra o colonialismo português” e “Fase adulta - área política e estudos orientais”).

A designação destas fases reflecte o interesse do produtor pelas temáticas que deram origem a este acervo e que se iniciaram nos anos sessenta (fase jovem), desenvolvendo-se até aos dias de hoje (fase adulta).

Dentro destas secções procedeu-se a uma divisão em subsecções segundo as diferentes actividades e/ou funções exercidas pelo produtor.

Assim, na secção “Fase jovem” foi criada a subsecção “Militante político pela democracia e contra o colonialismo ” ficando salvaguardada a possibilidade de criação de mais subsecções, à medida que o produtor for incorporando mais documentação correspondente a esta fase.

Na secção “Fase adulta” foram criadas as seguintes subsecções, ordenadas pela ordem cronológica em que surgiram:

- “Coordenação e organização de projectos e iniciativas relacionadas com Timor-Leste ”;
- “Coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto”;
- “Faceta formativa/ Docente”;
- “Promotor do Instituto de Estudos e Cooperação com Timor-Leste”;
- “Escritor político”.

Verificou-se que este arquivo pessoal contém também documentação produzida e acumulada por organizações ou associações com estatutos próprios, com as quais o produtor colaborou ou onde exerceu funções, tratando-se assim de documentação autónoma mas relacionada por uma ligação concreta e que, por este motivo, possui um vínculo orgânico a este Subsistema de Informação sendo assim representada através de Sub-SubSistemas deste.

Estes Sub-SubSistemas são os seguintes:

- Comissão da Reestruturação do ensino em Timor-Leste;
- Comissão para os Direitos do Povo Maubere, (CDPM);
- Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, (APJTL).

O trabalho de descrição do arquivo pessoal está ainda a decorrer, incidindo este estudo realizado no âmbito do curso de mestrado em Arquivologia, exclusivamente, e por vontade do produtor, sobre a subsecção “Coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto”. Por este motivo são apresentadas no Quadro Orgânico-Funcional apenas séries e subséries relativas a esta subsecção.

A documentação de cada uma destas jornadas constitui uma série funcional, tendo-se criado subséries tipológicas onde se inserem os documentos simples e compostos respectivos, a saber: “comunicação política”, “imprensa”, “correspondência” e “boletim de inscrição”.

Foram assim criadas e contextualizadas as oito séries correspondentes às sete jornadas realizadas (desde 1989 a 1997) bem como à precedente jornada denominada “Jornada 0 – Jornada de Trabalho” que foi abrindo caminho para as primeiras jornadas realizadas. De entre estas procedeu-se apenas à descrição da documentação das quatro primeiras, que assim constam deste quadro e que serviram para a posterior realização do estudo de usabilidade efectuado.

Demonstramos assim, pelas séries criadas, que em Sistemas de Informação pessoais a noção de série não se rege por critérios jurídico-administrativos uniformes uma vez que a documentação produzida e acumulada não decorre de actos informacionais decorrentes de estruturas perfeitamente definidas e burocratizadas.

Assim, as séries foram criadas com base na ordenação dada inicialmente pelo produtor, constituindo-se séries funcionais que permitam facilitar o uso e garantir uma maior funcionalidade.

Como referimos, este Quadro Orgânico-Funcional pretende proporcionar uma contextualização da documentação deste sistema de informação. Para se tirar real partido deste quadro deverá ainda proceder-se à descrição da documentação bem como à criação de um instrumento de acesso a usar em paralelo, tarefas igualmente realizadas no âmbito deste trabalho e que descrevemos de seguida.

Descrição multi-nível na Base de dados criada

O processo de reorganização intelectual do arquivo pessoal Barbedo de Magalhães incluiu a criação de uma base de dados que permitiu proceder à descrição dos documentos segundo uma estrutura multi-nível baseada na ISAD-(G)¹⁴⁴.

Esta tarefa implicou uma adaptação desta norma no sentido de permitir uma descrição completa e adequada ao nosso caso concreto – a descrição da documentação de um arquivo pessoal de cariz político.

Na introdução desta dissertação referimos já a escassez de trabalhos bem como de bibliografia que possam servir de exemplo ou referência para o tratamento arquivístico de arquivos pessoais. Mais difícil ainda se torna encontrar exemplos da aplicação da norma de descrição arquivística ISAD-(G) a estes arquivos.

Podemos no entanto referir um estudo realizado por Pedro Peixoto¹⁴⁵ relativo à “aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família” e que consideramos adaptável ao caso dos arquivos pessoais, tendo servido como referência para esta nossa tarefa de aplicação desta norma, em consonância com a aplicação do modelo sistémico e interactivo, ao arquivo objecto desta tese.

Refira-se que algumas das dificuldades referidas por Peixoto na aplicação desta norma aos arquivos de família, decorrentes da falta de elementos quando a documentação não resulta de entidades com estrutura e regras administrativas claramente definidas (tais como datas de produção/acumulação, história administrativa/biográfica ou custodial, âmbito e conteúdo/resumo, por exemplo) foram no nosso caso ultrapassadas por nos depararmos com um produtor vivo que pôde assim fornecer-nos estes elementos que de outra forma seriam difíceis ou mesmo impossíveis de obter.

¹⁴⁴ Esta norma surgiu no contexto de um processo tendente a: a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre materiais de arquivo; c) possibilitar a partilha de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação, Cf. tradução portuguesa da norma ISAD(G), em: *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição Arquivística*. Segunda Edição. Lisboa: Instituto Dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.p. 91.

¹⁴⁵ PEIXOTO, Pedro de Abreu – A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 4 (1999) p.55-70.

Surgiu ainda assim a necessidade de proceder às alterações terminológicas e conceptuais anteriormente referidas (decorrentes da aplicação do modelo sistémico) bem como ao estudo dos diferentes níveis de descrição considerados e respectivos campos, de modo a permitir uma descrição respeitando as regras gerais para a descrição multi-nível definidas na ISAD-(G)¹⁴⁶ a saber:

- Descrição do geral para o particular - *Ao nível do fundo, dar informação relativa ao fundo como um todo. Nos níveis seguintes e subsequentes, dar informação sobre as partes a descrever. Apresentar as descrições resultantes numa relação hierárquica entre a parte e o todo, procedendo do nível mais geral (fundo) para o particular;*
- Informação relevante para o nível de descrição - *Facultar apenas a informação apropriada para o nível de descrição em causa. Por exemplo, não facultar informações detalhadas sobre o conteúdo de processos se a unidade de descrição for um fundo; não facultar a história administrativa de uma organização como um todo se o produtor da unidade de descrição for uma divisão ou um sector;*
- ligação entre descrições - *Ligar cada descrição à unidade de descrição imediatamente superior, se aplicável, e identificar o nível de descrição;*
- Não repetição de informação - *No nível superior apropriado, fornecer a informação comum às partes que o compõem. Não repetir num nível inferior informação que já tenha sido dada num nível superior.*

Após este estudo foi possível criar a Base de Dados¹⁴⁷ tendo-se igualmente inserido nesta aplicação a estrutura orgânica definida previamente no Quadro Orgânico-Funcional para o Sistema de Informação do IASI e para o Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

Pôde assim proceder-se à descrição a cada um destes níveis superiores predefinidos (Sistema, Subsistema, Sub-SubSistema, Secção e Subsecção), bem como aos níveis inferiores que vão sendo criados e inseridos conforme as

¹⁴⁶ ISAD - (G): Norma geral internacional de descrição Arquivística. Segunda Edição. Lisboa: Instituto Dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. p.16.

¹⁴⁷ Anexo 17 - Guia de Utilização da base de dados DRT_BM.

necessidades decorrentes do trabalho de descrição (Série, Subsérie, Documento Simples e Composto).

Desta forma permitiu-se uma descrição multi-nível perfeitamente organizada e estruturada e respeitando as quatro regras gerais enunciadas, garantindo-se igualmente que cada documento descrito foi inserido na respectiva série ou subsérie, que por sua vez se encontra inserida na devida secção, subsecção ou sub-subsistema da estrutura orgânica que definimos no âmbito deste trabalho.

Como referimos a quando da descrição do projecto de digitalização que decorre no IASI, era necessário que esta base de dados, além de permitir uma descrição multi-nível de acordo com o quadro orgânico-funcional definido no âmbito deste trabalho (tarefa complexa em termos de desenho e programação de uma base de dados em “Access”), possibilitasse igualmente a posterior migração dos seus registos para a base de dados “Fortis” da Fundação Mário Soares. Assim, tornou-se ainda necessário criar campos adicionais que são utilizados nesta última base de dados e que serão igualmente preenchidos na base de dados criada no decurso do trabalho de descrição da documentação deste arquivo.

A utilização de um código de referência para identificar de forma unívoca cada unidade de descrição considerada (desde o nível Sistema de Informação até ao nível do Documento Simples ou Composto) implicou a definição das regras para a atribuição do mesmo. Estas regras foram posteriormente implementadas na base de dados por forma a permitir uma geração automática deste código, garantindo-se assim a inexistência de códigos em duplicado bem como a conformidade destes com a respectiva unidade de descrição.

Assim, e em consonância com as recomendações da ISAD-(G) o código de referência é composto pelos seguintes elementos:

Código do país / Entidade detentora / Sistema de Informação – Subsistema / Secção – Subsecção / Série – Subsérie / Unidade de Instalação / N.º do Documento

Exemplo: *PT/IASI/IASI-BM/FAAP-JT/3-1/PT6/1*

(corresponde ao primeiro documento da “pasta número 6” pertencente ao subsistema “Barbedo de Magalhães”, secção “Fase Adulta Área Política”, subsecção “Jornadas de Timor”, Série “II Jornadas”, subsérie “comunicação política”)

Nas figuras seguintes apresentamos algumas das páginas da base de dados criada onde podemos observar a estrutura multi-nível criada, as zonas e campos da ISAD-(G) utilizadas para a descrição bem como os campos adicionais referidos.

Fig.3 - Página Inicial que permite proceder à selecção do nível de descrição e abrir as páginas seguintes para aceder à descrição ou consulta dos documentos existentes para cada nível, introdução de Séries, Subseries ou Unidades de Instalação ou descrição de Documentos.

INSERIR SUBSERIE							
SISSI	SECCAO	SUBSECCAO	SERIE	SUBSERIE	TÍTULO SUBSERIE	CÓDIGO DE REFERENCIA	SAIR
IASI/BM/	FAAP	JT/	3	1	Comunicação Política	PT/IASI/IASI/BM/FAAPJT/3-1	
IASI/BM/	FAAP	JT/	3	2	Correspondência	PT/IASI/IASI/BM/FAAPJT/3-2	
IASI/BM/	FAAP	JT/	3	3	Imprensa	PT/IASI/IASI/BM/FAAPJT/3-3	
IASI/BM/	FAAP	JT/	3	4	Boletim de Inscrição	PT/IASI/IASI/BM/FAAPJT/3-4	
▶ IASI/BM/	FAAP	JT/	3			PT/IASI/IASI/BM/FAAPJT/3-	

Registo: 5 de 5

Fig. 4 - Página de inserção de uma nova Subserie.

Série

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES
ARQUIVO & BIBLIOTECA

DRT - Documentos da Resistência Timorense

IASI
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
para o desenvolvimento da resistência à ditadura

Nível de Descrição SI/SSI SECCAO SUBSECCAO SERIE
Seleção IASI/BM/ FAAP JT/ 2

Sair

Descrição: SÉRIE

Identificação Contexto Conteúdo e Estrutura Condições de Acesso e Utilização Documentação Associada Notas Controlo da Descrição

Código de referência: PT/IASI/IASI-BM/FAAP-JT/2

Título: I Jornadas de Timor da Universidade do Porto

Data de produção: 1989

Data de acumulação: 1989-2007

Dimensão e suporte: 3 pastas

SI/SSI
Secção
Sub-Secção

Registo: 1 de 1

Fig. 5 - Página de descrição ao nível da Série.

Documento

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES
ARQUIVO & BIBLIOTECA

DRT - Documentos da Resistência Timorense

IASI
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
para o desenvolvimento da resistência à ditadura

Nível de Descrição SI/SSI SECCAO SUBSECCAO SERIE SUBSERIE UI
Seleção IASI/BM/ FAAP JT/ 3 I PT6 DOCUMENTO Nº 5

Sair

DOCUMENTO COMPOSTO

136

Identificação Contexto Conteúdo e Estrutura Condições de Acesso e Utilização Documentação Associada Notas Controlo da Descrição

Código de referência (Pasta): PT/IASI/IASI/BM/FAAP-JT/3-1/PT6/5

Título (Assunto): Carta Aberta a Sua Excelência o Senhor Presidente da República

Data de Produção: 1990-04-18

Data de acumulação: 1990-2007

Dimensão e suporte: 6 folhas (A4): Papel

Dados (adicionais) para a Fundação Mário Soares

136

Vários Correspondência Fotografias Imprensa e Recortes

Class (Doc Type): Documentos

Registo: 5 de 44

SI/SSI
Secção
Sub-Secção
Série
Sub-Série

Fig. 6 - Página de descrição ao nível do Documento.

Relativamente ao processo de descrição da documentação do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães, deveremos referir que este continua a decorrer no âmbito de um protocolo assinado com a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão de Vila do Conde, contanto com a colaboração de alunos do curso de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação.

Este processo, forçosamente moroso e exigente prosseguirá no sentido da total informatização deste arquivo (incluindo a digitalização dos documentos previamente descritos) fazendo assim uso das novas tecnologias da informação e abrindo novas possibilidades de disponibilização e acesso à sua informação.

Não menos importante que o desenvolvimento de novas formas de disponibilização da informação é a criação de pontos ou instrumentos de acesso à mesma. De facto, se a base de dados agora criada facultar ela própria novas formas de acesso à informação (permitindo nomeadamente a realização de pesquisas por qualquer dos campos que compõem a descrição), o tratamento informático da informação nela contida permite e facilita igualmente a criação de novos instrumentos de acesso tal como o que criamos no âmbito deste trabalho e que apresentamos de seguida – um catálogo parcial.

Instrumento de Acesso criado – Catálogo parcial

Um acesso rigoroso e eficaz à informação de um arquivo exige que os instrumentos de acesso criados sejam resultado de uma análise igualmente rigorosa e exaustiva que permita um verdadeiro conhecimento da realidade arquivística que estes pretendem representar. Se assim não for, estes instrumentos de acesso podem constituir verdadeiros obstáculos não facilitando, antes prejudicando, o conhecimento dessa mesma realidade.

Se o estudo e conhecimento de qualquer realidade arquivística pode naturalmente ser realizado com diferentes graus de profundidade, também os instrumentos de acesso elaborados podem reflectir distintos níveis de análise arquivística.

Podemos referir basicamente três níveis de análise¹⁴⁸ para as unidades arquivísticas consideradas:

- Nível sumário – às unidades Sistema de Informação, Secção e Subsecção – [...] *com maior ou menor exaustividade, conforme se considere a totalidade do arquivo ou apenas algumas das suas secções e/ou subsecções, mas com pouca profundidade, pois não desce à consideração dos documentos em série, ou isolados, que integram o arquivo ou as suas partes;*
- Nível profundo – às unidades Série, Subsérie ou “documento isolado” – [...] *feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas), embora com uma profundidade média e, portanto, com pouca especificidade, isto é, não descendo à consideração de cada documento, no interior de cada série e/ou subsérie;*
- Nível exaustivo – às unidades Documento simples e composto – [...] *não é, normalmente, feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas de um sistema de informação), mas assume um elevado grau de profundidade e grande especificidade, isto é, desce à consideração de cada documento e de cada acto informacional, de “per se”, centrando-se nos seus dados informativos mais elementares.*

¹⁴⁸ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. vol. 2, p. 653.

Na produção de um instrumento de acesso, além da definição do nível de análise interessa igualmente definir a finalidade do mesmo que pode ser especialmente destinado à pesquisa ou ao controlo material da documentação.

De acordo com estas definições, incluiremos o instrumento de acesso elaborado no âmbito deste trabalho no último nível de análise referido. De facto, o catálogo (parcial - uma vez que se refere apenas a parte da documentação deste Subsistema, concretamente à Subsecção “Coordenação das Jornadas de Timor da UP”) que produzimos fornece dados informativos ao nível dos documentos simples e compostos, designadamente a sua tipologia, autor e data bem como um resumo sumário do seu conteúdo e dados externos (páginas, medidas, suporte, estado de conservação).

Consideramos ainda que este foi elaborado de forma a servir ambos os propósitos de pesquisa e controlo referidos, como podemos verificar¹⁴⁹ quer pela organização que lhe foi dada quer pelos campos que definimos para o mesmo.

Estes campos incluem a “localização” bem como a “designação da Unidade de Instalação”, facto justificado por se tratar de um instrumento de acesso para uso interno no IASI, que, desta forma permite uma rápida localização física dos documentos.

Refira-se ainda que o campo “cota”, que permite identificar univocamente cada documento ou unidade de descrição, coincide com o código de referência utilizado na descrição multi-nível realizada na base de dados, permitindo assim uma ligação coerente entre estes instrumentos de acesso e descrição.

Estes dois processos (a descrição da documentação e a produção de um instrumento de acesso como o catálogo elaborado) estão de facto, e cada vez mais (devido à constante evolução das tecnologias da informação onde se inclui a digitalização e a produção de documentos electrónicos), estreitamente interligados.

O catálogo produzido é um bom exemplo desta interligação, uma vez que para a elaboração do mesmo pudemos contar com o auxílio dos registos informáticos previamente inseridos na base de dados destinada à descrição da documentação. Ainda assim, a elaboração do mesmo não foi de forma alguma um processo “automático” uma vez que se alguns campos são comuns a ambos os instrumentos (descrição na base de dados e catálogo) a informação disponibilizada no catálogo não

¹⁴⁹ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

resulta exclusivamente de elementos registados na descrição multi-nível segundo a ISAD-(G).

Pudemos ainda assim aperceber-nos das vantagens que um desenvolvimento futuro da normalização e tipologia dos instrumentos de pesquisa arquivísticos poderá representar para criação de instrumentos de acesso nesta nova Era da Informação, partilhando igualmente a opinião de Fernanda Ribeiro¹⁵⁰ quando refere que *a descrição não pode ser entendida como um fim em si mesmo; ela tem de ser considerada como parte componente de um produto final representativo da realidade arquivística, ou seja, como elemento integrador dos instrumentos de acesso à informação.*

¹⁵⁰ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*, *Op. cit.* p.690.

Capítulo III – Estudo de utilização (comportamento informacional)

O estudo de caso objecto desta dissertação foi finalizado com a realização de um “Teste de Usabilidade dos Instrumentos de Acesso e de Controlo”¹⁵¹ no sentido de avaliar os resultados da aplicação do modelo sistémico e interactivo no âmbito do mesmo. Testaram-se os instrumentos já existentes, elaborados pelo produtor e colaboradores do IASI (“lista de índices das Unidades de Instalação” e “lista da organização física dos documentos”) bem como o que foi elaborado no decorrer deste estudo: o Catálogo (parcial) realizado com base no Quadro orgânico funcional (resultado da aplicação da teoria sistémica).

Este teste consistiu em sucessivas experiências de pesquisa de informação (documentos previamente definidos) no Subsistema de informação Barbedo de Magalhães, realizadas por diversos (16) utilizadores, que descreveram e avaliaram cada experiência respondendo a um questionário elaborado para o efeito.

O teste decorreu nas instalações do IASI e teve a duração máxima de 1 hora, para cada utilizador. A estes, foi pedido que procurassem informação (referente a comunicações apresentadas nas 2^{as} Jornadas de Timor) utilizando, alternadamente, ora os instrumentos de acesso elaborados pelo produtor, ora os instrumentos Catálogo e Quadro Orgânico-Funcional, criados no âmbito deste estudo de caso.

Pretendeu-se que os utilizadores recuperassem informação relativa a estes dois documentos, concretamente informação que permitisse proceder à reconstituição do contexto orgânico-funcional e temporal em que estes foram produzidos/acumulados.

Refira-se que estes documentos (comunicação de José Ramos Horta intitulada “Timor-Leste: Perspectivar os caminhos do futuro”¹⁵² e comunicação de Liem Soei Liong intitulada “Indonésia: prospects of change”¹⁵³) foram escolhidos pelo produtor, de entre a documentação que foi recenseada, organizada e descrita no âmbito deste trabalho, pelo seu interesse, uma vez que foram “comunicações importantes para os objectivos políticos das Jornadas de Timor da UP” que prosseguiam.

¹⁵¹ Ver Anexo 5 - Teste de Usabilidade dos Instrumentos de Acesso.

¹⁵² Ver Anexo 2 - Catálogo parcial (Subsecção 02.01-Coordenação e Organização de Projectos e Iniciativas Relacionadas com Timor / Série II Jornadas da UP-Documento simples).

¹⁵³ Ver Anexo 2 - Catálogo parcial (Subsecção 02.01-Coordenação e Organização de Projectos e Iniciativas Relacionadas com Timor / Série II Jornadas da UP - Documento simples).

Dos 16 utilizadores que realizaram esta experiência, 6 já conheciam o arquivo (produtor, funcionário do IASI e alunos estagiários), 5 não conheciam mas sabiam da sua existência e para os restantes o arquivo era totalmente desconhecido até à realização deste estudo.

Na tabela seguinte apresentamos uma caracterização dos utilizadores que realizaram este teste:

Utilizador	Idade	Profissão	Habilitações Literárias
1	22	Estudante	Bacharelato
2	41	Formadora	Bacharelato
3	28	Estudante	Bacharelato
4	23	Estudante	Bacharelato
5	33	Secretário/Arquivista	Licenciatura
6	65	Professor	Doutoramento
7	63	Professora	Licenciatura
8	63	Artista Plástico	Licenciatura
9	34	Arquitecto	Licenciatura
10	33	Engenheiro	Licenciatura
11	35	Formador	Licenciatura
12	40	Escritor	Doutoramento
13	33	Musico	12º ano
14	38	Livreira	12º ano
15	37	Advogada	Licenciatura
16	33	Jardineiro	9º ano

Apresentamos em Anexo o questionário do “Teste de Usabilidade dos Instrumentos de Acesso” assim como um exemplo preenchido por um utilizador.

Verificamos que o objectivo das tarefas propostas e das questões colocadas é o de concluir quanto à eficácia e eficiência dos diferentes instrumentos de acesso na recuperação de informação relativa ao contexto de produção/acumulação dos documentos.

De uma forma mais específica, pretende-se igualmente concluir se os novos instrumentos desenvolvidos permitem a obtenção deste contexto, e se o fazem de forma adequada ou de acordo com o que temos vindo a defender.

Assim, procedeu-se inicialmente a uma análise comparativa das respostas das I e II partes, no sentido de verificar a relação entre os diferentes instrumentos de acesso e a disponibilização aos utilizadores de informação sobre o contexto de produção dos documentos.

Verificamos que a distribuição das respostas foi a seguinte:

	I Parte Lista Índices e Lista Organização		II Parte Quadro Orgânico-Funcional e Catálogo	
	Sim	Não	Sim	Não
Permitiu responder a:				
1. Encontrar documento	16	0	16	0
2.1. Data produção	0	16	16	0
2.2. Fase vida produtor	0	16	11	5
2.3. Objectivos	0	16	12	4
2.4. Outras fontes	0	16	0	16

Tabela 1. Distribuição das respostas quanto à possibilidade dos instrumentos de acesso fornecerem resposta às questões apresentadas.

Destas respostas concluímos que os utilizadores apenas conseguiram encontrar os elementos que consideramos essenciais para a contextualização da documentação através da utilização do Catálogo e Quadro Orgânico-Funcional.

Se o facto de os utilizadores não terem conseguido responder às questões relativas ao contexto de produção/acumulação dos documentos utilizando a Lista de Índices e a Lista de organização física seria naturalmente expectável (uma vez que estes instrumentos não foram elaborados para proporcionar esta informação), o inverso não seria evidente.

Assim, as respostas (afirmativas) para estas mesmas questões utilizando os novos instrumentos permitir-nos-iam confirmar se de facto estes proporcionavam tal contexto. Consideramos que os resultados obtidos para esta II Parte permitem concluir que tal se verifica.

Concretamente verificámos ainda que a maioria dos utilizadores indicou o Catálogo como fonte dos elementos solicitados (excepto para indicação dos motivos/objectivos com que foram criados os documentos – só possível através da consulta do Quadro Orgânico-Funcional). Este facto só é no entanto verificável, uma vez que o Catálogo foi construído com base no Quadro Orgânico-Funcional que permite a compreensão e contextualização da documentação deste arquivo bem como do processo de constituição do mesmo.

Observamos ainda que a questão sobre a publicação dos documentos em outras fontes não teve em nenhum dos casos resposta. Uma análise cuidada dos instrumentos criados revela que esta informação só está disponível (no catálogo) quando os documentos foram de facto publicados, ou seja, a ausência desta informação indica que o documento em causa não está publicado noutras fontes (como foi o caso das comunicações previamente definidas no teste). Este resultado alertou-nos para este facto permitindo-nos assim corrigir futuramente esta omissão (passando a indicar sempre esta informação) no desenvolvimento deste trabalho.

Consideramos ainda que os utilizadores que não conseguiram relacionar a data de produção/acumulação dos documentos com as fases de vida do produtor nem identificar os objectivos que os originaram (elementos disponíveis no Catálogo e Quadro Orgânico-Funcional), não terão dispensado o tempo necessário para identificar estes elementos.

De facto podemos constatar que os novos instrumentos elaborados requerem algum tempo de análise aos utilizadores que os consultam pela primeira vez. Esta necessidade também foi constatada na tarefa de pesquisa dos documentos nestes instrumentos, ou seja, verificou-se que os utilizadores os encontraram mais rapidamente na I Parte (através da Lista de Índices – instrumento mais intuitivo) do que na II Parte (no Catálogo).

Consideramos que este facto em nada diminui a utilidade dos instrumentos criados, uma vez que estes servem diferentes objectivos ou motivações de pesquisa e que naturalmente, ao serem mais completos e usarem uma terminologia e estrutura específicas implicam uma maior disponibilidade do utilizador.

Tal não significa que estes instrumentos exijam do utilizador conhecimentos ou habilitações específicas, de facto não conseguimos identificar uma correlação entre as habilitações literárias ou profissão e os tempos de resposta. Verificamos no entanto que os utilizadores mais novos foram aqueles que mais rapidamente responderam às questões colocadas.

Ainda relativamente aos conceitos/terminologia utilizados (no teste e nos instrumentos), verificamos que todos os utilizadores solicitaram algum auxílio para a compreensão dos mesmos (excepto aqueles que estavam já familiarizados com os mesmos) durante a realização deste teste.

Do Catálogo (parcial) apresentado e utilizado neste teste constam apenas as quatro primeiras Séries da Subsecção “Coordenação das Jornadas de Timor da UP”. Naturalmente, um estudo do comportamento informacional utilizando um catálogo relativo à totalidade da informação do arquivo, poderiam resultar outras conclusões, permitindo levantar igualmente novas questões e revelando outro comportamento dos utilizadores.

Este comportamento depende igualmente dos objectivos e motivações dos utilizadores, pelo que um estudo mais rigoroso e exaustivo terá de ter em conta, necessariamente estes parâmetros, designadamente a necessidade de informação manifestada por cada utilizador, a maneira como estes a procuram, a forma como a utilizam, perceber como se faz o fluxo informacional entre estes, determinar os factores que influenciam o seu comportamento e identificar os métodos mais adequados a aplicar nestas pesquisas.

Conclusão

Neste estudo de caso, propusemo-nos a testar a aplicação do modelo sistémico e interactivo a um arquivo pessoal bem como avaliar e validar a utilidade deste procedimento.

Para tal tivemos o privilégio de trabalhar sobre o arquivo pessoal de cariz político de Barbedo de Magalhães, tendo-se definido e realizado um plano de tratamento arquivístico e informático para a documentação do mesmo, de acordo com o modelo proposto. Foi este plano, que, conjuntamente com a contextualização teórica e com a análise e avaliação da aplicação do modelo proposto, foi descrito nesta dissertação.

O arquivo pessoal ABM reúne uma série de características particulares (de cariz político, produtor vivo, incorporado numa instituição -IASI-, activo e permanente) e é constituído por documentação sobre Timor-Leste e respectivo processo de autodeterminação, pelo que o trabalho de organização deste arquivo e de criação de novos instrumentos de acesso à informação do mesmo, contribuindo desta forma para o acesso e divulgação do arquivo e da realidade que este encerra, constituiu um desafio único e muito gratificante.

É um facto que todos os arquivos pessoais possuem uma especificidade ou particularidade (temática, tipológica ou outra) e que o tratamento arquivístico e a salvaguarda destes arquivos têm sido sistematicamente esquecidos ou pouco considerados, conduzindo em muitos casos a uma perda irreparável de um precioso património informacional. Assim procuramos igualmente neste trabalho chamar a atenção para a questão da salvaguarda, tratamento arquivístico e disponibilização destes fundos essencialmente privados, bem como para a importância e interesse da realização de estudos aplicados a estes arquivos, tal como o que aqui apresentamos.

No âmbito da aplicação do modelo sistémico foram desenvolvidas uma série de actividades que descrevemos e que conduziram à elaboração de um Quadro Orgânico-Funcional, à descrição multi-nível de acordo com este quadro (e com a ISAD(G)), e à produção do instrumento de acesso Catálogo parcial. É com base nestes instrumentos que, caracterizando e descrevendo a organicidade própria do produtor e a estrutura orgânico-funcional do respectivo sistema de informação, proporcionamos uma recuperação da informação de acordo com o modelo proposto.

Consideramos assim que foi de facto possível aplicar o modelo sistémico e que pudemos observar e verificar na prática a utilidade bem como as vantagens do mesmo, designadamente o permitir a reconstituição do contexto originário de criação / acumulação da informação a par de uma contextualização que permite compreender o Sistema de Informação em toda a sua complexidade.

Verificamos igualmente que todo o processo resultante da metodologia adoptada (método quadripolar) e do sistema proposto exige uma grande disponibilidade de recursos e de tempo, desdobrando-se em inúmeras actividades tais como as que desenvolvemos: estudo do arquivo, do seu enquadramento social e político, do autor, do enquadramento teórico, estudo e recenseamento da documentação, elaboração dos organogramas e do Quadro Orgânico-Funcional (discutindo-os com o produtor), desenho e construção da base de dados (a pensar na integração com a da Fundação Mário Soares), descrição da documentação, elaboração do Catálogo parcial, definição e realização do teste de usabilidade e posterior análise dos resultados.

Relativamente ao teste do comportamento informacional realizado, e considerando que este permitiu retirar as conclusões que referimos, estamos conscientes de que, tal como defendemos a realização de mais estudos da aplicação deste modelo (nomeadamente a arquivos pessoais), consideramos igualmente útil e necessário a realização de um teste mais abrangente e desenvolvido e considerando naturalmente mais utilizadores e mais factores como referimos.

Entendemos ainda assim que o trabalho desenvolvido permitiu propor e testar uma forma de reorganização “virtual” da informação de um sistema de informação pessoal e que representa uma alternativa à abordagem “clássica” no tratamento da documentação familiar e pessoal defendendo a existência de organicidade e funcionalidade próprias, nas entidades que a produziram/coligiram.

Consideramos ainda que o modelo testado permite, no âmbito da nova Era na Informação e das novas tecnologias, contribuir para a preservação da “memória colectiva, só possível com a existência de Sistemas de Informação vivos e acessíveis.

Siglas utilizadas

AAPTL - Associação de Amizade Portugal - Timor-Leste (1979)

APODETI - Associação Popular Democrática Timorense

ASDT - Associação Social Democrata Timorense

ASTO Francesa - Association Solidarité Timor-Oriental (França)

CIIR - Catholic Institute for International Relations (*França*)

FRETITLIN - Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente

IASI - International Institute For Asian Studies and Interchange - Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos.

SIASI – Sistema de Informação International Institute For Asian Studies and Interchange

SSIBM - Sub-Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães

SSSIAPJTL – Sub-SubSubsistema de Informação Associação Paz e Justiça para Timor-Leste

SSSICDPM - Sub- Subsistema de Informação Comissão para os Direitos do Povo Maubere.

SSSICRET - Sub-SubSistema de informação - Comissão da Reestruturação do Ensino em Timor.

TAPOL - “Prisioneiro político” na língua oficial da Indonésia

UDT - União Democrática Timorense

COJTUP – Comissão organizadora das Jornadas de Timor na Universidade do Porto

FAAP – Fase Adulta Área Política

Bibliografia

ALVES, Ivone et al. – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e do Documento, 1993, p. 7.

BARATA, Paulo J. S. - Organização de um Arquivo Pessoal: Arquivo Mouzinho da Silveira Análise de um Caso. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD, 2 (1993), p.55-73.

BARATA, Themudo Filipe. – *Timor contemporâneo : da primeira ameaça indonésia ao nascer de uma nação*. Lisboa: Equilíbrio, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, (1998), p.201-207.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos privados: conceituação e caracterização*. In: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1991. p.164-174.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Problemática atual dos arquivos particulares. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.6, n.1,(jan.-abr.1978), p.5-9.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli.. – *Arquivos permanentes: tratamento documental*, São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BERTALANFFY, Ludwig von - *Théorie générale des systèmes*. Pref. de Ervin Laszlo; trad. par Jean- Benoît Chabrol. Paris : Dunod, 1993.

BORJA DE AGUINAGALDE , F - Los Archivos privados familiares: propuesta de organización de sus fondos. Madrid: *Hidalguia Instituto "Salazar y Castro"*, p. 33-50.

BORJA DE AGUINAGALDE, F - Los Archivos de familia: definición, estructura, organización. In *Nuevos extractos de la Real Sociedad Bascongada de los Amigos del País*. Donostia-San Sebastián: R.S.B.^ªP., 1992, p. 11-37;

BORJA DE AGUINAGALDE, F. – El Archivo de la Casa de Zabala. *Eusko-Ikaskuntza / Sociedad de Estudios Vascos* [Separata fotocopiada, 1984];

FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS – Casa De Mateus - Catálogo do Arquivo, Vila Real: Cromotipo, Artes Gráficas Lda., 2005

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. – Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Rio de Janeiro: Estudos*, 1998, v.11, n.21, p.37.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v.9, n.2, (jul-dez.1988), p.57-64.

Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC), disponível em : <http://www.cidac.pt/> (site consultado em 20 de Fevereiro de 2007)

Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), disponível em: <http://homepage.esoterica.pt/~cdpm> (site consultado em 20 de Fevereiro de 2007)

COOK, Terry.- Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21 (1998), p.129-149.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11,n.21, (1998), p.189-199.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. - *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: PUF, 1974.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, (1998), p.151-168.

FERNANDES, Moisés - A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975, *Revista Negócios Estrangeiros*: Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 10 (Fevereiro 2007). p.90-173.

FERNANDES, Moisés - *O processo de descolonização de Timor Português nos arquivos portugueses*, Comunicação apresentada no IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, Lisboa: 25 de Outubro de 2005.

Fundação Mário Soares [Consulta em 20 de Março de 2007]. Disponível em www: < URL: http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/Dossier07/17_PTrabalhos.asp

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga — *Manual de arquivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

GARCIA, Maria Madalena – Os Documentos Pessoais no Espaço Público. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC -Fundação Getulio Vargas, 1998. vol. 21, p1.

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; e PEIXOTO, Pedro Abreu - *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

GRUPO DE TRABALHO ARQUIVOS FAMÍLIA E PESSOAIS – *Arquivos de Família e Pessoais*: Seminário. Vila Real: Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas E Documentalistas, 1997.

HITOMI, Alberto Haruyoshi. As formas sociais de consciência: o pensamento de António Gramsci. São Paulo: *Transformação*, (Jan/Abr.1996) v.8, n1, p.31-51,

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO - *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia* – Vol. II, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. p. 72

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO – *Manual para a Gestão dos Documentos*. Portugal: IAN/TT, cop. 1998. ISBN 972-8107-38-2.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO - Relatórios de Timor”,
, Lisboa :ACR, IAN/TT, vol. 1, n.º 85

ISAD (G): Norma geral internacional de descrição Arquivística. Segunda Edição.
Lisboa: Instituto Dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. 118 p.

LE COADIC, Yves-François (1996) – A Ciência da informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos--Livros, 1996. ISBN 85-85637-08-0. (Trad. brasileira de La Science de l'Information. 2.ème éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1994).

LE GOFF, Jaques – *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984. vol. 1

LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] – *Investigação qualitativa :Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p.11.

LODOLINI, Elio – *El problema fundamental de la archivista: la naturaleza y el ordenamiento de archivos*. In: GUTIERREZ MUÑOZ, César. Pontificia Universidad Católica: Archivística Lima, 1991. p.30-51

MAGALHÃES, António Barbedo P - *Timor Leste, Mensagem aos Vivos*. Porto: Edição da Limiar, 1983

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Descolonização do Ensino em Timor*. Porto: International Institute For Asian Studies and Interchange (IASI), 2004;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *The East Timor Issue and the Symposia of Oporto University*. Porto: Edição da Reitoria da Universidade do Porto, 1995;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Timor Leste e as Jornadas da Universidade do Porto*. Porto: Edição da Reitoria da Universidade do Porto, 1997;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Timor Leste, Ocupação Indonésia e Genocídio*. Porto: Edição da Reitoria da Universidade do Porto, 1992;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Timor Leste, Terra de Esperança*. Porto: Edição da Reitoria da Universidade do Porto, 1992;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*. Lisboa: Edição da Gradiva, na colecção Cadernos Democráticos da Fundação Mário Soares, 1999;

MAGALHÃES, António Barbedo P. - *Timor-Leste, as Crises e os protagonistas*. Porto: International Institute For Asian Studies and Interchange e Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2006;

MAGALHÃES, Barbedo de – *Timor Leste e Indonésia: contexto global e actores locais* – no prelo

MELLA, Piero — *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

- MOLES, Abraham A. – A biblioteca pessoal, biblioteca universal. Brasília: *Revista Biblioteconomia*, (Jan/Jun 1978). v.6, n1.p.39-52
- MONTENEGRO, Manuel – A CDU, monstro pré-histórico das classificações?, *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa. 4 (1999) p. 71-90.
- MORENO, Augusto - *Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico com um glossário de arcaísmos e uma lista das principais locuções estrangeiras, aplicáveis em português*. Porto: Livraria Editora Educação Nacional, 1936, p.544).
- MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. – *Handleiding voor het oedenen en beschrijven van archieven*. Groningen: Erven B. van der Kamp., 1898. (Tradução brasileira de Manoel Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).
- NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo – Organización y gestión de archivos. Espanha: ediciones TREA, S.L, 1999 ISBN 84-951778-0
- PEIXOTO, Pedro de Abreu — A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família, *Cadernos BAD*. Lisboa 1 (1999), p. 55-.70
- PEIXOTO, Pedro de Abreu – Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma Política de Arquivos Privados – Os Arquivos de Família. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD, 1 (1994), p. 43-48
- PEIXOTO, Pedro de Abreu — O Valor dos arquivos de família. *Cadernos BAD*. Lisboa 1 (1995), p. 41-51.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu — Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD*, Lisboa 1 (2000), p. 84.
- PIAGET, Jean — *Seis estudos de psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- PIRES, Mário Lemos - Relatório do Governo de Timor: Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981
- POSNER, Ernest – *Archives in the Ancient World*. Cambridge (Massachussetts): Harvard University Press, 1972
- Publicações Dom Quixote ISBN 972 – 20- 1428-5
- REIS, LUÍS – O arquivo e a arquivística – evolução histórica. *Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*, ISSN 1562-4730, nº. 24, 2006. disponível no site: <http://bibliotecas.rcp.net.pe/biblios/> (consultado em 25 de Março de 2007).
- RIBEIRO, Fernanda – Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. s.p.
- RIBEIRO, Fernanda - *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2 vol. p. 633-689.

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Vol I – Vol.II - *o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – O sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas A&B* (11), 2003, pág. 79-99.

RISCADO, Francisco A. *et al.*- *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1981. p. 269-270.

RODRÍGUES BRAVO, Blanca - *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 258-259.

ROSA, Clara Costa - *intimidade da vida privada de outrem* - Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais, da Associação Portuguesa de Bibliotecários e Documentalistas. disponível em http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/documento.pdf, (consultado em 25 de Março de 2007).

ROTEIRO DAS FONTES DA HISTÓRIA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA. Lisboa: Câmara Municipal do Porto, 1996.210.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol,- Os fundamentos da Disciplina arquivística, Lisboa:

SHELLENBERG, T.R. – *Arquitos modernos: princípios e Técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. p345.

SILVA, Armando B. Malheiro da — O Archivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de "erudição" histórico-arquivística: análise e superação. In *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo: actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso- Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 219-277.

SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação – Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do património*. Porto. 3 (2004).

SILVA, Armando Malheiro da – *O(s) Arquivo(s) da Universidade do Minho, Gestão e memória do plural ao singular*. Conferência sobre arquivos universitários, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p.48. (ISBN 972-9350-24-8)

SILVA, Armando Malheiro da [*et. al.*] – A gestão da Informação abordada no campo da Ciência da Informação. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a&b*. Lisboa 16 (2005), p.89-113.

SILVA, Armando Malheiro da [*et. al.*] – *Casa de Mateus: Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas Arquivos & Bibliotecas: a6b*. Lisboa 5 (2000) p. 57-113.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo* . Porto: Edições Afrontamento, 2002

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel. – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. vol.1. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p.61-70,

SYLVAN, Fernando – *Cantolenda maubere = Hananuknanoik maubere = The legends of the mauberes* : Timor Lisboa: Fundação Austronésia Borja da Costa,1988 (trad. Luís da Costa).

WAY, WENDY, *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*, Camberra e Melbourne: Department of Foreign Affairs and Trade e Melbourne University Press, 2000.

WILSON,TD - Models in information behaviour reserch *Jornal of Documentacion*,v.55.n.3(Junho1999), p.49-270.

Lista de Anexos

Anexo 1 - Quadro Orgânico-Funcional do Sistema de Informação IASI e Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

Anexo 2 - Catálogo parcial do Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães.

Anexo 3 - Lista de índices das Unidades de Instalação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães.

Anexo 4 - Lista da organização física dos documentos do IASI e Reservados.

Anexo 5 - Teste de Usabilidade dos Instrumentos de Acesso.

Anexo 6 - Questionário/Guião da entrevista realizada ao Prof. Barbedo de Magalhães.

Anexo 7 - Folha de Recolha de dados.

Anexo 8 - Quadro de Recenseamento da documentação - Jornadas de Timor da UP.

Anexo 9 - *Curriculum Vitae* do Professor António Pinto de Barbedo de Magalhães.

Anexo 10 - Escritura de criação do IASI.

Anexo 11 - Protocolo de colaboração IASI-FEUP.

Anexo 12 - Organização das estantes na sala de Reservados.

Anexo 13 - Estatutos do IASI.

Anexo 14 - Manual de instruções para digitalização dos livros do IASI.

Anexo 15 - Formulário de recenseamento dos livros na Base de Dados Livros-BM.

Anexo 16 - Organograma do SIASI e Organograma do SSIBM.

Anexo 17 - Guia de Utilização da base de dados DRT_BM.

Anexo 18 – Mapa de Timor.